



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Aprovado na 3ª Reunião Extraordinária de 2008 - Ata nº 38

Resolução do Conselho Diretor Nº 23/2008, de 14/11/2008.

Reformulado pela Resolução *Ad Referendum* nº 16/2012 de 20/04/2011.

Reformulado pela Resolução *Ad Referendum* nº °62/2012, de 07/12/2012

São Vicente do Sul, RS, Brasil

2014

**Presidente da República
Dilma Rousseff**

**Ministro da Educação
Aloizio Mercadante**

**Secretário da Educação Profissional e Tecnológica
Marco Antonio de Oliveira**

**Reitora do Instituto Federal Farroupilha
Carla Comerlato Jardim**

**Pró-reitor de Ensino
Denírio Marques**

**Diretor Geral do Campus São Vicente do Sul
Luiz Fernando Rosa da Costa**

**Equipe Técnica
Diretor(a) de Ensino do Câmpus de São Vicente do Sul
Luis Aquiles Martins Medeiros**

**Diretor de Graduação Pós Graduação e Pesquisa
Cléia Margarete Macedo da Costa Tonin**

**Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
Antônio Carlos Minussi Righes**

**Núcleo Docente Estruturante - membros:
Antônio Carlos Minussi Righes
Daniel Buemo
Rodrigo Belmonte da Silva
Rogério Luis Reolon Anése
Simone Bochi Dorneles
Suélem da Silva Zuquetto
Wellington Furtado Santos**

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa de localização da cidade de Santa Maria.....	11
Figura 02	Mesorregião do Centro Ocidental Rio grandense....	12
Figura 03	Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento Corede do Vale do Jaguari.....	14
Figura 04	Mapa da localização da cidade de São Vicente do Sul/RS.....	18
Figura 05	Vista Panorâmica do Instituto Federal Farroupilha, campus São Vicente do Sul.....	20
Figura 06	Representação Gráfica do Perfil do Egresso/Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública/IF FARROUPILHA – Câmpus São Vicente do sul.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Dados do município de Santa Maria/RS.....	11
Quadro 02	Características geográficas Mesorregião do Centro Ocidental Rio Grandense.....	13
Quadro 03	Perfil do Corede do Vale do Jaguari.....	15
Quadro 04	Aspectos Físico-Naturais – Área e População.....	17
Quadro 05	Dados do município de São Vicente do Sul/RS.....	18
Quadro 06	Habilidades e competências da área de atuação do Tecnólogo em Gestão Pública.....	42
Quadro 07	Adequação da parte fixa do currículo das diretrizes curriculares.....	45
Quadro 08	Organização por semestre.....	53
Quadro 09	Carga horária dos critérios dos requisitos de composição das Atividades complementares.....	79
Quadro 10	Núcleo Docente Estruturante – NDE.....	99
Quadro 11	Formação dos docentes do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública.....	106
Quadro 12	Relação dos Técnicos-Administrativos com titulação e regime de trabalho	112
Quadro 13	Relação dos Técnicos-Administrativos com titulação e regime de trabalho	113
Quadro 14	Relação dos Técnicos-Administrativos com titulação e regime de trabalho	115
Quadro 15	Relação dos Técnicos-Administrativos com titulação e regime de trabalho	115
Quadro 16	Relação dos Técnicos-Administrativos com titulação e regime de trabalho	115
Quadro 17	Relação dos Técnicos-Administrativos com titulação e regime de trabalho	116
Quadro 18	Relação dos Técnicos-Administrativos com titulação e regime de trabalho	116
Quadro 19	Relação dos Técnicos-Administrativos com titulação e regime de trabalho	116
Quadro 20	Relação dos Técnicos-Administrativos com titulação e regime de trabalho	118
Quadro 21	Relação dos Técnicos-Administrativos com titulação e regime de trabalho	119

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	06
2 CARACTERÍSTICAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA.....	08
2.1 Perfil institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.....	08
2.2 Sede da reitoria – Santa Maria/RS.....	11
2.3 Aspectos históricos e geográficos da região de localização do I F Farroupilha-SVS.....	12
2.3.1 Mesorregião do centro ocidental rio-grandense.....	12
2.3.2 Microrregião de Santa Maria.....	13
2.3.3 Corede do Vale do Jaguari.....	14
2.3.3.1 Aspectos histórico-culturais.....	14
2.3.4 Município de São Vicente do Sul.....	18
2.3.4.1 Histórico do município de São Vicente do Sul.....	18
2.3.4.2 Histórico do Instituto Federal Farroupilha, campus São Vicente do Sul.....	20
2.3.4.3 Ensino.....	22
2.2.4.3.1 Níveis de ensino.....	22
3 JUSTIFICATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DO CURSO SUPERIOR EM TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA.....	24
4 OBJETIVOS.....	26
5 DETALHAMENTO.....	28
6 REQUISITOS DE ACESSO.....	29
7 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	29
8 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS GERAIS DA INSTITUIÇÃO.....	32
9 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO/PEDAGÓGICA.....	34
10 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	35
10.1 Competências e habilidades do egresso.....	38
10.2 Áreas de atuação profissional de gestão pública.....	43
10.3 Representação gráfica do perfil de formação.....	45
11 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR.....	47
11.1 Organização Curricular.....	50
11.1.1 Estrutura curricular do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública.....	50
11.1.2 Estrutura curricular	52
11.2.1 Disciplina optativa.....	54
11.1.2.2 Ementário.....	55
11.2 Competências do profissional adquiridas com a conclusão do curso.....	74
12 PRÁTICA PROFISSIONAL.....	75
12.1 Das disposições preliminares.....	76
13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	76
14 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	77
14.1 Atividades complementares de Integralização Curricular.....	77
15 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	79
16 AUTO-AVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	82
17 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE	

AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS.....	83
18 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	84
19 PROGRAMA DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO.....	85
19.1 Programa de assistência estudantil.....	86
19.2 Programas, projetos e ações da assistência estudantil.....	87
19.3 Programa de segurança alimentar e nutricional.....	89
19.4 Programa de atenção à saúde do estudante.....	89
19.5 Programa de apoio didático-pedagógico.....	89
19.6 Programa de promoção da cultura, esporte e Lazer.....	90
19.7 Programa de consolidação do monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil.....	90
20 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA.....	90
20.1 Infraestrutura-física.....	90
20.1.1 Infraestrutura de utilização para o curso.....	90
20.1.1.1 Órgãos de apoio técnico e administrativo.....	90
20.1.2 Infraestrutura acadêmica.....	92
20.1.3 Adequação da infraestrutura para atendimento as pessoas com necessidades especiais.....	96
21 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E COORDENAÇÃO DE CURSO.....	96
21.1 Proposta de NDE para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.....	96
21.2 Avaliação do curso.....	98
21.3 Atuação do coordenador do curso.....	98
21.4 Participação efetiva da coordenação do curso em órgão do colegiado acadêmico da instituição de ensino superior.....	100
21.5 Titulação do coordenador.....	101
22. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DOCENTE	101
22.1 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho.....	102
22.2 Apoio pedagógico aos docentes.....	104
22.3 Corpo docente.....	105
22.3.1 Perfil dos docentes.....	105
22.3.2 Servidores docentes do colegiado do curso.....	106
22.3.3 Servidores Técnico-Administrativos.....	111
23. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS.....	120
24 COMITÊ DE ÉTICA.....	120
REFERÊNCIAS	121
ANEXO I.....	124
ANEXO II.....	129

1 APRESENTAÇÃO

O contexto socioeconômico, as grandes transformações aliadas à inovação tecnológica, e os desafios enfrentados pela sociedade atual decorrentes de práticas do passado, nem sempre voltados para o respeito ao ser humano e para sua dignidade enquanto cidadãos levaram à necessidade de se resgatar esses valores, fazendo com que as Instituições de Ensino Superior tenham que se posicionar quanto ao tipo de profissionais que esperam formar.

Diante disso, cabe à Instituição questionar e reorientar o processo formativo de seus cursos, adequando-os às novas exigências sociais, por meio de debates que se inicia pelo perfil esperado do egresso e pela definição de quais serão as práticas pedagógicas a serem utilizadas para garantir uma formação capacitada orientada para os valores estabelecidos por esta realidade.

Para tanto, o Instituto Federal Farroupilha, câmpus São Vicente do Sul – IF Farroupilha-SVS, e o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, formalizou esta orientação em um documento, denominado Projeto Pedagógico de Curso - PPC, procurando adequar a sua prática pedagógica do Curso a esta orientação, que apresenta uma dimensão política, no sentido de estar comprometido com a formação do cidadão para o contexto social existente; e uma dimensão pedagógica, porque alcança a intencionalidade do curso, que é formar o cidadão responsável, participativo, crítico e criativo, ao definir ações, visando à efetiva concretização de seus propósitos tendo como visão promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, comprometidos com o desenvolvimento local e regional.

Vieira (2002) salienta que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/Lei nº9394/96, orienta que o PPC, deve ser planejado coletivamente de forma flexível, pensando, o perfil do egresso a ser desejado e qual é a necessidade desse profissional na região onde está inserido o curso proposto, mensurando as demandas da sociedade local e regional. Destaca-se, nesse empenho, o esforço em adequar constantemente à estrutura curricular

do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública à realidade onde está inserido o curso.

Diante disso, o Instituto Federal Farroupilha, câmpus São Vicente do Sul obedece aos critérios da organização curricular, e qualificação estabelecida de acordo com a Resolução CNE/CP nº3/2002, instituída pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de educação profissional de nível tecnológico, Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, e da portaria nº10, de 28 de julho de 2006, que aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, e especificamente o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Assim, obedecendo a carga horária mínima de 1600 horas foi desenvolvida a Matriz curricular do Curso considerando um meio para se chegar aos fins pretendidos, em consonância com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e com o PPI (Plano Pedagógico Institucional).

Neste sentido, reuniu-se a Coordenação do Curso juntamente com a Direção Geral, Supervisão Pedagógica, Corpo Técnico Administrativo, atores e agentes da comunidade local, discentes, Colegiado do Curso e os membros do **Núcleo Docente Estruturante**, para instituir o NDE, balizado na Resolução N°01, de 17 de junho de 2010.

O Parecer CONAES N°.04/2010, Art.1º dispõe que o (NDE) de um curso constitui-se de grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso, para tratar sobre a construção do documento participativo. O trabalho desse grupo resultou no **“Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública”**, tendo a finalidade de explicitar as políticas e práticas pedagógicas, dentre as quais se destacam:

- apresentar o perfil, as habilidades e competências esperadas para o egresso atrelando-os à ética e à cidadania;
- definir o mercado de atuação do Gestor Público a ser formado pelo Curso;

- estabelecer a matriz curricular adequada às exigências legais, estatutárias e pedagógicas, buscando formar profissionais competentes nas áreas de atuação do Curso;
- disciplinar a prática docente através da readequação das estratégias metodológicas de sala de aula;
- explicitar as políticas pedagógicas de apoio ao processo ensino/aprendizagem desenvolvidas no Curso;
- orientar professores e alunos sobre as questões acadêmicas pertinentes ao Curso.

É importante ressaltar que o PPC deste curso foi construído de acordo com o art.1º da Portaria Normativa 40/2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010, o qual destaca três dimensões:

Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA;

Dimensão 2: CORPO DOCENTE, CORPO DISCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO;

Dimensão 3: INFRAESTRUTURA.

Nesse contexto, este Projeto Pedagógico, embora seja um instrumento em constante processo de adequações e atualizações é um documento balizador do desenvolvimento acadêmico manifestando a prática pedagógica do curso e direcionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2 CARACTERÍSTICAS DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

2.1 Perfil institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – IF Farroupilha - CNPJ 10.662.072/0001-58, foi criado mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul, e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, com suas respectivas Unidades descentralizadas de ensino, e acrescida de uma Unidade de ensino que

pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica, de Bento Gonçalves através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008.

Além dessas duas autarquias que deram origem ao IF Farroupilha passa a compor os seguintes *campi*, classificados como câmpus do Instituto Federal Farroupilha:

- Câmpus Alegrete – CNPJ 10.662.072/0004- 09;
- Câmpus Júlio de Castilhos – CNPJ 10.662.072/0002- 39;
- Câmpus Panambi – CNPJ 10.662.072/0007-43;
- Câmpus Santa Rosa – CNPJ 10.662.072/0008-24;
- Câmpus São Borja–CNPJ 10.662.072/0006-62;
- Câmpus Santo Augusto – CNPJ 10.662.072/0005- 81;
- Câmpus São Vicente do Sul – CNPJ 10.662.072/0003- 10.;
- Câmpus Jaguari – CNPJ 10.662.072./0009-03.

Ainda, compõem o Instituto Federal Farroupilha os Pólos de Educação a distância existente nas cidades de Agudo, Alegrete, Cacequi, Cachoeira do Sul, Canguçu, Cruz Alta, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Giruá, Ijuí, Ivorá, Maçambará, Não-me-Toque, Nova Palma, Pinhal Grande, Piratini, Quaraí, Rosário do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santiago, Santo Cristo, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Lourenço do Sul, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins, Sobradinho e Toropi. (IF FARROUPILHA, 2012).

Diante desse contexto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha caracteriza-se como uma instituição que possui natureza jurídica de autarquia, o que lhe confere autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

A lei nº 11.892, DE 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com as formações de ensino de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como

instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Desde o início de sua implantação, o Instituto Federal Farroupilha, assumiu uma ideologia central: uma premissa que norteia a atuação da organização de acordo com os valores que guiam sua conduta, desenvolvendo a sua cultura, definindo sua dinâmica organizacional na consolidação de um projeto institucional compartilhado e que está expresso na sua visão, missão e valores.

MISSÃO

- Promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

VISÃO

- Ser referência em educação profissional, científica e tecnológica, com instituição promotora do desenvolvimento regional e sustentável.

VALORES

- **Ética/Solidariedade:** humanização, inclusão, igualdade na diversidade, cooperação;
- **Sustentabilidade:** responsabilidade social e ambiental;
- **Desenvolvimento humano:** criticidade, autonomia e empreendedorismo;
- **Democracia:** igualdade na diversidade, liberdade, justiça;
- **Qualidade:** baseada no conhecimento técnico/tecnológico e sustentável;
- **Inovação:** criatividade baseada em conhecimentos tradicionais e na capacidade de romper com seus limites.

2.2 Sede da Reitoria – Santa Maria/RS

Santa Maria foi escolhida para implantação e funcionamento da Reitoria do Instituto Federal Farroupilha por desempenhar papel reconhecido como pólo econômico da região central do Estado e ser a quarta (4ª) cidade em população, aproximadamente duzentos e sessenta mil habitantes.

Figura 01 – Mapa de localização da cidade de Santa Maria



Fonte: www.ufsm.br/gepoc/sepoc2011

Quadro 01 – Dados do município de Santa Maria

População Total (2010):	261.031 habitantes
Área (2010):	1.779,6 km ²
Densidade Demográfica (2010):	146,7 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010):	3,17 %
Expectativa de Vida ao Nascer (2000):	74,01 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010):	11,22 por mil nascidos vivos
Data de criação:	16/12/1857 - (Lei nº. 400)
Município de origem:	Cachoeira do Sul e Cruz Alta.

Fonte: FEE - Fundação de Economia e Estatística –

No tocante ao aspecto geográfico, a cidade possui o epíteto de “**Coração do Rio Grande**” por ser um ponto de confluência e fácil acesso aos demais municípios do Estado. Nesse contexto, constituiu-se na melhor opção de gerenciamento dos campi do Instituto Federal Farroupilha.

Vários fatores foram considerados na decisão de implantação da Reitoria do IF Farroupilha em Santa Maria, destacando-se: acessibilidade rodoviária e aérea, inclusive com países do MERCOSUL; infraestrutura hoteleira e de turismo em geral; grande potencial para organização de eventos educativos e culturais; facilidades administrativas e comerciais, entre outros.

2.3 Aspectos históricos e geográficos da região de localização do IF Farroupilha - SVS

A área de abrangência definida para o IF Farroupilha-SVS, teve consideradas as identidades histórico/culturais e econômicas, geograficamente, os campi estão distribuída em mesorregiões do Estado do Rio Grande do Sul, e a Messorregião a que pertence São Vicente do Sul está assim contextualizada:

2.3.1 Messorregião do Centro Ocidental Rio-Grandense

É uma das sete mesorregiões do estado brasileiro do Rio Grande do Sul formada pela união de trinta e um (31) municípios agrupados em três (03) microrregiões: Restinga Seca, Santa Maria (sede da reitoria) e Santiago.

Figura 02 – Messorregião do Centro Ocidental Rio-Grandense



Fonte: www.ufsm.br/gepoc/sepoc2011

Quadro 02 - Características Geográficas - Mesorregião do Centro Ocidental Rio-Grandense

Unidade Federativa:	Rio grande do Sul
Messorregiões limítrofes:	Centro oriental Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense, Sudoeste Rio-Grandense
Características geográficas	
Área	25.954,689 Km ²
População	556.062 hab.2005
Densidade	21,4 hab/km ²
Indicadores	
PIB R\$	4.631.127,144,00
PIB Per capita R\$	8.466,74

Fonte: IBGE/2003.

2.3.2 Microrregião de Santa Maria

A microrregião de Santa Maria tem uma população estimada, em 2010, pelo IBGE, em 373.105 habitantes. Possui uma área total de 11.736,324 km², dividida em treze municípios: Cacequi, Dilermando de Aguiar, Itaara, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santa Maria, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, **São Vicente do Sul**, Toropi e Vila Nova do Sul.

A microrregião de Santa Maria, cuja colonização foi principalmente alemã e italiana, tem sua economia baseada na agricultura, comércio e pecuária. O solo é favorável à cultura do arroz irrigado, concentrando-se na Depressão Central (Vale do Jacuí) e nos Vales dos Rios Santa Maria e Ibicuí, fazendo dessa Mesorregião a maior produtora estadual.

Na indústria, destaca-se o beneficiamento de arroz. Outro elemento importante é a riqueza fossilífera. Há sítios paleontológicos nos municípios de Mata, São Pedro do Sul e Santa Maria. Essas áreas apresentam potencial para o desenvolvimento de atividades de turismo, organização nas atividades do setor público.

A economia da região é pautada na agropecuária, comércio e prestação de serviços. Na área pública, os pagamentos de salários a funcionários públicos ligados a órgãos da administração federal, estadual e municipal,

assumem expressiva importância econômica. Como herança de um passado de disputas fronteiriças, a Microrregião ainda é sede de um número expressivo de guarnições militares.

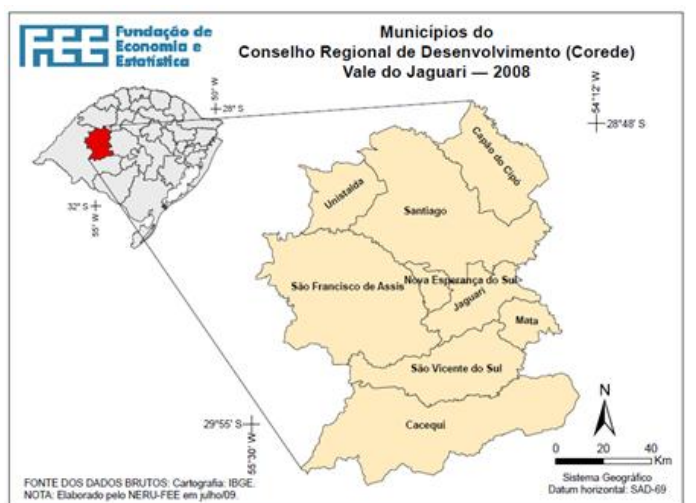
A maior parte desta microrregião, pertencente à Metade Sul do estado do RS, caracteriza-se pela debilidade da cultura associativa, o que dificulta a cooperação e a união de forças no sentido de buscar soluções para os problemas locais. Essa fragilidade do “capital social” da região pode ser atribuída às características da formação histórica, especialmente às desigualdades econômicas e às formas de exclusão social gerada pela estrutura fundiária concentrada e pela convivência com a escravidão (BANDEIRA, 2003).

2.3.3 Corede do Vale do Jaguari

2.3.3.1 Aspectos Histórico-Culturais

O COREDE do Vale do Jaguari foi instituído pelo Decreto nº 45.436, de 09 de janeiro de 2008, publicado em 10 de janeiro de 2008 no Diário Oficial do Estado, mediante desmembramento do COREDE Central. É constituído pelos municípios de Cacequi, Capão do Cipó, Jaguari, Mata, Nova Esperança do Sul, Santiago, São Francisco de Assis, São Vicente do Sul e Unistalda.

Figura 03 – Municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) Vale do Jaguari.



Fonte: FEE – Fundação de Economia e Estatística

Quadro 03 – Perfil do Corede do Vale do Jaguari

População Total (2010):	117.250 habitantes
Área (2010):	11.268,0 km ²
Densidade Demográfica (2010):	10,4 hab/km ²
Taxa de analfabetismo (2010):	6,25 %
Coefficiente de Mortalidade Infantil (2010):	10,69 por mil nascidos vivos

Fonte: Corede -2010

O povoamento da colônia de Jaguari começou em 1885, quando alguns colonos instalaram-se na chamada “região das matas”, mas oficialmente a colônia de Jaguari, foi fundada em 1889, quando se estabeleceram aproximadamente mil italianos, sendo que, mais tarde, viriam imigrantes da Alemanha, Áustria, França e Espanha. O imigrante adaptou-se às terras montanhosas e de matas, embora inicialmente a colonização tenha sido difícil devido à morosidade na demarcação das terras e às condições de vida precárias.

Assim, a imigração trouxe prosperidade à região, pois com a chegada dos imigrantes, incorporou-se uma nova tecnologia que fez crescer a produtividade, além do colono e de sua família constituírem-se em força de trabalho potencial. Na década de 1890, começam a abrir caminhos no meio do mato, chamados de picadas e que se transformariam em vias de comunicação entre Jaguari e as regiões do centro e da fronteira do Estado.

Porém, a colonização praticamente parou em 1893, com o advento da Revolução Federalista e somente em meados de 1895, o governo do Rio Grande do Sul assume a colonização, concedendo investimento, de modo a proporcionar que se acelerasse o desenvolvimento na região de Jaguari.

Os primeiros habitantes da região, onde hoje se localiza a cidade de Jaguari, foram os índios guaranis até o início do século XVII. As primeiras famílias italianas chegaram no ano de 1888 e, em 1889, foi fundado o núcleo colonial Jaguari de origem Guarani. Inicialmente, os italianos enfrentaram muitas dificuldades nessas terras, mas aos poucos foram colonizando-as e colaborando com os imigrantes alemães, húngaros, poloneses, russos e portugueses na construção de seus lares.

Em 1890, foi construída a via férrea que interligaria os municípios de Santa Maria e Cacequi, sendo esse fato determinante na ocupação populacional próxima à estação, que deu origem à sede atual do município de Cacequi. A região foi inicialmente povoada por indígenas, mas com o processo de ocupação e povoamento do Rio Grande do Sul, foram expulsos da região, permanecendo o nome do local dado por eles, ou seja, o do arroio Cacequi.

A região das Missões, da qual fazia parte a área do atual município de Cacequi pertenceu aos portugueses e, mais tarde, aos espanhóis. O ano de instalação oficial do município foi em 1944.

Na construção da estrada de ferro que interligaria os municípios de Santa Maria e Jaguari iniciada em 1912 foi aberta "picadas" para o leito da ferrovia e deste motivo começou a formação da cidade de Mata, daí a denominação do município de "filha da ferrovia". Acredita-se que a habitação de Nova Esperança do Sul teve início em 1860, com a chegada de imigrantes italianos.

Em março de 1986, um grupo de pessoas se reuniu para formar a comissão de emancipação, assim em 1988, foi criado o município de Nova Esperança do Sul.

Capão do Cipó, por sua vez, é um município pequeno com área de apenas 1.022 km² representando 0,3802% do estado. O local onde se situa o município foi denominado de Capão do Cipó por um viajante, já que por várias décadas, viajantes ali faziam suas paradas. A emancipação do município foi concedida em 1996.

O nome do município de Santiago deriva de uma homenagem a São Tiago. Devido à religiosidade do local e por ser o santo padroeiro da Espanha, os jesuítas construíram uma capela coma imagem de São Tiago na época das Missões, visto que o município faz parte do território missioneiro, tendo sido palco das lutas entre Portugal e Espanha. Ali os jesuítas, além do cultivo do trigo, do algodão e de outras culturas de subsistência, desenvolveram a pecuária no solo gaúcho e estabeleceram grandes estâncias para a criação de gado. O ano de instalação do município foi em 1884.

São Francisco de Assis, em termos geográficos, pertence à zona missioneira. Durante o processo de colonização, os alemães e italianos

integraram-se aos negros, portugueses e espanhóis, que compõem a miscigenação do município. Em 1884, foi elevada à categoria de Vila e sua emancipação ocorreu em 1938.

São Vicente do Sul tem suas origens em 1632, onde era um aldeamento de índios guaranis que foram colonizados por jesuítas espanhóis, mas posteriormente a região passaria ao domínio português. O município é um ponto geográfico que centraliza os acessos à fronteira gaúcha de São Borja, de Uruguaiana e de Santana do Livramento.

A Vila de Unistalda teve início entre 1935 e 1936, em virtude da construção de uma estação ferroviária intermediária. A emancipação ocorreu somente em 1995 (COREDE, 2008).

Quadro 04 – Aspectos Físico-Naturais: Área e população

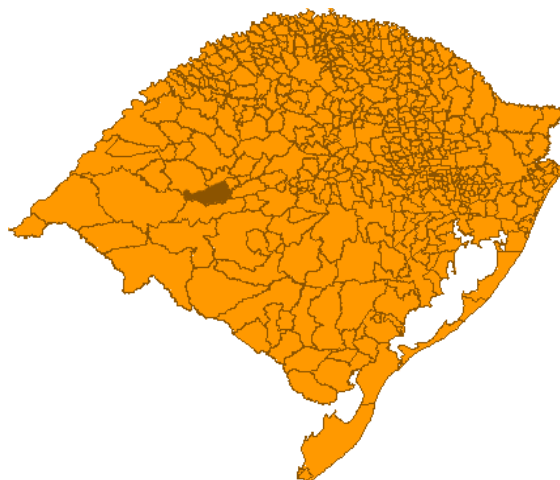
CIDADE	ÁREA (KM2)	POPULAÇÃO
Cacequi	2.370,00	13.878
São Fco. de Assis	2.508,50	19.933
Capão do Cipó	1.022,20	3.248
São Vicente do Sul	1.174,90	8.507
Jaguari	673,5	11.799
Unistalda	602,4	2.445
Mata	312,1	5.378
Nova Esperança do Sul	191,4	4.870
Santiago	2.413,1	50.321
TOTAL DA REGIÃO	11.268,10	120.379

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação de Economia e Estatística (FEEDADOS); corede.

2.3.4 Município de São Vicente do Sul

2.3.4.1 Histórico do Município de São Vicente do Sul

Figura 04 – Mapa de localização da cidade de São Vicente do Sul/RS



Fonte: FEE- Fundação de Economia e Estatística

Quadro 05 - Dados do município de São Vicente do Sul/RS

População total:	8.440 habitantes
Área (2010):	1.174,9 km ²
Densidade demográfica (2010):	7,2 hab/Km ²
Taxa de analfabetismo(2010):	7,51%
Expectativa de vida ao nascer (2000):	76,54 anos
Coeficiente de Mortalidade Infantil (2010):	12,50 por mil nascidos vivos
Data de criação?	29/04/1876 – (Lei n°1032)
Município de origem:	Alterada pela Lei n°. 5930 de 31/12/1969 – Itaqui e São Gabriel

Fonte: FEE - Fundação de Economia e Estatística –

São Vicente do Sul - Antigo aldeamento de índios Guaranis, entre os rios Toropi, Jaguari e Ibicuí, o município tem suas origens no ano de 1632, com a chegada dos jesuítas espanhóis. Na época, sob o comando do Padre Cristóvão Mendoza e Orelhana, ergueu-se a Redução de São José, que chegou a abrigar mais de 5.800 habitantes - a maior parte índios convertidos ao cristianismo.

Tão logo chegou a São Paulo a notícia de que nas reduções jesuíticas havia numerosos índios civilizados, os paulistas organizaram expedições como a de Antonio Tavares e penetraram no RS, atacando e dizimando as reduções. Não se sentindo seguros no RS, os jesuítas mudaram-se com o que restava para a outra margem do Rio Uruguai. Na aldeia de São José permaneceu o gado, criando-se xucros nas verdes campinas do atual município de São Vicente do Sul.

Em 1682 os padres missioneiros reergueram novas missões, dando início aos Sete Povos da Banda Oriental do Uruguai, contando com numerosos rebanhos para o sustento da população. Assim, passaram a dividir o RS em grandes estâncias, sendo fundada a Estância de São Vicente, pertencendo ao povo de São Miguel.

Os ataques às missões jesuíticas continuaram até por volta de 1801, com a total destruição das aldeias. Era o fim das Missões. Após a expulsão dos jesuítas, parte do vale de São Vicente passou a ser ocupada por estancieiros portugueses. Mais tarde, com a Revolução Farroupilha migrou para São Vicente indígena de outras reduções, vindo juntarem-se aos que ali existiam. Instalaram-se em pequenos ranchos em Cavajuretã, Loreto, São Pedro do Ibicuí e na região hoje conhecida como Timbaúva dos Mellos e ao redor da atual cidade de São Vicente do Sul.

Primeiramente São Vicente fazia parte do território de Rio Pardo. Depois, com a criação do município de São Gabriel, passou a ser o 3º distrito deste. Através da Lei nº 1032, de 29/04/1876, São Vicente, então 2º distrito especial de São Gabriel, foi elevado à categoria de vila, e depois, em Município com terras de São Gabriel e Itaqui.

O povoado foi primeiramente denominado São Vicente, pelos jesuítas, devido à imagem de São Vicente Ferrer, padroeiro da estância jesuítica, trazida por eles, hoje na igreja matriz. Em 1944, por interesses políticos, passou a denominar-se General Vargas, em homenagem a Manoel do Nascimento Vargas, pai do Presidente da República Getúlio Vargas. Em 1969, voltou a chamar-se São Vicente e para distingui-lo do seu nome onomástico de São Paulo, São Vicente do Sul.

O Município de São Vicente do Sul está localizado na Depressão Central do RS. Limita-se ao norte com o Município de Jaguari; ao sul, com Cacequi; à leste, com São Pedro do Sul e Mata; e a oeste, com São Francisco de Assis e Alegrete. Possui clima subtropical. Sua população é de 8.469 habitantes, com forte influência das etnias alemã, italiana, indígena e portuguesa.

Sua economia baseia-se na agricultura e pecuária. A principal cultura é o arroz, em nível de expansão. As tradições e costumes estão vinculados à Revolução Farroupilha, em homenagem ao General farrapo João Antônio da Silveira; ao trabalho do homem com o gado, originado das grandes estâncias, como: marcação, carreiradas, jogo do osso, de bocha e fandangos, fazendo parte do Movimento Tradicionalista Gaúcho, com a criação do CTG Cancela da Fronteira, EM 1975.

2.3.4.2 Histórico do Instituto Federal Farroupilha, câmpus São Vicente do Sul

Figura 05 - Vista panorâmica do IFFarroupilha, câmpus São Vicente do Sul



Fonte: Rafael de Menezes Pereira – Estagiário do setor de Extensão Rural - Instituto Federal Farroupilha, Câmpus São Vicente do Sul – 2009.

O Câmpus São Vicente do Sul possui uma longa trajetória na Educação Profissional e completará, em 2011, 59 anos de efetiva atuação e importante participação nas ações de desenvolvimento regional. A Instituição possui um quadro de pessoal composto por cento e noventa e nove (199) servidores, sendo, docentes efetivos setenta e nove (79), cento e dois (102) técnico-administrativos e dezoito docentes substitutos (18).

O Câmpus São Vicente do Sul, do Instituto Federal Farroupilha, foi criado em 17 de novembro de 1954, através de Termo de Acordo firmado entre a União e o então município de General Vargas, sob a denominação de Escola de Iniciação Agrícola, publicado no Diário Oficial de 30/11/1954, em conformidade com os Artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20 de janeiro de 1947, que instalou o Ensino Agrícola no Brasil, e os dispositivos do Decreto Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946.

Em 25 de janeiro de 1968, pelo Decreto no 62.178, foi transferido para a Universidade Federal de Santa Maria, sob denominação de Colégio Agrícola. No ano seguinte, pelo Decreto nº 64.827, de 16 de julho de 1969, houve uma reformulação do Decreto nº 62.178, estabelecendo que a orientação didático-pedagógica seria totalmente exercida pela UFSM.

Em 28 de fevereiro de 1985, através do Decreto no 91.005, a instituição passou a pertencer a COAGRI - Coordenação de Ensino Agrícola, com a denominação de Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul.

Após, através do Decreto nº 93.313, de 21 de novembro de 1986, foi extinta a COAGRI, sendo criada, em substituição, a Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG, órgão diretamente ligado ao Ministério da Educação.

Em 1990, houve nova reorganização no funcionamento dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. O Decreto nº 99.180 criou a Secretaria de Educação Média e Tecnológica, ficando, então, todas as Escolas Agrotécnicas Federais a ela subordinadas.

A Lei 8.731, de 16 de novembro de 1993, transformou as Escolas Agrotécnicas Federais em Autarquias Federais, dando-lhes autonomia administrativa, patrimonial, financeira e disciplinar. Em 15 de abril de 1998, o Decreto nº 2.548, de 15 de abril de 1998, aprovou o novo Regimento Geral das Escolas Agrotécnicas Federais, determinando que cada uma elaborasse sua própria regulamentação. O Regulamento Interno da Instituição foi elaborado e submetido à aprovação dos órgãos superiores, tendo sido aprovada no dia 1º/09/98, através da Portaria/MEC 966.

Em 13 de novembro de 2002, através de Decreto Presidencial de 13 de novembro, publicado no Diário Oficial - Nº 221 - Seção 1, quinta-feira, 14 de novembro de 2002, a Escola Agrotécnica foi credenciada como Centro Federal

de Educação Tecnológica, passando à denominação de Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul.

Em 2006, o Decreto nº 5.773, de 09/05/2006, revogou o Decreto no 3.860, de 9 de julho de 2001 e o Decreto nº 5.225, de 1º/10/2004 e elevou, definitivamente, os CEFETs à condição de Instituições de Ensino Superior.

Em 2008, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, criou os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e a Portaria MEC nº 4, de 06 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial de União, estabeleceu a relação dos campi componentes do Instituto Farroupilha, onde foi inserido o Campus São Vicente do Sul/RS.

Assim, o Instituto Federal Farroupilha, campus de São Vicente do Sul, ficou assim distribuído em sua estrutura curricular:

2.3.4.3 Ensino

O Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul oferece cursos técnicos e tecnológicos em três níveis Médio, Superior e Pós-Graduação. O nível Médio é oferecido nas modalidades: Integrado, Concomitante e Subseqüente. O nível superior é oferecido na modalidade de Curso Superior de Tecnologia e Licenciatura. Já a Pós-Graduação é composta por cursos de Especialização. Abaixo estão listados os níveis de Ensino e seus respectivos Cursos.

2.3.4.3.1 Níveis de ensino

A) Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Etapa final da Educação Básica, com duração mínima de 3 anos, tem como finalidades, segundo a LDB N°9394/96, "A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando". "Desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

O Campus São Vicente do Sul oferece cursos Técnicos, mediante a seguinte organização de Educação Profissional Técnica de nível médio:

Integrado ao Ensino Médio (destinado às pessoas que já concluíram o Ensino Fundamental);

Cursos Disponíveis:

1. Proeja: Técnico em Vendas, Técnico em Informática;
2. Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio;

Concomitante ao Ensino Médio:

Cursos Disponíveis:

1. Técnico em Informática;

Subsequentes

Cursos Disponíveis:

1. Técnico em Informática;
2. Técnico em Alimentos;
3. Técnico em Secretariado;
4. Técnico em Agricultura;
5. Técnico em Zootecnia.

B) Ensino Superior

A formação Tecnológica Superior é uma Graduação que forma profissionais habilitados para atuar na gestão de processos industriais e/ou serviços nas organizações Públicas e Privadas.

Os cursos têm duração, em média, de 3 anos, e são voltados a pessoas que tenham concluído o ensino médio e a profissionais técnicos. A formação é centrada na especialização e no conhecimento da tecnologia de ponta. O Instituto Federal Farroupilha - Câmpus São Vicente do Sul oferece, atualmente, os seguintes Cursos:

1. Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
2. Curso Superior de Tecnologia em Irrigação e Drenagem;
3. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública;
4. Curso Superior de Licenciatura em Biologia;
5. Curso Superior de Licenciatura em Química.

c) Pós-Graduação

Compreende o programa *lato sensu* nível especialização, contanto no momento com duas Especializações:

- 1 Especialização em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local;
- 2 Especialização em Ciências Agrárias.

O Câmpus São Vicente do Sul, conta ainda, com o Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Básica, Formação Inicial e Continuada – PROEJA FIC, que visa proporcionar a Formação Inicial e Continuada (Qualificação Profissional), integrada ao ensino fundamental, a jovens e adultos, maiores de 15 anos de idade, que não tenham concluído seus estudos em idade própria, ofertando o Curso de Panificação, em parceria com municípios de Cacequi, Jaguarí, Jarí e São Pedro do Sul.

3 JUSTIFICATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

O Instituto Federal Farroupilha, com sede no município de São Vicente do Sul, localizado a 373 km da capital do Estado, caracteriza-se por centralizar os acessos às demais cidades da fronteira gaúcha, onde é marcante a influência da Instituição junto à comunidade externa. Essa integração é facilitada pela privilegiada localização e pela excelente estrutura física e humana da qual o IF Farroupilha-SVS, dispõe.

Com a finalidade de atender às crescentes necessidades da sociedade, que busca profissionais com sólida formação tecnológica, o Câmpus implantou um número significativo de cursos nas diferentes áreas do conhecimento de acordo com o **item 2.3.4.3**.

A proposta de implantação e execução do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é resultado do levantamento da realidade por meio de chamada pública e de um estudo realizado pelo Curso Técnico em Secretariado com a comunidade Regional. Esses estudos apontaram a demanda por cursos na área de Gestão. Paralelos a esse estudo,

intensificavam-se na Instituição os trabalhos de extensão junto a prefeituras de municípios próximos, indicando a necessidade de qualificação dos profissionais que atuam na área.

O Governo Federal através dos órgãos competentes tem incentivado ações que objetivem a eficiência na gestão pública, através de programas de apoio aos municípios, oferecendo, dessa forma, a possibilidade da utilização de recursos financeiros para programas disponibilizados. Contudo, o que se tem observado em muitos municípios de pequeno porte é a falta de qualificação dos agentes para elaborarem projetos capazes de acessar esses recursos.

A taxa elevada e crescente da urbanização no Brasil coloca o país entre os mais atrasados na área da Gestão Pública, detectado pela carência de profissionais da área, ocorridas em muitas cidades brasileiras. (IBGE, 2009).

Pode-se identificar, assim, a crescente carência por profissionais preparados para atuar na Gestão Pública, principalmente tecnólogos que estejam aptos para as novas e emergentes demandas no contexto onde serão inseridos com o perfil de formação integrados e participativos, confirmando dessa forma, a necessidade da preparação de nível superior.

O curso Superior de tecnologia em Gestão Pública vem contribuir com o papel do IF Farroupilha-SVS como protagonista e estimulador do desenvolvimento local, regional e nacional, consciente de sua responsabilidade de agente transformador da realidade, articulada ao conhecimento científico-tecnológico.

Analisando-se o Vale do Jaguari composto por nove municípios do qual São Vicente do Sul faz parte (sede do IF Farroupilha-SVS), estima-se que existam mais de 8.000 servidores públicos atuando na região, nas diversas áreas de trabalho, o que evidencia a necessidade de qualificação de profissionais para atuarem nessas instituições, de forma responsável e ética, uma vez que operam com recursos públicos.

O curso foi pensado de forma que os alunos possam atuar nas diferentes esferas do setor público por meio de projetos de pesquisa e extensão, contribuindo para a qualificação da gestão das instituições estudadas e propiciando ao estudante uma formação fortemente ligada à realidade onde atuarão futuramente. O Tecnólogo tem formação profissional voltada para uma

área bastante específica, integrando teoria e aplicação prática. Esse profissional desenvolve determinadas habilidades e competências para se inserir mais rapidamente no mundo do trabalho.

A implantação de novos Cursos Superiores de Tecnologia vem consolidar a missão do IF Farroupilha-SVS, no que se refere à oferta da educação profissional de nível superior, uma vez que os Cursos Técnicos de Nível Médio e os de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores já são tradicionalmente desenvolvidos pela instituição.

4 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como objetivo a formação de profissionais éticos e competentes, capazes de analisar o ambiente das organizações pertencentes ao setor público, identificando e solucionando problemas existentes e potenciais, contribuindo assim com o desenvolvimento regional e avanço do conhecimento científico-tecnológico.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

O curso pretende desenvolver os seguintes objetivos específicos:

- promover autonomia intelectual, com a compreensão da necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança;
- preparar profissionais para atuação no planejamento, implantação e gerenciamento de programas e projetos de políticas públicas, agindo de forma ética e competente em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal;

- preparar cidadãos e profissionais aptos para a intervenção na realidade, de forma empreendedora e criativa, ampliando os campos de atuação profissional;
- formar profissionais com uma visão holística e interdisciplinar que viabilize a busca de soluções complexas para problemas das diversas áreas ligadas ao serviço público;
- melhorar a imagem e qualidade dos serviços prestados pelos órgãos públicos junto à comunidade em função da elevação na formação dos profissionais que atuam nesse setor;
- formar profissionais com visão crítica e humanística aptos a tomarem decisões em um mundo diversificado e interdependente, participando do desenvolvimento da sociedade;
- incentivar a pesquisa e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia bem como à difusão da cultura;
- incentivar as alternativas integradas para o desenvolvimento sustentável local e global;
- incentivar domínio da comunicação interna e externa de forma a mostrar competências na forma oral e escrita, atitude crítica, liderança, trabalho em equipe com criatividade e inovação;
- promover o domínio de habilidades instrumentais básicas voltadas para o perfil profissiográfico do Gestor Público;
- propiciar meios para a inclusão de pessoas com deficiência, possibilitando a participação com autonomia na sociedade, como sujeitos atuantes nas decisões sociais, econômicas e políticas, sendo que, as práticas pedagógicas devem ser voltadas ao atendimento das especificidades dos educando sempre respeitando seu contexto, tempo, potencialidades e limitações, através de adequações curriculares, metodológicas e avaliativas, seguindo os preceitos da LDB, capítulo V, que trata sobre a Educação Especial.

5 DETALHAMENTO

Denominação do Curso: Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

Modalidade de curso: Educação Profissional e Tecnológica de Graduação.

Tipo: Curso Superior de Tecnologia.

Modalidade: Presencial.

Habilitação: Tecnólogo.

Nível do Curso: Ensino Superior.

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.

Titulação conferida: Tecnólogo em Gestão Pública.

Autorização: Resolução N° 23/2008-CD

Endereço de oferta: Instituto Federal Farroupilha – câmpus São Vicente do Sul.

Turno de funcionamento: Noturno.

Número de vagas: 35 vagas.

Periodicidade de oferta: Anual.

Carga horária total: 1980 horas

Regime Letivo: Atendendo as recomendações do Artigo 5º da Resolução CNE/CP nº 3/2002. O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública será desenvolvido em regime semestral, sendo o ano civil dividido em 2 (dois) períodos letivos (semestres) de, no mínimo, 100 (cem) dias de trabalho escolar efetivo cada um.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública será integralizado em 6 (seis) semestres letivos, obedecendo-se à carga horária mínima para cada modalidade, por área profissional (PORTARIA N° 10, de 28 de julho de 2006). Ressalta-se ainda a inclusão do trabalho de conclusão de curso (TCC). A prática profissional será obrigatória com carga horária de 200 horas.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública deverá ser desenvolvido com formação especializada em segmentos (modalidades) de uma área profissional. Soma-se a isso, a possibilidade de ter duração inferior aos tradicionais cursos de graduação. Essas características conferem a esta modalidade de ensino uma grande atratividade. Assim, o curso atenderá essas

particularidades, proporcionando uma forma moderna, dinâmica e eficaz de desenvolvimento do ensino superior.

Períodos: O curso realizar-se-á no turno noturno.

Coordenador do Curso: Antônio Carlos Minussi Righes.

6 REQUISITOS DE ACESSO

O Instituto Federal Farroupilha, em seus processos seletivos, adotará os dispostos do regulamento organizado pela Comissão Permanente de Vestibular.

O candidato deverá apresentar comprovante de conclusão do ensino médio para ingresso no curso. Outra forma de acesso se dará via transferência externa ou quando o candidato possuir diploma de curso superior, quando houver disponibilidade de vagas, por meio de edital específico.

7 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública na sua proposta curricular contempla a formação de um profissional apto a desenvolver de forma ética, plena e inovadora atividades no segmento público.

A relevância no desenvolvimento das competências, habilidades e valores, por meio da contextualização, com valorização e articulação dos conhecimentos teóricos e as experiências práticas dos alunos, é o foco principal do curso.

A aplicação da flexibilidade nas práticas do ensino agregando e reconhecendo os saberes adquiridos pelo estudante fora do ambiente escolar e a busca da interdisciplinaridade resultam das atividades atinentes à contextualização curricular proposta.

As atividades atinentes ao curso são desenvolvidas com a realização de projetos de extensão, pesquisas aplicadas, visitas técnicas, trabalhos socializados individuais e coletivos, palestras e aulas integradas. Define Manfredi (2005), sobre esse aspecto, de maneira clara, que a concepção do

modelo orientado para competências, discutindo as potencialidades e capacidades individuais articuladas com o mundo do trabalho, possibilita ao indivíduo agir, intervir e decidir em situações nem sempre previsíveis. O exercício dessa capacidade implica na construção da aprendizagem por meio das competências adquiridas na dimensão do mundo do trabalho e na vida ativa, articuladas com o próprio processo de aprendizagem.

A instituição acredita conforme Perrenoud (1999), que para haver mudança significativa na sociedade, a educação deve ser concebida nos chamados quatro pilares: aprender a ser, a conviver, a aprender, a fazer. Nas suas atividades cotidianas propõe ao estudante aprender a conviver consigo mesmo, com os outros e com a natureza. Percebe no contexto que não deve apenas ensinar os conteúdos técnicos profissionais, pois é necessário ensinar a conviver, afinal convivemos todos os dias.

É ciente que é necessário mediar no estudante a aprender a aprender. Constataram-se, por estudos recentes, que as pessoas têm muitas inteligências cientificamente comprovadas. Decorar não é inteligência, apenas uma habilidade cerebral. Então, por haver inteligências prontas, resta mostrar que a evolução no processo de ensino-aprendizagem pode ser conseguida através de uma ou de outras inteligências. Por fim, o aprender a fazer decorre da proposta de um ensino humanístico, que envolve o olhar da prática social, na essência a aplicação do conhecimento para o bem comum.

Assim, o trabalho desenvolvido na construção do curso tem o foco no respeito às diversidades culturais e no saber lidar com elas, comprometendo-se com o sucesso dos estudantes através da descoberta de suas potencialidades.

A preocupação da convivência, entre seus pares, professores e a natureza são fatores preponderantes na aplicação das diversas atividades no curso. A exploração das variadas inteligências na proposta pedagógica possibilita desenvolver nos estudantes a busca pela pesquisa. Finalmente, mostrando o conhecimento como instrumento de compreensão do mundo e de si mesmo, a proposta promove uma visão ampla do mundo do trabalho articulando os processos com o conhecimento, ambos inseparáveis, e a importância do desenvolvimento total da pessoa humana. Trata da prevalência do indivíduo sobre todas as coisas, especialmente a tecnologia.

Nesse sentido, pretende-se proporcionar ao estudante uma formação sólida que ofereça o conhecimento que lhe possibilite um desempenho profissional com competência no exercício de suas funções, além de uma base humanística.

Para a concepção do curso, foi lançado um olhar sistêmico sobre as questões públicas nacional, regional e local, entendendo-se que a transformação passa pelo local, pois o desenvolvimento de uma região depende do trabalho desenvolvido em cada localidade e dos laços de confiança desenvolvidos.

As políticas públicas podem contribuir para o fortalecimento do capital social e deste depende o desenvolvimento integrado regional. E é por acreditar na Teoria do Capital Social que o curso será desenvolvido estimulando o trabalho coletivo entre os alunos, mostrando no cotidiano das atividades desenvolvidas, tanto na sala de aula, como nas atividades desenvolvidas nas comunidades e instituições, que o trabalho em equipe fortalece os laços de confiança entre as pessoas. Outro ponto fundamental trabalhado no curso é o incentivo a identificação de alternativas integradas para o desenvolvimento sustentável local e global, acreditando-se no desenvolvimento endógeno.

O corpo docente está comprometido com o trabalho em equipe no desenvolvimento das disciplinas, mantendo encontros constantes e sistemáticos. De acordo com a proposta pedagógica do curso, formaremos um profissional que receberá uma sólida formação específica sendo instrumentalizado no desenvolvimento das competências para, diante de uma situação complexa e tendo em vista as finalidades necessárias, agir.

Os professores do curso comprometer-se-ão em atuar em estreita sintonia com as necessidades regionais em todos os níveis, sociais, econômicos, culturais e ambientais, entendendo-se que não há dissociação entre ensino-pesquisa e extensão. O processo didático-pedagógico proposto apresenta conteúdos verticalizados, organização curricular que objetiva a interdisciplinaridade, também é flexível e contextualizado à necessidade prática profissional regional e à base tecnológica.

O currículo proposto é um aprofundamento de conceitos na área do saber, incorporando os fundamentos tecnológicos necessários à adequada

compreensão do processo das atividades profissionais do seguimento de Gestão Pública. Atende aos princípios da flexibilidade quando os conteúdos são trabalhados de forma interdisciplinar propondo atividades de projetos e contextualização da teoria com visitas técnicas e outras atividades de extensão, além da junção do binômio: teoria e prática, no processo de aprendizagem. A estrutura curricular foi organizada em módulos, que permitem desenvolver competências em diferentes áreas do conhecimento.

O estágio profissional possibilitará uma intervenção mais direta e pontual na realidade de uma organização, podendo ser pública, não governamental, filantrópica ou privada que mantenha interface direta com o setor público.

O trabalho de conclusão de curso propiciará ao acadêmico pesquisar o estado-da-arte na área de Gestão Pública, ampliando e problematizando os conhecimentos adquiridos no curso. As atividades complementares de graduação contribuirão para o desenvolvimento da necessidade de aprender a apreender, mostrando aos profissionais a dinâmica da evolução do conhecimento e as inúmeras formas de atualização existentes no mundo do trabalho.

8 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

O IF Farroupilha - SVS visa à formação de profissionais e especialistas de nível superior, competentes e aptos a participarem no processo de desenvolvimento da sociedade. Para tanto, promove ações visando à qualidade e a excelência na formação, respeitando e considerando a importância do compromisso social.

O homem age na realidade em que vive e, nessa relação, busca compreendê-la utilizando-se de diversas formas de mediação. Nessa perspectiva, a aprendizagem reflete um processo de construção e reconstrução do conhecimento, que se dá pela constante mediação entre sua representação interdisciplinar, integrando a teórica e a prática. Diante disso, pretende-se garantir aos acadêmicos a possibilidade de se apropriarem dos referenciais teóricos e práticos necessários à futura atuação profissional.

Assumindo essa perspectiva, o Curso de Gestão Pública, elege como eixo central de suas diretrizes pedagógicas a aprendizagem em sua relação dialética com o ensino. Entende-se o aluno como sujeito de sua própria aprendizagem, capaz de, numa ação deliberada e consciente, buscar o domínio dos conteúdos necessários à vida cidadã e à profissionalização. Para isso, mais do que dominar diversificados conteúdos e técnicas, o estudante deverá aprender a se relacionar com o conhecimento de forma empírica, ativa, cognitiva, construtiva, criadora e ética.

Nesse contexto, a aquisição do conhecimento pelo sujeito aprendiz se dá por meio da mediação, que não ocorre só na sala de aula. Compreende-se, assim, que o papel do professor é justamente o de mediar, intencionalmente, a relação entre o sujeito e o objeto. Existe, portanto, uma especificidade a ser respeitada, trata-se de um profissional a serviço da orientação e condução do processo de aprendizagem, a partir de uma metodologia adequada à formação do profissional pretendido, sendo necessária uma sólida teoria que dê suporte à prática. Essa metodologia é explicada por um conjunto de atitudes, técnicas e práticas que refletem os pressupostos teóricos nos quais se apóia e que favoreçam a construção de sujeitos autônomos, hábeis e competentes.

Nesse movimento, a pesquisa e a elaboração pessoal são essenciais. Na ordem das atividades didáticas, os planos de ensino devem orientar a aprendizagem visando ao desenvolvimento de habilidades e competências primordiais ao exercício da profissão e da cidadania, considerando também, a necessidade de promover a capacidade de elaboração pessoal e a pesquisa. Estas deverão estar sempre em relação com a prática social e balizada pelas discussões coletivas, orientadas pelo docente durante as aulas com atividades expositivas, leituras e análises de textos, trabalho de campo, atividades práticas e de simulação em laboratórios e demais formas individuais e grupais de estudo.

As estratégias de ensino dependem, sempre, da natureza dos conteúdos e das condições do grupo, buscando a aproximação do acadêmico com a futura prática profissional.

A metodologia de ensino fundamenta-se numa concepção que contempla a apropriação dos conteúdos de formação profissional e a

construção do conhecimento, base epistemológica da proposta pedagógica da Instituição que se funda, igualmente, em relações democráticas e humanistas.

Como elemento de formação do ser humano, a educação impõe às instituições de ensino, e àqueles que participam do processo educacional a necessidade da adoção de métodos que venham a instigar a criatividade, desenvolver o raciocínio lógico e as habilidades do educando e, considerando que o avanço tecnológico é uma realidade, o ensino continuado deve conjugar aquelas premissas ao uso da tecnologia, assim como promover a interação do educando com o mercado de trabalho, mediante incentivo à participação dos alunos em palestras, conferências, seminários, eventos de Iniciação científica entre outros.

A partir dessas constatações, a Instituição adota em seu Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública disciplinas que promovem a criatividade, o conhecimento na tomada de decisão dos gestores públicos, o raciocínio lógico e desenvolvimento das competências e habilidades do futuro profissional. Para isso, tem utilizado recursos de informática e tem incentivado a participação dos alunos em eventos que contribuam para sua plena formação teórica e prática.

Os alunos, além de disporem de Laboratório de Informática, auditório, contam ainda com alguns programas específicos e, a cada semestre, promovem, com orientação dos professores do colegiado, a Semana Tecnológica, que compreende três dias de atividades diversas entre elas: palestras, workshop, mini-cursos, oficinas etc. realizadas por profissionais das respectivas áreas.

9 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A organização acadêmica do Instituto Federal Farroupilha, campus São Vicente do Sul e do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública, tecnólogo, obedece ao disposto no Regimento interno com a aprovação por meio dos conselhos normativos e deliberativos, órgãos executivos e órgãos de apoio técnico e administrativo. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - **CEPE**, e o Conselho Superior – **CONSUP** são considerados Normativos e

Deliberativos e possuem funções de natureza normativa, consultiva e deliberativa em matérias acadêmico-administrativas e disciplinares.

A Coordenação de Curso é exercida pelo coordenador constituindo-se no órgão de acompanhamento das atividades acadêmicas. Os Colegiados de Curso são constituídos pelos professores das disciplinas (unidades de ensino) que ministram aulas em um mesmo curso e um representante do corpo discente de cada turma; sendo dirigido pelo coordenador, substituído em suas faltas e impedimentos pelo professor substituto eleito pelos pares. O colegiado reúne-se ordinariamente em datas fixadas no calendário escolar e extraordinariamente, quando convocado pelo Coordenador, por iniciativa própria, por solicitação do Diretor ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros.

Os Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo são órgãos criados por proposta do Diretor, ouvida a entidade do IF Farroupilha, para atendimento às necessidades de organização e expansão acadêmica e administrativa da Instituição, com vistas ao desempenho e qualidade de suas atividades. Os órgãos de apoio são: secretaria, tesouraria, contabilidade, biblioteca e demais serviços de manutenção e limpeza.

10 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O IF Farroupilha, em seus cursos, prioriza a formação de profissionais que:

- tenham competência técnica e tecnológica em sua área de atuação;
- sejam capazes de se inserir no mundo do trabalho de modo comprometido com o desenvolvimento regional sustentável;
- tenham formação humanística e cultura geral integrada à formação técnica, tecnológica e científica;
- atuem com base em princípios éticos e de maneira sustentável;
- saibam interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modos de ser e pontos de vista divergentes;
- sejam cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.

Nesse contexto, entende-se, que o profissional tecnólogo em gestão pública, deve ensejar como perfil desejado, a capacidade e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do gestor.

Diante disso, o Curso de Gestão Pública do IF Farroupilha, câmpus São Vicente do Sul, com formação em tecnólogo, visa à formação humana e cidadã, profissional e investigativa, com ampla capacidade de liderança, competência técnica e iniciativa para atividade de consultoria, gestão de pessoas, visão empreendedora, flexibilidade para lidar com as mudanças do ambiente contemporâneo tendo capacidade de realizar pesquisas básicas aplicadas a áreas das organizações.

Ainda, o profissional deve apresentar um perfil ético e comprometido com as questões de diversidades sociais e impactos ambientais para atuar no mercado de trabalho, aptos para o desempenho de atividades dos mais diversos campos de trabalho, planejadas para aperfeiçoar e satisfazer as necessidades dos seus consumidores e ao mesmo tempo as necessidades das organizações.

O perfil a ser formado baseia-se na filosofia que as organizações almejam para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Esse profissional vai enfrentar mudanças constantes, na era da inovação tecnológica. Ele deve ser capaz de gerir a demanda e de tomar decisões eficazes.

O Curso, objetiva proporcionar formação intelectual, cultural e tecnológica para o desempenho de funções e papéis nas organizações em que sua ação seja necessária, inserindo o aluno no complexo universo da gestão administrativa.

Para tal, deverá possuir um conhecimento seguro das ciências administrativas e capacidade de realizar demandas interdisciplinares das ciências humanas, sociais e tecnológicas que o tornem apto a desempenhar o

papel de gestor de recursos disponíveis tornando-o competitivo dentro dos princípios éticos da profissão.

O projeto pedagógico do Curso de Gestão Pública defende o desenvolvimento das seguintes competências:

- demonstrar compreensão de todo o processo administrativo, de modo integrado, sistêmico e estratégico, bem como suas relações com o ambiente externo, tendo conhecimento das funções de planejar, organizar, controlar, comandar e coordenar tendo-os como base para as tomadas de decisões;
- atuar na área da gestão pública com base nos princípios da Administração Pública de acordo com o Art.37 da CF/88;
- lidar com modelos inovadores de gestão tendo como capacidade elaborar, implementar e consolidar projetos;
- desenvolver habilidades de comunicação interna e externa nas organizações para ter o conhecimento nas negociações e isonomia no ambiente organizacional;
- resolver situações com flexibilidade diante dos desafios do mercado, adaptando-se ao ambiente onde as organizações estão inseridas, tendo como meta a cooperação e a troca de conhecimentos adquiridos profissionalmente;
- selecionar estratégias e tomar decisões em ambientes turbulentos e de competição acirrada.

O egresso estará capacitado a gerir organizações públicas e privadas que estão inseridas nos diversos setores de produção, podendo realizar projetos compatíveis à sua formação, atuando em áreas diferenciadas do mercado. Esse profissional estará apto a trabalhar em órgãos estatais e governamentais, bem como em empresas privadas dos mais variados ramos de atividades ligados à gestão pública.

10.1 Competências e habilidades do egresso

Cabe à Instituição de Ensino Superior questionar e reorientar o processo formativo de seus cursos adequando-os às novas exigências sociais por meio de, debates que se inicia pelo perfil esperado do egresso e pela definição de quais serão as práticas pedagógicas a serem utilizadas para, garantir uma formação orientada para os valores estabelecidos por esta realidade inserindo o egresso com competências e as suas habilidades dentro do ambiente organizacional.

Nesse contexto, o embasamento educacional está pautado nos quatro Pilares da Educação apresentado no relatório “Jacques Delors” que: Aponta na direção de um ensino capaz de superar as enteléquias e abrir-se para práticas e vivências de sentido existencial, social, produtivo e cognitivo. É justamente nesse ponto que converge a missão institucional de “Promover a educação profissional, científica e tecnológica, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável”.

Os quatro pilares da educação são conceitos baseado no Relatório da UNESCO - Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI - coordenada por “Jacques Delors”, onde se propõe uma educação direcionada para os quatro tipos fundamentais de aprendizagem:

- **Aprender a conhecer:** combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. O que também significa: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida.
- **Aprender a fazer:** a fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.

- **Aprender a viver juntos:** desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.
- **Aprender a ser:** para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

Nessa visão associativa Perrenoud (1999) sustenta que os quatro pilares propostos para a educação são:

- **Competência Pessoal** – aprender a ser;
- **Competência Relacional** – aprender a conviver;
- **Competência Produtiva** – aprender a fazer (desenvolver competências);
- **Competência Cognitiva** – aprender a conhecer que envolve:
 - Aprender o aprender
 - Aprender a ensinar
 - Conhecer a conhecer .

Assim, pode-se esclarecer que para expressar as mais diversas formas e para continuar aprendendo, toda pessoa precisa ter acesso a um conjunto de conhecimentos básicos e imprescindíveis, que variam conforme cada época e cada cultura. Isso exige conhecimento e entendimento dos seguintes aspectos:

- **Valores:** é fundamental para uma educação que propicie ao educando vivenciar, identificar e incorporar valores estruturantes em sua formação;
- **Atitudes:** as atitudes são fontes de atos. Nossos atos frente às circunstâncias decorrem de nossa atitude básica diante da vida;
- **Habilidades:** requisitos básicos para se viver e trabalhar numa sociedade moderna, ou seja, estamos falando das habilidades básicas, específicas e de gestão.

Habilidades, na visão de Argyris (1999, p.14), significam: “fazer as coisas funcionarem sem esforço e com certeza de conseguir repetir o feito sempre”. O conceito de habilidade está relacionado com a forma de execução de tarefas, na aplicação de conhecimentos, de agir, de pensar.

Já para Resende (2000), a habilidade favorece a aplicação da competência e da aptidão. Aptidão é ter condições de raciocinar. Agilidade de raciocínio é habilidade. Falar é uma aptidão. Falar claro e objetivamente é uma habilidade. Associar idéias é uma aptidão. Escrever uma metáfora é uma habilidade. A habilidade é muito mais passível de ser treinada ou aperfeiçoada do que a aptidão.

Diante disso, o gestor público terá competência para desenvolver as habilidades de:

- comunicação interpessoal e empresarial (liderança, criatividade, negociação, gerenciar equipes, motivação, flexibilidade de adaptação) correta nos documentos técnicos específicos e de interpretação da realidade das organizações;
- utilização de raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e formulações matemáticas e estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos;
- interagir criativamente face aos diferentes contextos organizacionais e sociais;
- lidar com modelos de gestão inovadores;
- resolver situações com flexibilidade e adaptabilidade diante de problemas e desafios organizacionais;
- ordenar atividades e programas, de decidir entre alternativas e de identificar e dimensionar riscos;
- selecionar estratégias adequadas de ação, visando a atender a interesses interpessoais e institucionais;
- selecionar procedimentos que privilegiem formas de atuação em prol de objetivos comuns;

- discernimento para trabalhar com e por meio de pessoas, incluindo o conhecimento do processo de motivação e a aplicação eficaz da liderança;
- conhecimentos técnicos, métodos e equipamentos necessários à execução de tarefas específicas. É adquirida através da experiência, da educação e do treinamento.

Com isso, o aluno deverá desenvolver as seguintes competências:

1. **Língua Portuguesa:** estabelecer comunicação interpessoal expressar-se corretamente nos documentos técnicos específicos e interpretar a realidade das organizações;
2. **Raciocínio lógico, crítico e analítico:** utilizar raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e formulações matemáticas e estatísticas, estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos. Ser capaz também de interagir criativamente diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais;
3. **Visão sistêmica e estratégica:** compreender o todo administrativo, de modo integrado, sistêmico e estratégico, bem como suas relações com o ambiente externo;
4. **Criatividade e iniciativa:** propor e implementar modelos de gestão, inovar e demonstrar um espírito empreendedor;
5. **Negociação:** resolver situações com flexibilidade e adaptabilidade diante de problemas e desafios organizacionais;
6. **Tomada de decisão:** ordenar atividades, processos e programas, decidir entre alternativas e identificar e dimensionar riscos;
7. **Orientação para resultados:** agir em busca de resultados comprometidos com o futuro da organização e com o seu compromisso social;
8. **Liderança:** selecionar estratégias adequadas de ação, visando a atender interesses interpessoais e institucionais;
9. **Trabalho em equipe:** selecionar procedimentos que privilegiem formas de atuação em prol de objetivos comuns. Agir com empatia, reconhecendo as diferenças e buscando a sinergia da equipe com foco nos resultados organizacionais.

As disciplinas do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, de acordo com as áreas de conhecimento, desenvolverão no aluno as seguintes habilidades e competências, conforme quadro 06.

QUADRO 06 – Habilidades e competências da área de atuação do Tecnólogo em Gestão Pública

Habilidades e competências	Área de conhecimento	Disciplinas
➤ Compreensão da gestão e da economia, de modo integrado, sistêmico e estratégico.	Gestão e Economia	Introd.á Economia;Tec. a Informação Aplicada a Gestão Pública; Política e Desenvolvimento Econômico;
➤ Organizar o pensamento linguisticamente na produção de textos e expressar-se oralmente.	Ciências humanas	Língua Portuguesa;
➤ Lidar com modelos de gestão inovadores	Gestão e Inovação	Empreendedorismo no Setor Público; Qualidade na Gestão Pública; Tópicos Especiais em Gestão Pública
➤ Resolver situações com flexibilidade e criatividade diante dos desafios do mercado tomando decisões em ambientes turbulentos e de competição acirrada	Estratégias	Gestão de Políticas Públicas; Gestão de Serviços Públicos; Planejamento Estratégico na Gestão Pública.
➤ Desenvolver as habilidades de pesquisa no cenário do ambiente das organizações públicas	Ciências sociais	Metodologia da pesquisa científica
➤ Utilizar raciocínio lógico, crítico e analítico, operando com valores e formulações matemáticas e estatístico estabelecendo relações formais e causais entre fenômenos, bem como dominar conhecimentos técnicos e de análise de mercado financeiro.	Financeira, orçamentária	Matemática Aplicada; Estatística; Contabilidade; Contabilidade pública; Finanças e Orçamento Público; Gestão de Projetos e Captação de Recursos; Auditoria Contábil e Fiscal no Serviço Público.
➤ Ordenar atividades e programas de forma a possibilitar a decisão entre alternativas identificando e dimensionando riscos.	Gestão	Seminários Planos Diretores Participativos
➤ Atuar em equipes interdisciplinares e multifuncionais.	todas	Todas as disciplinas
➤ Integrar a formação do ser e do profissional enquanto agente social	Ciências Humanas	Estado e Sociedade; Gestão de Pessoas.
➤ Internalizar os valores de justiça e ética profissional.	Ciências Humanas	Direito Constitucional; Estado e Sociedade
➤ Planejar e coordenar ações de marketing público, através da gestão de serviços.	Marketing	Marketing no Setor Público

Fonte: adaptado das DCN e Perrenoud (2008).

10.2 Áreas de atuação profissional de Gestão Pública

No atual contexto de mudanças do cenário externo da atualidade, falar sobre as perspectivas dos profissionais tecnólogos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é algo estimulante, porque leva a repensar sobre os diversos cenários dentro desta nova economia e também sobre o papel que os gestores públicos devem desempenhar nas organizações.

Esta nova fase de mudanças é considerada como um desafio para os gestores que têm o papel de tomadores de decisões. Este é o primordial papel do administrador: fazer com que as instituições às quais pertencem sejam bem administradas.

Ao refletir sobre esta abordagem, é essencial que se tenha sempre uma visão positiva do próprio futuro profissional. Este otimismo pode ser justificado resgatando deste cenário, por exemplo, o processo de globalização econômico/social, ao qual o Brasil vem progressivamente ampliando sua participação. Este fato, inegavelmente, requer das organizações maiores índices de competitividade e este é, objetivamente, o "negócio".

Tanto é verdade que, para formação profissional são necessários três anos e meio de vida acadêmica estudando as organizações e como torná-las competitivas. Esta, por si só, pode ser considerada uma "vantagem competitiva" que os profissionais de administração possuem no mercado de trabalho.

É importante lembrar que o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, tem um diferencial: possibilita aos egressos atuar nas diversas áreas técnica das organizações, e desenvolvem as atividades pensadas pelos gestores nos mais diversos setores das áreas de atuação do mercado, seja em Autarquias, fundações, sociedade de economia mista, empresas públicas e também na administração direta municipal, estadual e federal, com o foco na prestação de serviços, ONGs entre outras.

O tecnólogo em Gestão Pública pode atuar em cargos de direção e gerenciamento, de assessoria, de consultoria em organizações públicas, autarquias, fundações e sociedades de economia mista. Outro campo de

trabalho é em agências reguladoras, concessionárias de serviços públicos, ou ainda carreira pública, em secretarias municipais ou estaduais.

Conforme o PARECER CNE/CES nº 436/2001 o curso de Gestão Pública pertence à área profissional “Gestão e Negócios” que compreende atividades de administração e de suporte logístico à produção e à prestação de serviços em qualquer setor econômico e em todas as organizações, públicas ou privadas, de todos os portes e ramos de atuação. As atividades de gestão caracterizam-se pelo planejamento, operação, controle e avaliação dos processos que se referem aos recursos humanos, aos recursos materiais, ao patrimônio, à produção, aos sistemas de informações, aos tributos, às finanças e à contabilidade.

No setor de prestação de serviços temos as empresas ligadas a gestão pública. Esse profissional atua praticamente em todas as organizações públicas (federal, estadual e municipal) dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário), organizações privadas que tenham relações comerciais ou que prestam serviços aos órgãos públicos, Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (associações, cooperativas, fundações, Terceiro Setor tais como: hospitais, educação, serviços sociais, cooperativas etc.

Aqui está uma área em processo de expansão para a Administração profissional, que correspondem ao chamado "Terceiro Setor", ou seja, aquelas organizações que, segundo Rodrigues (1998), devem ser eficazes, isto é, ter algum grau de resultados; ser privada, isto é, institucionalmente separada do governo; não fazer distribuição de lucros; ser auto-governável; ter algum grau de participação voluntária."

É, portanto, uma forma de organização que a sociedade civil utiliza para buscar soluções próprias para suas necessidades e problemas. Tais organizações encontram-se fora da lógica do Estado e do mercado, surgindo com a denominação de associações, fundações, ONGs (Organizações Não-Governamentais). Por estas também lidarem com recursos escassos, torna-se importante a participação de administradores profissionais que as tornem mais eficazes. Dessa forma, essa proposta de formar tecnólogos em Gestão Pública esta atendendo às metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação do

Governo Federal, que defende o estabelecimento de diretrizes curriculares que assegurem a flexibilidade e a diversidade dos programas de estudos oferecidos, visando elevar o grau de atendimento às necessidades específicas da população e da região no qual os cursos superiores estão inseridos.

10.3 Representação gráfica do perfil de formação

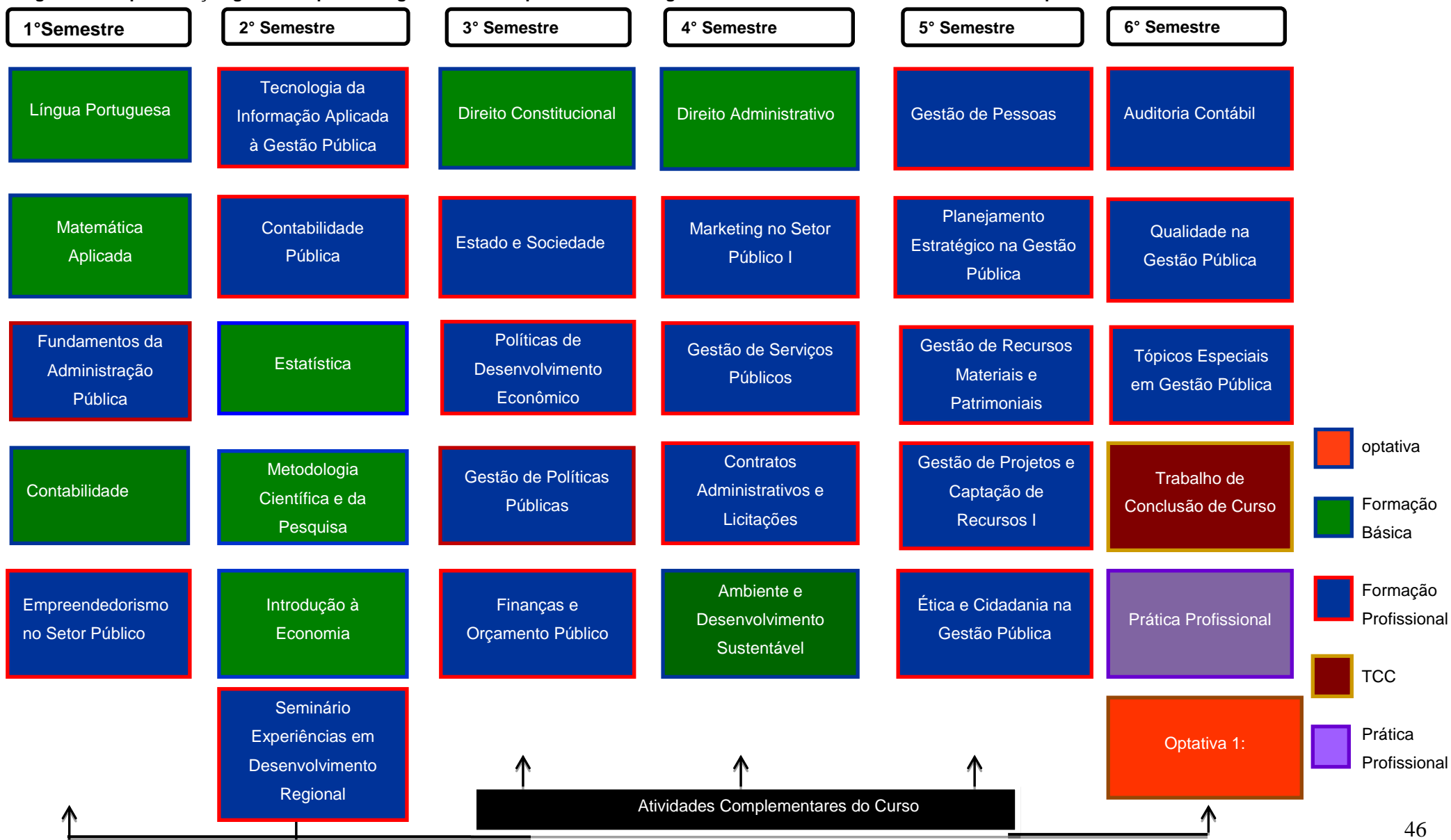
O quadro 07 apresenta a distribuição da carga horária do curso segundo 6(seis) grandes núcleos de atividades: disciplinas de Formação Básica, disciplinas de Formação Específica, Prática Profissional, trabalho de conclusão de curso.

Quadro 07: Adequação da parte fixa do currículo às diretrizes curriculares

	CurrículoCurso
Formação Básica – FB	540 h
Formação Profissional - FP	1080 h
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	60 h
TOTAL	1.680 h
Prática Profissional – PP	200 h
Atividades Complementares -AC	100 h
TOTAL DE HORAS DO CURSO	1920 h

Fonte: Matriz curricular do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública

Figura 06– Representação gráfica do perfil do egresso/curso superior em tecnologia em Gestão Pública/IF FARROUPILHA – Câmpus São Vicente do sul/RS



11 CARACTERIZAÇÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR

O curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul tem duração de 3 anos para o turno noturno. Aumentar a produtividade e competitividade de empresas públicas e privadas é um dos objetivos do profissional de Gestão Pública. Para tanto, o currículo integra disciplinas com conteúdos de Formação Básica, Formação Profissional, e Conteúdos de Formação profissional e Complementar.

O Curso de Tecnologia em Gestão Pública do IF Farroupilha-SVS, até o presente momento passou por algumas revisões em seus ementários. Sendo assim, o curso repensou a sua Matriz Curricular tendo como lógica a construção deste projeto com discussões diversas para a construção do referido documento. A coordenação submeteu a seus pares, que decidiu construir o PPC.

Assim, a estrutura deste projeto parte de uma contextualização do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, enfatizando os agentes que conduziram este processo, ou seja, membros do NDE, Supervisão Pedagógica, técnicos administrativo, docentes, discentes, órgãos e comunidade local.

A seguir fez-se uma análise das Diretrizes curriculares do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública de acordo com o Parecer CNE/CES nº 436/2001 que enfatiza a carga horária mínima de **1600 horas** para os cursos superiores de tecnologia. Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para esses cursos, definidas pelo Parecer CNE/CP nº 29/2002 e pela Resolução CNE/CP nº 3/2002, obedecem aos mesmos princípios gerais que as Diretrizes para os demais cursos de graduação, conforme o Parecer CNE/CES nº 776/97.

Para alcançar os objetivos pretendidos no projeto, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública desta Instituição parte na busca de uma clara opção pela interdisciplinaridade, no sentido de entendimento e viabilização dos valores essenciais da vida. Dessa forma, incorporam aos seus conteúdos programáticos, enfoques sistêmicos e sustentáveis que possibilitem ao profissional-cidadão de Gestão Pública, identificar diferentes espaços sociais de atuação e que contribuam para uma formação capacitadora de um profissional com perfil fortalecido para a concepção, aliada à execução.

Para que esse perfil seja obtido, as práticas pedagógicas sugeridas para a condução das disciplinas visam estabelecer as dimensões investigativas e interativas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade, por meio de práticas pedagógicas focadas na formação e participação do acadêmico, que incluem:

- apoio à iniciação científica e à produção de pesquisas e artigos de base científica, a fim de despertar o interesse pela inovação e pela crítica abrangente dos processos de formação educacional e profissional;
- atividades de pesquisa bibliográfica, utilizando-se do acervo da biblioteca e de consultas a bancos de dados da área de ciências sociais;
- exposição dos próprios trabalhos dos acadêmicos por vários meios de divulgação internos e externos à Instituição de ensino superior (publicação de artigos, participação em seminários, congressos, simpósios e outros);
- apoio à iniciação à pesquisa e ao trabalho acadêmico interdisciplinar; sobretudo nos seguintes momentos: Prática Profissional, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares;
- aulas práticas, na maioria das disciplinas, em laboratórios, instituições de pesquisa e extensão, empresas públicas, privadas e do terceiro setor;
- relacionamento direto com a comunidade local e regional, pela extensão do ensino e da pesquisa mediante cursos e serviços especiais, numa relação recíproca;
- promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação e da pesquisa científica e tecnológica geradas pelo curso na Instituição;
- desenvolvimento de projetos, em conjunto com os professores em pesquisa, ensino e extensão.

Ainda, no decorrer dos semestres os professores orientam trabalhos realizados nas disciplinas em organizações públicas da região e no último

semestre os alunos realizam as práticas profissionais, definidas em Regulamento. A partir das práticas profissionais é elaborado um trabalho de conclusão apresentado em banca examinadora.

A Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi estruturada e atrelada com a Resolução do Conselho Diretor n. 23/2008, de 14 de novembro de 2008 com conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional de acordo com o contexto histórico, buscando aliar os campos interligados com a inovação tecnológica tendo como finalidade formar profissionais capacitados para estarem atuando nas organizações.

As disciplinas básicas estão relacionadas, com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos, matemáticos, estatísticos e contábeis, bem como, os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, contribuindo para a compreensão da importância de o homem conviver com as normas da sociedade e o entendimento da sua participação cidadã para o contexto histórico da humanidade.

A capacidade empreendedora do aluno que se deseja formar no curso, está pautada na disciplina de Empreendedorismo no Setor Público, entretanto, todas as disciplinas voltam para o desenvolvimento de habilidades e competências que permitam a observação e a implantação de modelos inovadores de gestão com capacidade de promover mudanças nas organizações existentes, de modo a atender as necessidades atuais e futuras da sociedade.

As disciplinas de Metodologia Científica e da Pesquisa e Língua Portuguesa são importantes no sentido de entender que o aluno do curso de Gestão Pública precisa indiscutivelmente comunicar-se oralmente e por escrito, expressando suas ideias através da abstração crítica e desenvolvendo a ciência e arte no seu campo de atuação.

O Tecnólogo deverá ter a capacidade de conhecer o ambiente global em que as organizações estão inseridas e desenvolver atividades tanto práticas como de tomada de decisões que possibilitem o trabalho efetivo nas organizações.

Para tanto, os tecnólogos deverão ter sólida formação em disciplinas profissionalizantes como marketing, finanças, gestão de recursos humanos, análise organizacional, dentre outras, e ainda ter habilidades para entender o raciocínio lógico qualitativo e quantitativo auxiliando nas decisões da disciplina de Estatística e Matemática Aplicada.

11.1 Organização curricular

11.1.1 Estrutura do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

A estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública foi elaborada depois da análise do processo de trabalho na área de atuação do profissional gestor ensejando preparar o egresso na região de abrangência do IFFarroupilha-SVS.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFFarroupilha-SVS foi proposto com base no parecer CNE/CES 436/2001 e 22/05/2002 do Conselho Nacional de Educação, Parecer CNE/CEP 29/2002 e Resolução CNE/CEP 03/2002 que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para os cursos superiores de Tecnologia.

Devido às necessidades observadas com a implementação da Matriz Curricular, foi decidido em reunião de colegiado, juntamente com os professores do NDE, alunos, pedagogo, comunidade local e regional para repensar o currículo do Curso. Assim, ficou decidido e estabelecido em reunião realizada no dia 14 de novembro de 2008.

Nesse sentido, o Curso de Tecnologia em Gestão Pública foi organizado em seis semestres, em regime seriado semestral com, no mínimo, 100 dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o período reservado para os exames finais, quando houver. O curso está disposto no período noturno, com carga horária de **1980 horas**, incluindo Prática Profissional e as atividades complementares, atendendo as exigências das Diretrizes Curriculares em formação básica e instrumental; profissional e atividades complementares.

Diante das necessidades de adaptação das disciplinas curriculares na Matriz do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal

Farroupilha, *câmpus* São Vicente do Sul, o colegiado do curso, o NDE, alunos e comunidade em geral, reuniram-se e repensaram o perfil do egresso a ser formado propondo alterações recomendadas pelo Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares de Cursos da Área de Gestão do MEC/Secretaria de Educação Superior.

Assim, foi proposto que a nomenclatura da disciplina de Desenvolvimento ambiental e sustentável seja atualizada com o nome Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com base no que dispõe a lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental. Esta disciplina será ofertada no quarto semestre letivo do curso.

A Matriz do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública está sendo reestruturada considerando-se as transformações ocorridas na sociedade e no cenário do ambiente externo das organizações vivenciados nos últimos anos, buscando um ajuste com a realidade regional do Curso. Essa mudança está registrada em ata N°01/2010 do NDE e do colegiado do Curso de Gestão Pública, aprovada por meio de análise do corpo discente e docente, direção Geral, NDE e supervisão pedagógica, com base na avaliação institucional.

Ainda, foram alteradas as ementas e os conteúdos programáticos das disciplinas. No segundo semestre de 2011, foi discutido com toda a comunidade acadêmica a reestruturação da Matriz Curricular com a visão de inserir a disciplina optativa de LIBRAS.

Ainda, foi inserida na Matriz Curricular a disciplina de Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais, a disciplina de Tópicos Especiais em Gestão Pública. Para melhorar a distribuição da carga horária, foram retiradas da Matriz as disciplinas de Novos Paradigmas na Gestão Pública e também algumas disciplinas de Seminários.

Destaca-se nesse empenho, o esforço em adequar a estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, aos critérios de qualificação estabelecidos pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC, por meio do Conselho Nacional de Educação, ressaltando as exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei nº9394/96, das Diretrizes

Curriculares Nacionais Gerais para os Cursos Superiores de Tecnologia - Resolução CNE/CP nº 3/2002, o Parecer CNE/CES nº 436/2001, o Parecer CNE/CES nº 277/2006 e o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia – Portaria nº 12/2006.

11.1.2 Estrutura Curricular

A Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, passou por um processo de reestruturação e foi aprovado em reunião de colegiado conforme registro em atas.

A justificativa para esta reestruturação foi considerada pelas transformações ocorridas na sociedade e no cenário do ambiente externo das organizações vivenciados nos últimos anos, buscando um ajuste na matriz curricular com a realidade das organizações no contexto regional. Esta mudança foi aprovada por meio de análise do corpo discente e docente do curso superior de tecnologia em Gestão Pública, Núcleo de Docente Estruturante e coordenação pedagógica do Instituto Federal Farroupilha, com base também na avaliação institucional. As alterações foram aprovadas pelo **Colegiado** do curso, registradas nas atas de reuniões do curso.

As principais razões para alteração curricular do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública são:

- adequação das disciplinas e conteúdos à realidade no contexto histórico regional das organizações, com suas particularidades próprias caracterizadas pelas vocações econômicas da região;
- permitir a desfragmentação do conhecimento, por meio de disciplinas isoladas, defendendo-se a necessidade de promover a integração do conteúdo das disciplinas, reconhece-se a interdependência entre as diversas áreas do conhecimento;
- a possibilidade de interdisciplinaridade e multidisciplinaridade entre as disciplinas do curso, buscando a troca de experiências entre os profissionais da área.

É importante enfatizar que foi alterado o primeiro semestre com a introdução da disciplina de Empreendedorismo no setor público, com a intenção de trabalhar no primeiro ano, assunto específico da área de atuação do profissional de Gestão Pública. Ainda, a disciplina de Seminário de Experiência em Desenvolvimento Regional será contemplada no segundo semestre, para que os professores das disciplinas de metodologia científica e seminários possam trabalhar de forma interdisciplinar.

Dessa forma a estrutura curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal Farroupilha, campus São Vicente do Sul ficou assim estruturada:

Quadro 08 – Organização por semestre

CÓDIGO DISCIPLINA	PRIMEIRO SEMESTRE	Carga horária relógio
603 501	Língua Portuguesa	60
603 502	Matemática Aplicada	60
603 504	Fundamentos da Administração Pública	60
603 506	Contabilidade	60
603 525	Empreendedorismo no Setor Público	60
		300
	SEGUNDO SEMESTRE	
603 521	Tecnologia da Informação Aplicada à Gestão Pública	30
603 508	Contabilidade Pública	60
603 509	Estatística	60
603 510	Metodologia Científica e da Pesquisa	60
603 503	Introdução à Economia	60
603 529	Seminário Experiências em Desenvolvimento Regional	30
		300
	TERCEIRO SEMESTRE	
603 512	Direito Constitucional	60
603 513	Estado e Sociedade	60
603 507	Políticas de Desenvolvimento Econômico	60
603 515	Gestão de Políticas Públicas	60
603 516	Finanças e Orçamento público	60
		300
	QUARTO SEMESTRE	
603 517	Direito Administrativo	60
603 518	Marketing no Setor Público	60
603 519	Gestão de Serviços Públicos	60
603 520	Contratos Administrativos e Licitações	60
603 514	Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	60
		300
	QUINTO SEMESTRE	
603 522	Gestão de Pessoas	60
603 523	Planejamento Estratégico na Gestão	60

	Pública	
	Optativa I	60
603 526	Gestão de Projetos e Captação de Recursos	60
603 511	Ética e Cidadania na Gestão Pública	60
		300
	SEXTO SEMESTRE	
603 528	Auditoria Contábil e Fiscal no Serviço Público	60
603 524	Qualidade na Gestão Pública	30
	Optativa II	30
603 532	Trabalho de Conclusão de Curso	60
		180
TOTAL		1680
	Atividades Complementares de Gestão Pública	100
	Prática Profissional	200
	TOTAL DE HORAS	1980

Fonte: Colegiado do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública.

11.1.2.1 Disciplinas eletivas

O componente curricular, Língua Brasileira de Sinais – LIBRA, sob a forma de disciplina eletiva, será ofertada no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública conforme dispõe a **lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**, Art.1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados, e Decreto no 5.626 de 22 de dezembro de 2005, promovido pelo Ministério da Educação.

As orientações para o cumprimento à Lei que dispõe sobre a inclusão da disciplina de LIBRAS constam no **ofício nº 313/2011/PRENSINO do Instituto Federal Farroupilha**. Essa disciplina configura-se como eletiva para o curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, podendo o aluno matricular-se nessa disciplina, se assim o desejar. A disciplina eletiva terá a respectiva ementa, bibliografia básica e complementar como segue:

ELETIVA I

Disciplina: LIBRAS

Carga horária: 30 horas

Ementa:

Legislação e inclusão. Noções básicas da Língua Brasileira de Sinais. Características da língua, seu uso e variações regionais. Fonoaudiologia da LIBRAS. Vocabulário básico para diálogo e conversação inicial. Alfabeto, numerais, dados de identificação, relações e parentescos, cumprimentos, pronomes e alguns verbos.

Bibliografia básica:

CAPOVILLA, Fernando César. **Novo Deit-Libras: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira Baseado em Linguística e Neurociências Cognitivas.** São Paulo: Edusp, 2009.

QUADROS, Ronice Muller et al. **Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

SKILIAR, Carlos (org.). **Atualidade da Educação Bilíngue para Surdos: Interfaces entre Pedagogia e linguística.** São Paulo: Mediação, 1992 – 2009.

Bibliografia complementar:

BORGES, Amélia Rota. **Com a Palavra os Surdos: O que eles têm a dizer sobre a escola regular.** Pelotas: UFPEL, 2004.

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na Educação dos surdos.** Minas Gerais: autêntica, 1998.

BRANDÃO, Flavia. **Dicionário Ilustrado de Libras.** São Paulo: Global, 2011.

CAPOVILLA, Fernando Cesar et al. **Dicionário Enciclopédia Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileiro.** São Paulo: Edusp, 2008.

HONORA, M;FRIZANCO, M. L. E. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

11.1.2.1 Ementário

O curso em seu processo didático-pedagógico, concebido e ofertado segundo a demanda do mercado local e regional, apresenta conteúdos verticalizados, organização curricular que objetiva a interdisciplinaridade, buscando a flexibilidade e contextualização às necessidades prática profissionais.

EMENTAS RELATIVAS AO PRIMEIRO 1º SEMESTRE

Disciplina: Língua Portuguesa

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Leitura de textos. Estratégias para ler diferentes textos: caracterização e função de gêneros discursivos, níveis de linguagem, propósito comunicativo, estrutura retórica e mecanismos linguístico-discursivos. Fatores de contextualização. Coerência e coesão. Funções retóricas: narrar, descrever, expor e argumentar. Produção textual: escrita e reescrita de diferentes gêneros discursivos. Escrita acadêmica. Estudo de fatores gramaticais a partir dos textos. Regência. Concordância verbal e nominal. Construção frasal e pontuação. Produção oral. Identificação da audiência e do propósito, planejamento e tematização.

Bibliografia básica:

ABREU, A. S. **Curso de redação**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, {1985- 2007- 2009}.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto: leitura e redação**. 16. ed. São Paulo: Ática, 2002.

Bibliografia complementar

ANDRADE, M.M. de; ANDRADE, A.H. **o texto e a construção dos sentidos**. 9.ed. São Paulo: contexto, 2010.

_____. **Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KOCH, I. V. **A Coesão textual**. 21. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fechamento, resumos, resenhas**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NADOLSKIS, H. **Comunicação redacional atualizada**. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

Disciplina: Matemática Aplicada

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Bases matemáticas para os procedimentos administrativos. Porcentagem. Regra de três simples e composta. Juros simples e compostos. Funções de 1º e 2º grau. Função exponencial e logarítmica. Estudo de limites de função e introdução a derivadas.

Bibliografia Básica:

NETO, A.A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROGAWKI, Íon. **Cálculo**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

SILVA, Sebastião Medeiros da. **Matemática básica para cursos superiores**. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

CALDEIRA, André Machado et al. (coord.). **Pré-cálculo**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

IEZZI, G.; DOLCE, O.; MURAKMI, C.; HAZZAN, S.; POMPEO, J. N.;

JEAN, E. Weber. **Matemática para Economia e Administração**. 2. ed. São

Paulo: Harbra, 2001.

MATHIAS, Washington Franco. **Matemática Financeira**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TEIXEIRA, J.M. **Matemática Financeira**. São Paulo: Pearson Makron Books, 1998.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática Financeira**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: Fundamentos da Administração Pública

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Administração pública: conceito, atividades, princípios, organização, estrutura, fins, funções e atribuições e meios. A relação entre estado, governo e sociedade. A relação entre governo e gestão pública. Diferenças entre setor público e setor privado. História da Administração Pública no Brasil. O processo Administrativo na gestão pública: planejamento, organização, direção e controle. Princípios da Administração Pública. Campo de atuação da Administração Pública. Tipos de Organizações Públicas. Órgãos, funções e agentes públicos. Programas, Planos e Projetos.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PROCOPIUCK, Mário. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação, governança e redes de política**. São Paulo: Atlas, 2013.

SANTOS, Clélio Saldanha. **Introdução a Gestão Pública**. 2.ed. Saraiva, 2006.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria geral da administração: uma abordagem da moderna administração das organizações**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

FERRER, Florência. **Gestão Pública Eficiente**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

KANAAN, R; FILHO, A.F. Ferreira, M.G. **Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2012.

Disciplina: Contabilidade

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Função da Contabilidade. Campo de aplicação e Usuários da contabilidade. Estática e dinâmica patrimonial. Equação patrimonial. Conceito, origens e aplicações de recursos. Procedimentos contábeis. Contas, livros de escrituração, Relatórios. Demonstração do resultado do exercício. Conta de receitas e despesas. Apuração do resultado do exercício.

Bibliografia Básica:

GONÇALVES, Eugênio Celso. **Contabilidade geral**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

HENDRIKSEN, Eldon. S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2012.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade geral: introdução à contabilidade societária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia Complementar:

ATKINSON, Anthony A. et al. **Contabilidade Gerencial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, Silvério das. **Contabilidade Básica**. 13. ed. São Paulo: Frase, 2006

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de Contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Empreendedorismo no Setor Público**Carga horária: 60 horas****Ementa:**

História do empreendedorismo: conceitos, perfil do empreendedor. Desenvolvimento da capacidade empreendedora. Busca de oportunidades e iniciativa. Análise de risco. Busca de informações. Qualidade, eficiência e eficácia. Persistência e comprometimento. Tópicos atuais em empreendedorismo no setor público.

Bibliografia Básica:

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, P. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Bibliografia Complementar:

DOLABELA, F. **O Segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Cultura, 2008.

HASHIMOTO, M. **Espírito empreendedor nas organizações: aumentando a competitividade através do intraempreendedorismo**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

KUAZAQUI, Edmir (Org.). **Liderança e criatividade em negócios**. São Paulo: Thomson, 2006.

LOPES, Rose Mary A (Org). **Educação empreendedora: conceitos, modelos e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SEIFFERT, Peter Quadros. **Empreendendo novos negócios em corporações: estratégias, processo e melhores práticas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

EMENTAS RELATIVAS AO 2º SEMESTRE**Disciplina: Tecnologia da Informação Aplicada à Gestão Pública****Carga horária: 30 horas**

Ementa:

Dado, informação e conhecimento. Sociedade da informação. Sistemas de Informação. Tipologia de Sistemas de Informação. Gestão do conhecimento. Sistemas Governamentais. Governo eletrônico. Tecnologia da informação no governo federal. GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos. NFe – Nota Fiscal Eletrônica.

Bibliografia Básica:

IMONÍANA, Joshua Onome. **Auditoria de sistemas de informação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAUNDON, Kennethc. **Sistemas de informações gerenciais**. 7.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

WEILL, Peter; ROSS, Jeane W. **Governança de TI, Tecnologia da informação**. São Paulo: Makron Books, 2006.

Bibliografia Complementar

LAURINDO, Fernando José Barbin. **Tecnologia da informação: planejamento e gestão de estratégias**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDSMITH, Stephen; Goldsmith e EGGERS, William D. **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília, 2006.

LYRA, Maurício Rocha. **Segurança e auditoria em sistemas de informação**. Rio de Janeiro: ciência moderna, 2008.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de sistemas de informação e informática: guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

STAIR, Ralph M. 1998. **Princípios de sistemas de informação**. 9.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

Disciplina: Contabilidade Pública**Carga horária: 60 horas****Ementa:**

Conceito e divisão da Contabilidade Pública: campo de atuação, comparativo com a contabilidade empresarial. Orçamento público: conceito, princípios e técnica orçamentária. Estudo da receita pública e da despesa pública: Lei nº 4.320/64. O patrimônio público: estudo qualitativo e quantitativo. Teoria de Contabilidade Pública. Prática de elaboração de orçamento público. Plano de contas. Prática de escrituração em contabilidade pública. Balanço. Utilização de planilha eletrônica na realização de cálculos contábeis.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOHAMA, Hélio. **Balanços públicos: teoria e prática**. 2.ed.. São Paulo: Atlas. 2006.

_____. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas. 2009.

MAUSS, César Volnei. **Gestão de custos aplicada ao setor público**: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo: Atlas, 2008.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança pública**. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Estatística

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Natureza da observação estatística. Estruturação de tabelas. Séries estatísticas. Representações gráficas. Medidas de posição e de dispersão. Introdução ao cálculo de probabilidades. Principais propriedades do cálculo de probabilidades. Inferência estatística. Estimação estatística. Regressão linear simples e múltipla.

Bibliografia Básica:

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FONSECA, Jairo Simon da. **Curso de Estatística**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORETTIN, L. G. **Estatística Básica**: Probabilidade e inferência. São Paulo: Prentice Hall, 2010.

Bibliografia Complementar:

BISQUERA, Rafael. **Introdução à estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Valéria Zuma (coord.). **Pré-Cálculo**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MORETIN, Pedro Alberto. **Estatística Básica**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Ermes Medeiros. et al. **Estatística para cursos de Economia, Administração, Ciências Contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TRIOLA, Mário F. **Introdução à Estatística**. 10. ed. Rio de Janeiro: LIC, 2011.

Disciplina Metodologia Científica e da Pesquisa

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Os tipos de conhecimento. A natureza da ciência e da pesquisa científica. O processo de pesquisa: elementos constitutivos e seu desenvolvimento. Tipologia, métodos e técnicas de pesquisa. Hipóteses e dados de pesquisa. Planos de pesquisa. Instrumentos de coleta de dados. Coleta e tratamento de dados. Análise de dados. Redação de documento científico. Modalidades de trabalhos científicos: projeto de pesquisa, artigo científico, relatório de estágio, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. A linguagem técnica. Normas atualizadas da ABNT.

Bibliografia Básica

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI M, de A. **Metodologia do Trabalho Científico**: projetos básicos, pesquisa bibliográficas, projetos e relatórios, publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2012.

SEVERINO, A J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. **Metodologia de trabalho científico:** elaboração de trabalho na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. de J, LEHFELD, N.A. de S. **Projeto de pesquisa:** Propostas metodológicas. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica:** a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa Social:** métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: Introdução à Economia

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Introdução à economia e ao pensamento econômico: conceitos básicos. Noções de Microeconomia: teoria elementar do funcionamento do mercado. Estruturas de mercado. Macroeconomia básica: medidas de atividade econômica, teoria da determinação da renda e do produto nacional. Introdução à teoria monetária e inflação. Setor externo: balanços de pagamentos e taxas de câmbio. Teorias de Desenvolvimento econômico.

Bibliografia Básica:

VASCONCELOS, M.A.S. **Fundamentos de economia:** micro e macro. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. JUNIOR TONETO, Rudinei (org.). **Manual de economia.** 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

SOUZA, Neli de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária, mediações pedagógicas do trabalho associado.** São Paulo: ideias & letras, 2010.

BATALHA, Mário Otávio (coord.). **Gestão agroindustrial.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VASCONCELOS, M.A.S; LIMA, M; SILBER, S.D. **Manual de economia e negócios internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2011.

VASCONCELOS, M.A.S. **Economia:** micro e macro, teoria e exercícios, glossário com 300 princípios de conceitos econômicos. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SINGER, Paul. **Curso de introdução à economia política.** 17. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

Disciplina: Seminário sobre Experiências em Desenvolvimento Regional

Carga horária: 36 horas/aula

Ementa:

Conceituação. A questão do desenvolvimento. A relação comunidade e sociedade civil. A comunidade e o contexto histórico. Atuação e importância das ações coletivas. Cidadania participativa e comunidade. Organização e

articulação de grupos. Os tipos de poder. Experiências de projetos de desenvolvimento regional.

Bibliografia Básica:

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernando. **Políticas Públicas:** Princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública.** 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

VALERIANO, Dalton L. **Gerenciamento estratégico e administração por projetos.** São Paulo: Makron Books, 2001.

Bibliografia Complementar:

BROSE, Markus José. **Metodologia Participativa:** uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo, 2001.

CAULLIRAUX, Heitor (org). **Gestão Pública e Reforma Administrativa:** conceitos e casos. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

KANAAN, R; FILHO, A.F. Ferreira, M.G. **Gestão Pública:** planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de(org.). **Política de Gestão Pública Integrada.** Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SOUZA, Neli de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

EMENTAS RELATIVAS AO 3º SEMESTRE

Disciplina: Direito Constitucional

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Apresentação da ementa da cadeira. Introdução a visão geral do direito e sua correlação com a Lei. Visão Geral do direito e sua correlação com a Lei. Introdução as Fontes do Direito. Fontes do Direito. Introdução aos Processos Legislativos. Processos Legislativos. *Vacatio Legis*. Hierarquia das Leis e critérios de resolução de antinomias. Hierarquia das Leis e critérios de resolução de antinomias. Objeto e método. Dogmática constitucional. Introdução a Evolução histórica do constitucionalismo. Evolução histórica do constitucionalismo. Classificação das constituições. Classificação das constituições. Novos paradigmas para o Direito Constitucional. Direito Constitucional e Direitos Humanos. Introdução a Constituição Brasileira: repartição de competências. As competências constitucionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. As competências constitucionais dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Organização do Estado Brasileiro. Organização do Estado Brasileiro. Poderes do Estado: Legislativo e Poder Executivo e Judiciário. Defesa do Estado e das Instituições. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2009.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Constituição Federal Anotada.** São Paulo: Saraiva, 2012.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Bibliografia Complementar:

CENEVIVA, Walter. **Direito Constitucional Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2003.

GAMA, Ricardo Rodrigues. **Manual de Direito Constitucional**. 5. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. **Constituição federal e constituição estadual**. 3. ed. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, 2010.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das Normas Constitucionais**. São Paulo: Malheiros, 2009.

Disciplina: Estado e Sociedade

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Estado e sociedade civil: abordagens clássicas e contemporâneas. Concepção, funções e evolução do Estado Moderno. Estado de Bem-Estar Social e as novas funções do Estado. O sistema democrático representativo. Formação e configuração do modelo estatal brasileiro. Formas de organização da sociedade civil na contemporaneidade. História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LAGO, Benjamin Marcos. **Curso de Sociologia e Política**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

WEFFORT, Francisco (org). **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Ática, 2008. Vol.1-2.

Bibliografia complementar:

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da gestão social: uma crônica do salário**. 7.ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

GONZAGA, Alvaro de Azevedo; DECICCO, Cláudio. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

_____. **Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações**. São Paulo: Global, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Disciplina: Políticas de Desenvolvimento Econômico

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Conceitos básicos sobre desenvolvimento econômico. Estudo comparado das concepções teóricas sobre o desenvolvimento econômico abrangendo desde os clássicos, como Smith e Ricardo, passando por Marx, Schumpeter, Veblen, os teóricos do desenvolvimento do pós-segunda guerra, bem como seus principais intérpretes e seguidores contemporâneos. Implicações de política econômica das principais concepções teóricas. a evolução do desenvolvimento

européu, norte-americano e brasileiro do ponto de vista histórico a especificidade dos países de desenvolvimento retardatário. A influência dos fatores de produção no desenvolvimento.

Bibliografia Básica:

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio S. (org.). **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

SOUZA, Nali Jesus de **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VASCONCELOS, M.A.S. **Fundamentos de economia: micro e macro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar:

GREMAUD, Amaury Patrick et al. **Manual de economia**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

HUNT, E. K. et al. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SINGER, Paul Israel. **Curso de introdução a economia política**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

VASCONCELOS, M.A.S. **Fundamentos de economia: micro e macro**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Disciplina: Gestão de Políticas Públicas

Carga horária: 60 horas

Ementa:

A relação Estado/Sociedade em diferentes perspectivas. A história da previdência social no Brasil. Políticas Públicas. Metodologias para aplicação das políticas Públicas. Empoderamento social. Governança e Governabilidade. As políticas sociais no Brasil.

Bibliografia Básica:

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernando. **Políticas Públicas: Princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

MATIAS-PEREIRA, Jose. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PROCOPIUCK, Mário. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública: Análise e Avaliação, governança e redes de política**. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia complementar:

BROSE, Markus José. **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo, 2001.

CAULLIRAUX, Heitor (org). **Gestão Pública e Reforma Administrativa: conceitos e casos**. Rio de Janeiro: Lucena, 2004.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A Excelência em Gestão Pública: a trajetória e a estratégia do Gespública**. Rio de Janeiro: Qualitymarl, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de (org.). **Política de Gestão Pública Integrada**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

Disciplina: Finanças e Orçamento Público**Carga horária: 60 horas****Ementa:**

Receita Pública: conceito, classificação, receita orçamentária, receita extra-orçamentária, estágios de receita, restituição e anulação de receitas e dívida ativa. Despesa pública: conceito, classificação econômica, despesa extra-orçamentária, classificação econômica, classificação funcional programática, codificação, licitação, estágios, liquidação e pagamento. Orçamento Público: conceito e evolução do orçamento público, princípios e técnicas orçamentária, plano de contas aplicado ao setor público, Prática de elaboração de orçamento público, ciclo orçamentário: Elaboração, Estudo e aprovação, Execução e Controle e avaliação, Orçamento por programa e Orçamento por base zero. PPA – Plano Plurianual, LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual. Noções de Orçamento Participativo.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar:

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público: Abordagem simples e objetiva**. São Paulo: Atlas, 2012.

IUDÍCIBUS, S.de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOHAMA, Hélio. **Balanços públicos: teoria e prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAUSS, César Volnei. **Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análise da eficiência e eficácia governamental**. São Paulo: Atlas, 2008.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança pública**. São Paulo: Atlas, 2009.

EMENTAS RELATIVAS AO 4º SEMESTRE**Disciplina: Direito Administrativo****Carga horária: 60 horas****Ementa:**

Regime Jurídico-Administrativo. Organização administrativa. Sistema Administrativo Brasileiro. Atividade administrativa. Atos administrativos. Administração Pública. Controle da Administração Pública. Administração Pública Brasileira. Responsabilidade da administração. Servidores. Agentes Públicos. Serviços Públicos. Fundações Públicas. Responsabilidade do Estado.

Bibliografia Básica:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Direito dos serviços públicos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

POMPEU, Cid Tomanik. **Autorização administrativa**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

Bibliografia complementar:

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 21. ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2013.

BRUM, Alfredo Bochi. **A Vacatio Legis no Atual Ordenamento Jurídico Brasileiro**. São Paulo: Nelpa, 2009.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

KNOPLOCK, Gustavo Mello. **Manual de Direito Administrativo**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

Disciplina: Marketing no Setor Público**Carga horária: 60 horas****Ementa:**

Conceito de Marketing e sua evolução: Princípios e etapas. A óptica do Marketing na gestão. O Marketing mix. A aplicação do Marketing nos diversos tipos de organização. A teoria do Marketing público: A lógica do mercado e a Administração Pública. O Marketing mix público. Relações e diferenças do marketing público, com o marketing político e o marketing social. A procura dos bens e serviços públicos: O cidadão cliente. O estudo da procura e das necessidades sociais. O comportamento dos públicos. A avaliação da atuação pública. As estratégias de marketing a segmentação. O desenho dos programas.

Bibliografia Básica:

BAUTZER, Deise. **Marketing de cidades: construção de identidade, imagem e futuro**. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, Sergio Roberto (Coord.). **Gestão de marketing**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado: Guia para projetos em organizações de governo ou de negócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia complementar:

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

KOTLER, Philip et al. **Princípios de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

OLIVEIRA, Fátima Baymade.(org.). **Política de gestão municipal integrada**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PEREIRA, César A. Guimarães. **Usuários de serviços públicos: usuários, consumidores e os aspectos econômicos dos serviços públicos**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Gestão de Serviços Públicos**Carga horária: 60 horas****Ementa:**

Novas estratégias de gestão de serviços públicos. Serviço Público e serviço de utilidade pública. Plano diretor. Gestão por resultados no serviço público. Características do serviço público. Tópicos especiais em serviços públicos.

Bibliografia básica:

ARAGÃO, Alexandre Santos. **Direito dos Serviços Públicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CORREA, Henrique L. **Gestão de Serviços**: lucratividade por meio de operações e da satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2009.

GIANESI, Irineu G. N.; CORRÊA, Henrique Luiz. **Administração estratégica de serviços**: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia complementar:

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A Excelência em Gestão Pública**: a trajetória e a estratégia do Gespública. 7. ed. Rio de Janeiro: Qualitymarl, 2007.

MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

OLIVEIRA, Ruth Helena Pimentel de. **Entidades Prestadoras de Serviços Públicos**: responsabilidade extracontratual. São Paulo: Atlas, 2003.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**. 2. ed. São Paulo: Elsevier, 2012.

PEREIRA, Cesar A. Guimarães. **Usuários de Serviços Públicos**: usuários, Consumidores e os Aspectos Econômicos. 2.ed. Porto Alegre: Saraiva, 2008.

Disciplina: Contratos Administrativos e Licitações

Carga horária: 60 horas

Ementa:

A Lei – Importância e Necessidades (Finalidades e Importância) Objetivas, Finalidade e importância, Obediência X transgressão. Hierarquia da Lei. Tipos de Lei. A Lei de Licitações. Definição de licitação: preliminares, critérios prévios, interesse público, propostas, Porque licitar, Como comprar. A lei 8.666/93 e outras leis relacionadas as licitações. Tipos de licitações previstos na Lei 8.666/93. Planejamento (Deliberações do TCU, aquisição emergenciais). Modalidade de Licitação (as cinco modalidades: Concorrência, Tomada de Preço, Convite, Concurso e Leilão. Como são realizadas as Dispensas de licitações, Dispensabilidade e Inexigibilidade de licitação. Regime de Execução Indireta. O Edital: Registro cadastra. SICAF: Histórico, finalidade e regras de cadastramento. Comissão de Licitação. Comissão Permanente de Licitação e Comissão especial de Licitação: Atribuições, Composição, Responsabilidade dos membros. Habilitação dos Interessados. Exigências Dispensa de Habilitação. O Certificado de Registro Cadastral. Os custos: Edital e habilitação, Habilitação de Consórcio de Empresas. Procedimentos de Licitação: Abertura do Processo administrativo, Autorização e Recursos orçamentários, Documentos Juntados ao Processo, Documentos previamente examinados. Julgamento e Encerramento da Licitação. O Pregão: Objetivos, Introdução, Tipos de pregão, Fases.

Bibliografia Básica:

BARROS, Wellington Pacheco. **Licitações e contratos administrativos**. São Paulo: Atlas, 2009.

BONESSO, Allaymer Ronaldo. **Manual de licitação e contrato administrativo**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

SANTOS, José Anacleto Abduch. **Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**. Curitiba: Juruá, 2011.

Bibliografia Complementar:

AMARAL, Antônio Carlos Cintra do. **Licitação e contrato administrativo: estudos, pareceres e comentários**. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Legislação sobre licitações e contratos administrativos**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

KNOPLOCK, Gustavo Mello. **Manual de Direito Administrativo**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Método, 2013.

Disciplina: Ambiente de Desenvolvimento Sustentável

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Historia das estratégias de intervenção no Brasil: pressupostos teóricos. A relação publico/privado na sociedade brasileira. Desequilíbrios ecossistêmicos urbanos e rurais. Ecodesenvolvimento e sustentabilidade socioambiental. Arranjos institucionais e políticas ambientais. Experiências regionais. Educação Ambiental.

Bibliografia Básica:

CAMARGO, Ana Luíza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 6. ed. Campinas: Papirus, 2012.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

PIMENTA, Handson Claudio Dias. **Gestão ambiental**. Curitiba: Livro Técnico, 2012.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Paulo Bessa. **Direito ambiental**. 13. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MEDAUAR, Odete (Org.). **Coletânea de legislação ambiental; Constituição Federal**. 9. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: RT, 2010.

MIRRA, Alvaro Luiz Valery. **Impacto Ambiental: Aspecto de Legislação Brasileira**. 4.ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008.

VIEIRA, Jair Lot. **Código de Águas: Agência Nacional de Águas, Recursos Hídricos e Legislação Complementar**. São Paulo: EDIPRO, 2001.

EMENTAS RELATIVAS AO 5º SEMESTRE

Disciplina: Gestão de Pessoas

Carga horária: 60 horas

Ementa:

As pessoas e as organizações: Gestão de pessoas no setor público. Os processos de Gestão de pessoas: Planejamento e desenvolvimento,

abordagem estratégica da gestão de pessoas. Processo de agregar pessoas: recrutamento e seleção, descrição dos cargos e avaliação de desempenho. Processo de recompensar pessoas: Política de remuneração, programas de benefícios e incentivos. Processos de desenvolver pessoas: Treinamento, desenvolvimento, aprendizagem organizacional. Processos de manter pessoas: higiene e segurança no trabalho, qualidade de vida no trabalho. Processos de monitorar pessoas: Banco de dados, Gestão por competências, Assuntos emergentes da gestão de pessoas. Atendimento ao cidadão.

Bibliografia Básica:

BOHLANDER, George W. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos: fundamentos básicos**. 4. ed. São Paulo: Atlas. 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

BOMFIN, David F. **Pedagogia no treinamento: correntes pedagógicas no ambiente de aprendizagem nas organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. 7. ed. São Paulo: Manole, 2011.

_____. **Remuneração, Benefícios e Relações de Trabalho**. São Paulo: Manole, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. **Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho para alcançar resultados**. 6. ed. São Paulo: Manole, 2009.

PONTES, B. R.. **Administração de cargos e salários**. 15. ed. São Paulo: LTR. 2011.

Disciplina: Planejamento Estratégico na Gestão Pública

Carga horária: 60 horas

Ementa:

O Planejamento Estratégico: evolução do planejamento e o planejamento estratégico. Características e estrutura: Identificando oportunidades. Ferramentas do Planejamento Estratégico. Planejamento Estratégico de Cidades. Planejamento estratégico na gestão pública e a participação da sociedade. Metodologias para elaboração do planejamento estratégico na gestão pública. Gestão inovadora. Controle Estratégico: *BalancedScorecard*.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Martinho I R. de. **Manual de Planejamento Estratégico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BAUTZER, Deise. **Marketing de cidades: construção de identidade, imagem e futuro**. São Paulo: Atlas, 2010.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócio**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

CHIAVENATO, Idalberto (et al) **Planejamento Estratégico: Fundamentos e Aplicações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KANAAN, R; FILHO, A.F. Ferreira, M.G. **Gestão Pública:** planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.
OLIVEIRA, Djalma de Pinho de Rebouças de. **Planejamento estratégico:** conceitos, metodologia e práticas. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de sistemas de informação e informática:** guia prático para planejar a tecnologia da informação integrada ao planejamento estratégico das organizações. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. et. al. **Território, territórios:** ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Disciplina: Gestão de Recursos Materiais e Patrimoniais

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Patrimônio Público: definições e normas. Introdução à administração de materiais nas organizações públicas. Funções da administração de material. O sistema de administração de materiais e seus subsistemas de normalização: O controle, a aquisição e o armazenamento. As atribuições dos órgãos de patrimônio. O Sistema de administração de material. Dimensionamento da quantidade econômica de compras.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo.** 25. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KUMMER, Mauro José. **Patrimônio Público, Materiais e Logística.** Mato Grosso: Fundação Universidade do Mato Grosso, 2011.

MARTINS, Fernando Rodrigues, **Controle do patrimônio público.** 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Bibliografia Complementar:

BALLOU, R.H. **Logística empresarial:** transportes. Administração de materiais e distribuição. São Paulo: Atlas, 1993.

BOTELHO, Milton Mendes. **Manual Prático de Controle Interno na Administração Pública Municipal.** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria do Patrimônio da União. **Legislação imobiliária da União:** anotações e comentários às leis básicas /Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União. – Brasília: MP, 2002.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de Materiais:** Princípios, Conceitos e Gestão. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Petrônio Garcia. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina: Gestão de Projetos e Captação de Recursos

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Conceito de projeto. Ciclo dos projetos. Técnicas de elaboração de projetos. Identificação de demandas. Elaboração e encaminhamento de projetos. Fontes de financiamentos: recursos a fundo perdidos, linhas de crédito, financiamentos privados. Gerenciamento e monitoração de projetos. Avaliação de projetos e prestação de contas.

Bibliografia Básica:

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Administração de projetos**: como transformar ideias em resultados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES, Luís César de Moura. **Gestão de projetos**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VALERIANO, Dalton L. **Gerenciamento estratégico e administração por projetos**. São Paulo: Makron Books, 2008.

Bibliografia Complementar:

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos**: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo, 2004.

CLEMENTE, Ademir. **Projetos empresariais e públicos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VARGAS, Ricardo. **Manual Prático do Plano de Projeto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2009.

WOILER, Sansão. **Projetos**: planejamento, elaboração e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: Ética e Cidadania na Gestão Pública

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Introdução aos direitos e deveres do cidadão e cidadã, em conformidade com o artigo 5.º da Constituição Federal. Filosofia e conhecimento breve introdução. Fundamentação da filosofia da ética. Conceituação de moral e responsabilidade moral. A política e a cidadania. Ideologia. A ética e a lei. Alienação (dês)humanização do homem no trabalho. Ética e civilização. A liberdade. Ética e cidadania na sociedade tecnológica. A ética profissional. Relação e diferença entre: Moral e Religião, Moral e Direito e Moral e Política. Fatores que determinam a isenção do julgamento moral. Ética e a crise global que vivemos. Cidadania e responsabilidade social. Código de moral e conduta do administrador público. Ética ambiental. Breve introdução sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Comentários ao artigo do Código Penal Brasileiro sobre os crimes contra a administração públicos praticados pelos funcionários públicos e pelos particulares.

Bibliografia Básica:

BULOS, Uadi Lamego. **Constituição Federal anotada**. 10.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Ética**. 35 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética profissional**. 9.ed. São Paulo: Atlas. 2013.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Código de conduta da alta administração federal e normas complementares**. 3. ed. Brasília: Imprensa Nacional, 2007.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GALLO, Sílvio. **Ética e cidadania: caminhos da filosofia – elementos para o estudo da filosofia**. 20.ed. Campinas: Papirus, 2012.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de filosofia**: dos pré-socráticos a Wittgstein. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional**: esquematizado. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

EMENTAS RELATIVAS AO 6° SEMESTRE

Disciplina: Auditoria Contábil e Fiscal no Serviço Público

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Controle interno e externo: objetos de abrangência, estrutura, fiscalização orçamentária, financeira e patrimonial pública. Auditoria governamental. Planejamento de auditoria. Normas e procedimentos de auditoria. Relatórios de auditoria. Papeis de trabalho de auditoria.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CRUZ, Flávio da. **Auditoria Governamental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHA, Arlindo Carvalho et al. **Auditoria Governamental**: Uma Abordagem Metodológica da Auditoria de Gestão. Curitiba: Juruá, 2011.

Bibliografia complementar:

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MAUSS, Cezar Volnei et al. **Gestão de Custos Aplicado ao Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2008.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio et al. **Contabilidade Pública**: uma abordagem da administração financeira pública. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e Governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Qualidade na Gestão Pública

Carga horária: 30 horas

Ementa:

Introdução à Gestão da Qualidade: histórico, evolução da qualidade na gestão pública, conceitos, faces da gestão da qualidade, vantagens. Gestão na qualidade no Serviço Público- (PQSP). Fundamentos e estratégias de atuação. Gestão governamental versus gestão organizacional. O ciclo de gestão pública. As áreas de atuação do PQSP: a mobilização para a melhoria e avaliação da gestão pública. Sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9000) Modelo de excelência em Gestão Pública. Avaliação de resultados. Critérios e requisitos de avaliação.

Bibliografia Básica:

BARBARÁ, Saulo. **Gestão por Processos**: Fundamentos, Técnicas e Modelos de Implementação. 2.ed. São Paulo: Qualitymarki, 2008.

OLIVEIRA, Saulo Barbará de (Org.). **Gestão por processos**: fundamentos, técnicas e modelos de implementação: foco no sistema de gestão da qualidade com base na ISO 9000:2005 e ISO 9000:2008. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2012.

PALADINI, Edson P. **Gestão da qualidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Marly Monteiro de ; PALADINI, Edson P. (Coord.). **Gestão da qualidade**: teoria e casos. 2 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Qualidade total em serviços**: conceitos, exercícios, casos práticos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUCAS ,Luiz Paulo Velloso. **Qualicidades**: Poder local e qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: Qualimark, 2007.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. **Introdução à Administração**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATIAS-FERREIRA, José Martins. **Curso de administração pública**: foco nas instruções e ações governamentais. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Tópicos Especiais em Gestão Pública

Carga horária: 30 horas

Ementa:

Ementa variável de acordo com as tendências e práticas atuais na gestão pública. Evolução histórica no contexto econômico e social no Brasil. Atualidades sobre transparência. Qualidade no serviço público. Planejamento e aplicação na gestão pública.

Bibliografia básica

ARAGÃO, Alexandre Santos. **Direito dos Serviços Públicos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

MATIAS-PEREIRA, Jose. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, José Anacleto Abduch. **Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**. Curitiba: Juruá, 2011.

Bibliografia complementar:

BARBARÁ, Saulo. **Gestão por Processos**: Fundamentos, Técnicas e Modelos de Implementação. 2.ed. São Paulo: Qualitymarki, 2008.

BARRETO, Paulo Daniel. **A Excelência em Gestão Pública**. São Paulo: Qualitymark, 2010.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernando. **Políticas Públicas**: Princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Fátima Baymade.(org.). **Política de gestão municipal integrada**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PROCOPIUCK, Mário. **Políticas Públicas e Fundamentos da Administração Pública**: Análise e Avaliação, governança e redes de política. São Paulo: Atlas, 2013.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso

Carga horária: 60 horas

Ementa:

Desenvolvimento de Trabalhos científicos na área de Gestão Pública. Como trabalho de conclusão de curso.

Bibliografia Básica

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI M, de A. **Metodologia do Trabalho**

Científico: projetos básicos, pesquisa bibliográficas, projetos e relatórios,

publicações e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2012.

SEVERINO, A J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de. **Metodologia de trabalho científico: elaboração de trabalho na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BARROS, A. de J, LEHFELD, N.A. de S. **Projeto de pesquisa: Propostas metodológicas**. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 10 ed. São Paulo: Atlas, {2006-2010}.

RICHARDSON, Robert Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TRIVINÕS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

Prática Profissional

Atividades aliando conhecimento teórico com o prático, com a supervisão de professores do IFFARROUPILHA-SVS.

Bibliografia Básica: Manual do Estagiário elaborado pelo respectivo Departamento.

11.2 Competências profissionais adquiridas com a conclusão do curso

A organização do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em semestres é decorrente da necessidade de organizar de forma mais didática as diferentes competências que o curso precisa desenvolver. Entende-se que para construir a capacidade de criar e desenvolver modelos de gestão pública, várias áreas do conhecimento precisam ser ativadas.

As capacidades de aprender a aprender, de relacionamento interpessoal, empreendedora, de desenvolver visão sistêmica e de agir de forma ética e transparente são fruto de diferentes entendimentos, podendo ser desenvolvidos em mais de uma disciplina ou semestre. Esses são compostos de diferentes disciplinas com um eixo comum, sendo que as mesmas são trabalhadas em semestres distintos, podendo ser oferecida uma ou mais disciplinas que compõem os módulos, estando assim organizados:

Módulo Fundamentos básicos: Língua Portuguesa; Matemática Financeira; Metodologia Científica e da Pesquisa; Introdução à Economia; Estatística; e Contabilidade.

Módulo legislação, política e desenvolvimento: Ética e Cidadania na Gestão Pública; Políticas de Desenvolvimento Econômico; Gestão de Políticas Públicas; Direito Constitucional; Direito Administrativo; Estado e Sociedade; Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Módulo planejamento e gestão: Marketing no Setor Público; Gestão de Projetos e Captação de Recursos; Gestão de Pessoas; Planejamento Estratégico na Gestão Pública; Qualidade na Gestão Pública; Empreendedorismo no Setor Público.

Módulo de finanças e orçamento: Contabilidade Pública; Finanças e Orçamento Público; Auditoria Contábil e Fiscal no Serviço Público.

Módulo Fundamentos da gestão pública: Fundamentos da Administração Pública; Gestão de Serviços Públicos; Contratos Administrativos e Licitações; Tecnologia de Informação Aplicada a Gestão Pública. Tópicos especiais em Gestão Pública.

Módulo seminários: Seminários Experiências em Desenvolvimento Regional.

12 PRÁTICA PROFISSIONAL

No Projeto do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IF Farroupilha - SVS, as práticas profissionais constituem importante atividade acadêmica articulada à formação do profissional pretendido.

A Prática Profissional será desenvolvida ao longo do curso e visa a aplicação dos princípios e conceitos da aprendizagem acadêmica e a consolidação de relação teoria-prática como forma de assegurar ao formando uma prévia dos desempenhos profissionais desejados, segundo as peculiaridades de cada curso.

A Prática Profissional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é uma atividade de aprendizagem profissional e cultural numa situação real de vida e de trabalho com acompanhamento e coordenação e dos professores orientadores.

Como a legislação não obriga a realização do Estágio Obrigatório para os Cursos de Tecnologia, mas entendendo da importância da aproximação do aluno com a prática da Gestão Pública, faz-se necessário a integralização de 200 horas em atividades ligadas a prática profissional.

12.1 Das disposições Preliminares

A prática profissional é previsto no Currículo do Curso Tecnológico em Gestão Pública, e será efetuado em conformidade com o Regulamento especificado do curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IF Farroupilha-SVS, encaminhado pelo Colegiado do Curso tendo o apoio do Núcleo Docente Estruturante - DE.

13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No Trabalho de Conclusão de Curso propõem-se o desenvolvimento de um estudo investigativo aplicado sobre um dos temas tratados durante a formação acadêmica na área de atuação do curso.

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), realizado individualmente, representa a culminância das disciplinas desenvolvidas durante a formação do tecnólogo. Esse trabalho terá como objetivo aprofundar e aproximar da prática temas desenvolvidos nas disciplinas de formação específica. O TCC constitui-se em um relato das atividades desenvolvidas, e orientado por um professor do curso indicado pela coordenação.

Durante o sexto semestre do curso o aluno cursará a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, onde receberá as orientações necessárias para definição da estrutura do TCC, sendo orientado, em conjunto por um professor da disciplina e pelo orientador da área em que desenvolverá o trabalho.

O trabalho seguirá uma estruturação padrão previsto no Regulamento para Elaboração e Apresentação de Trabalhos de Conclusão de Curso do Instituto Federal Farroupilha. A matrícula no TCC será realizada juntamente com a matrícula das demais disciplinas.

Para o desenvolvimento do TCC, ver Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

14 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a flexibilidade curricular possibilita o desenvolvimento de atitudes e ações empreendedoras e inovadoras, tendo como foco as vivências da aprendizagem para capacitação e inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, o curso prevê seminários, semana tecnológica, fóruns, palestras, visitas técnicas, workshop, realização de atividades não curriculares e outras atividades que articulem os currículos a temas de relevância social, local e/ou regional e potencializem recursos materiais, físicos e humanos disponíveis.

Para que o estudante sinta-se estimulado a usufruir dessas vivências o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública oportunizará Atividades Complementares, as quais são atividades obrigatórias e deverão ser realizadas fora do horário do curso normal e fora dos componentes curriculares obrigatórios, compondo a carga horária mínima do curso.

De acordo com esse parecer, as atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados, declarações ou atestados, contendo número de horas e descrição das atividades desenvolvidas conforme regulamento das atividades complementares do curso. O regulamento das atividades complementares está no Anexo I.

14.1 Atividades Complementares De Integralização Curricular

O IF Farroupilha - SVS, por meio do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, ciente de que a experiência acadêmica não se restringe aos bancos escolares, oferece ao aluno um currículo que prevê a realização de Atividades Complementares e Sociais. Essas atividades baseiam-se em propostas para a consolidação dos conhecimentos adquiridos, objetivando a sua progressiva autonomia intelectual do acadêmico; colocando-o diretamente

em contato com as várias linhas de conhecimento na área das Ciências Sociais Aplicadas e especificamente na área de Gestão Pública.

O desenvolvimento e integralização da carga horária de atividades complementares (cem horas) são regidos pelo parecer **CNE/CES N°: 239/2008**. Algumas dessas atividades estão expressas, em documentos e relatórios semestrais elaborados e emitidos pela coordenação do curso.

Quadro 09 – Carga horária dos critérios dos requisitos de comprovação das Atividades Complementares do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública

ATIVIDADES	CARGA HORÁRIA MÁXIMA/HORAS	REQUISITO DE COMPROVAÇÃO
Cursos de Aperfeiçoamento na Área de Atuação.	60	Certificado com carga horária
Cursos de Língua Estrangeira e/ou Informática.	30	Certificado com carga horária
Participação em Projetos de Extensão na área.	100	Certificado com carga horária
Elaboração de Material Didático na área.	50	Comprovante de carga horária, relatório e declaração do orientador.
Participação em palestras na área do curso (ouvinte).	20h	Certificado com carga horária
Participação em Projetos de Pesquisa como aluno do curso.	100	Declaração de carga horária fornecida pelo orientador, cópia e relatório do projeto
Participação em Projeto de Ensino.	60	
Apresentação de Trabalho em Eventos Científicos na área do curso (pôster).	40	Certificado e cópia do trabalho
Apresentação de Trabalho em Eventos Científicos da área (oral).	40	Certificado e cópia do trabalho
Publicação em Anais de Eventos Científicos da área (resumo expandido).	40	Cópia do material
Publicação em Anais de Eventos Científicos da área de atuação (completo).	60	Cópia do artigo
Publicação em Revistas Científicas da área de atuação.	60	Cópia do artigo
Participação em congresso, simpósio, jornada acadêmica, palestra, seminário, semana tecnológica do curso (ouvinte).	40	Certificado
Estágios não-obrigatórios.	100	Certificado e carga horária
Ministrante de cursos.	60	Certificado
Ministrante de palestras.	60	Certificado

Representação estudantil (Colegiado, Diretório Acadêmico e outros).	100	Comprovante do órgão
Participação em Grupos de Pesquisa.	100	Comprovante do órgão
Organização de eventos	60	Certificado

15 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Entende-se avaliação como um processo de diagnóstico contínuo e sistemático. Dessa forma, como decisão institucional, o ponto de partida é entender que todo momento de avaliação não deverá ocorrer isoladamente, mas de maneira gradativa. Com isso, pretende-se tornar mais eficiente a aprendizagem e se necessário, a recuperação de conteúdos.

Segundo Celso Antunes (2004), o processo de avaliação da aprendizagem consiste em determinar se os objetivos educativos estão sendo realmente alcançados pelo programa do currículo pleno e do ensino. Os objetivos visados consistem em produzir certas modificações desejáveis no padrão de comportamento dos acadêmicos.

Outros aspectos que devem nortear o processo de avaliação são o de destacá-lo como instrumento de apoio ao desenvolvimento acadêmico. É conveniente ressaltar que o acadêmico executa aquilo que entende e não a interpretação que o professor dá às coisas.

Ao aluno, a avaliação deve fornecer informações sobre seu próprio processo de aprendizagem. Deve permitir-lhe, não só demonstrar a aquisição dos conteúdos trabalhados através de estratégias variadas, como também oferecer subsídios para que possa refletir sobre seu próprio processo de aprendizagem.

Por isso, necessariamente, ocorrerá em vários momentos e privilegiará os aspectos qualitativos (capacidade de análise, síntese crítica e elaboração pessoal do acadêmico) sobre os quantitativos e favorecerá a compreensão dos processos mentais envolvidos na aprendizagem.

Dessa forma, é imprescindível que o acadêmico conheça:

- no que está sendo avaliado;

- que critérios estão sendo usados;
- que valores ele está recebendo pela sua avaliação;
- o porquê da nota que lhe foi atribuída.

De acordo com o Art. 4º. seção II – DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO, do Regulamento da Avaliação do Rendimento Escolar do IF Farroupilha, dispõe que, que a verificação do rendimento escolar é feita de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo, uma vez que esta pode acontecer através de provas escritas e/ou orais, trabalhos de pesquisa, seminários, exercícios, aulas práticas, autoavaliações e outros, afim de atender as peculiaridades do conhecimento envolvido nos elementos curriculares e as condições individuais e singulares do(a) aluno(a), oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida.

O sistema e os critérios de avaliação obedecem, primariamente, às determinações estabelecidas pelo Regimento Geral da IES e fundamentalmente, à coerência que deve caracterizar qualquer processo avaliativo e permitir a detecção do ensino adequado do conteúdo estabelecido pelo currículo do curso.

A avaliação deverá ainda oferecer subsídios para o professor. Será compreendida como processo de acompanhamento e compreensão dos avanços, dos limites e das dificuldades dos discentes para atingirem os objetivos propostos.

A Instituição, por meio da coordenação do curso orientará para que a avaliação ocorra no sentido de, além de diagnosticar a realidade, determinar os fatores de insucesso e orientar as ações para sanar ou minimizar as causas e promover a aprendizagem do discente. Para isso, deve estabelecer sempre uma relação de coerência com o processo ensino/aprendizagem e com a concepção do curso.

Em reuniões de colegiado, os professores são motivados a diversificar os critérios de avaliação, com vistas a reorientar o processo de ensino quando necessário. Discute-se a forma de administração dos conteúdos aos acadêmicos, a forma de organização e construção das avaliações e atribuição

de notas. Dessa forma permite-se que os procedimentos de ensino não se distanciem dos pressupostos do projeto pedagógico do curso.

A avaliação do desempenho escolar é realizada por intermédio de acompanhamento contínuo do acadêmico, é feita por disciplina, incidindo sobre frequência e aproveitamento. Dá-se por meio de provas (discursivas e de múltipla escolha), relatórios, seminários, estudos de caso, trabalhos (individuais e em grupo), exercícios dirigidos, participação em projetos, compromisso do acadêmico com sua formação e com a consciência de sua atuação. O aproveitamento é expresso em notas, demonstradas em grau numérico de zero (0,0) a dez (10,0).

Ainda, no Art. 5, dessa mesma seção, salienta que para a avaliação das etapas, descritas no caput do artigo 2, o professor deve oportunizar pelo menos duas avaliações a cada semestre, uma em data determinada pelo professor (normalmente ao fim do primeiro mês do bimestre) e outra realizada em data pré-determinada em calendário escolar durante uma semana de provas. Essa forma de avaliação deve estar redigida no Plano de Ensino da disciplina ministrada pelo docente.

O Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, juntamente com os Colegiados de Cursos e demais setores da Instituição elaboram e aprovam o Calendário Escolar para a realização de provas e exames finais. As condições para a aprovação por média e participação em exames finais são aquelas constantes do Regimento da *câmpus*.

Nesse contexto, um processo de avaliação eficaz envolve todas as ações relacionadas ao acompanhamento e redimensionamento do fazer pedagógico. Assim, a concepção de avaliação adotada na instituição, as metodologias de ensino que os professores desenvolvem os instrumentos de avaliação que utilizam e o que é feito com os resultados das avaliações são elementos intrínsecos a esse processo.

Quando os atores concebem o verdadeiro sentido do ato de avaliar, percebem o momento em que vivemos. Não é mais é concebível admitir o arbítrio de classificar e proceder ao julgamento do rendimento escolar.

Ao afirmar que a avaliação é um momento pedagógico, reconhece-se que ela está ligada a todo um processo que se desenvolve continuamente e

não pode ser feita somente com instrumentos externos, dados ao professor. A avaliação do ensino e aprendizagem deve ter o caráter de acompanhamento do processo.

A avaliação objetiva informar os atores envolvidos sobre a direção do processo de aprendizagem que está se desenvolvendo; captar as necessidades e falhas desse processo: comprometer-se com a busca da superação; possibilitar aos professores e educando refletirem conjuntamente sobre a realidade; selecionar as formas apropriadas de dar continuidade ao processo; tomar decisões e mudar de atitude. Para tanto, é necessária a definição clara dos critérios a serem usados na avaliação de todos os envolvidos.

A avaliação da aprendizagem deve ser contínua e analisar as diferentes etapas do processo, e não apenas seu produto. Nessa perspectiva, os atores devem avaliar a aprendizagem de valores com o mesmo interesse que a dos conteúdos conceituais. Esta é uma decisão que só pode assumir realmente quem concebe a educação escolar como integral.

Fica dessa forma, evidente o compromisso do IF FARROUPILHA-SVS em promover um sistema de avaliação da aprendizagem que possa reconhecer e respeitar as peculiaridades inerentes ao processo de ensino e de aprendizagem.

A avaliação do desempenho acadêmico do estudante deve ser contínua ao longo do curso e concomitante ao desenvolvimento das atividades educacionais, devendo ser realizada através de mecanismos participativos e transparentes. Será realizada de forma processual com caráter diagnóstico e formativo, envolvendo professores e alunos conforme o Regulamento da Avaliação do Instituto Federal Farroupilha.

16 AUTO-AVALIAÇÃO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O IF Farroupilha - SVS, conta com um plano de avaliação institucional em que está inserido o Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública, por meio do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi criada com Mandato de dois anos. De acordo com o documento de criação, disponibilizado na página da Reitoria do Instituto Federal Farroupilha (www.iffarroupilha.edu.br), a avaliação permanente de todas as atividades desenvolvidas, serão realizadas pelos docentes, discentes ou técnico-administrativos. É uma ação pedagógica integrada, que contribuirá para o redirecionamento das ações desenvolvidas por todos, na intenção de minimizar fragilidades e descobrir potencialidades.

A avaliação é realizada semestralmente e, além do corpo docente e a atuação da coordenação do curso, avalia-se as condições estruturais, instalações, serviços e pessoal técnico de apoio, condições de ensino, envolvimento da Instituição com a comunidade, cumprimento do regimento e as propostas PDI, PPI e PPC. As informações obtidas na auto-avaliação institucional são empregadas para melhoria das condições dos serviços ofertados, orientação das coordenações dos cursos e docentes quanto à condução do processo ensino/aprendizagem, bem como balizam importantes decisões como melhoria das condições de ensino. Tais informações são disponibilizadas para a comunidade acadêmica. A CPA é atuante e promove a interlocução entre os atores da comunidade acadêmica.

17 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS ANTERIORMENTE DESENVOLVIDAS

As competências profissionais a serem desenvolvidas para contemplar a formação do tecnólogo em Gestão Pública serão desenvolvidas por meio de habilidades, valores e atitudes demonstrados abaixo:

O aproveitamento de estudos e a certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências vivenciadas previamente ao início do curso ocorrerão da seguinte forma:

- 1) Através do Aproveitamento de Estudos, que Compreende a possibilidade de aproveitamento de estudos realizados em outra instituição de educação superior. Poderá ser concedido mediante requerimento dirigido à Coordenação do Curso.

Com vistas ao aproveitamento de estudos, a avaliação recairá sobre a correspondência entre os programas das disciplinas cursadas na outra instituição e os do Instituto Federal Farroupilha e não sobre a denominação das disciplinas para as quais se pleiteia o aproveitamento. Os critérios de aproveitamento de estudos e/ou conhecimentos seguirão as normatizações estabelecidas para os cursos superiores no âmbito do Instituto Federal Farroupilha;

2) Certificação de Conhecimentos na qual, o estudante poderá solicitar certificação de conhecimentos adquiridos através de experiências previamente vivenciadas, inclusive fora do ambiente escolar, com o fim de alcançar a dispensa de alguma(s) disciplina(s) integrantes da matriz curricular do curso. O respectivo processo de certificação consistirá em uma avaliação teórica ou teórico/prática, conforme as características da disciplina.

18 INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Instituto Federal Farroupilha, Campus São Vicente do Sul entende que o seu desenvolvimento está vinculado à comunidade de que é originária, e busca a institucionalização de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir com essa comunidade.

Por meio do ensino, o Instituto atende a população através da preparação para a cidadania com competência técnica e política. A pesquisa possibilita ao saber acadêmico, a articulação com os vários setores da sociedade, identificando aquilo que deve ser pesquisado, suas finalidades e interesses, e como os novos conhecimentos podem participar da dinâmica das transformações sociais.

Tanto a pesquisa básica quanto a aplicada tem sido discutidas em suas formas de sistematização, para direcionamento à instalação de uma forma participativa de estudo dos grandes problemas de cada área.

O aluno do Curso de Tecnologia em Gestão Pública tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos por meio das experiências de Práticas Profissionais, participação em congressos, eventos especiais e palestras, desenvolvendo atividades complementares e de extensão. A IES oportuniza a participação dos alunos em programas, projetos e atividades de iniciação científica ou extensão ou práticas investigativas, como os citados abaixo:

a) Semana de Iniciação Científica: evento realizado pela IES em que os discentes podem apresentar trabalhos científicos, sob a orientação de professores dos cursos, realizados durante o ano letivo. O trabalho é apresentado para a comunidade em geral via apresentação oral ou painéis.

b) Comunicação “On-line”: A IES possui um sistema de comunicação interno via provedor. A comunidade acadêmica pode acessar informações tais como: páginas dos cursos, notas, frequência, documentos do IFFarroupilha, atividades, agenda de práticas Profissionais, TCC’s e eventos, dentre outros.

19 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO

Os processos de apoio pedagógico aos discentes iniciam-se em sala de aula. A percepção do professor, aliado ao trabalho dos coordenadores, é base para o apoio pedagógico do acadêmico. Por meio desta identificação e interação, os discentes que apresentarem algum tipo de problema relacionado à aprendizagem, comunicação, conduta ou socialização serão encaminhados, em um primeiro momento, para a coordenação do curso. De posse das informações pertinentes, os coordenadores avaliam os fatos e discutem com a supervisão pedagógica os procedimentos a serem adotados.

Seguindo a estrutura do Regimento Institucional, a IES conta com a Diretoria de Ensino. A ela, está vinculado ao Departamento de Assistência ao Educando - DAE, instituído para aprimorar as condições pedagógicas e psicológicas que interferem diretamente no ensino e aprendizagem.

O DAE tem por finalidade assessorar alunos no que diz respeito à melhoria da ação pedagógica e relacional, adota um trabalho democrático,

oportunizando diálogos permanentes com acadêmicos estabelecendo uma práxis inovadora.

A Supervisão pedagógica por sua vez, em permanente contato com o DAE, tem como finalidade apoiar as Coordenações de cursos na orientação pedagógica dos discentes, melhorando o ensino-aprendizagem.

O atendimento psicopedagógico é realizado pelo DAE. O acadêmico, após entrevista preliminar com o responsável pelo DAE, recebe orientações ou é encaminhado ao profissional competente, de acordo com a necessidade.

O objetivo é proporcionar aos alunos do Instituto Federal Farroupilha, câmpus, São Vicente do Sul um espaço terapêutico para orientação, clarificação de entendimento e busca de possíveis soluções às situações de conflito que, naquele momento, possam interferir no processo de aprendizagem.

Com a implantação do IF Farroupilha, Câmpus São Vicente do Sul no ano de 2008, O DAE foi criado com o objetivo de atender, orientar e encaminhar os acadêmicos com algum conflito comprometedor do processo de aprendizagem, aos setores de competência.

Os atendimentos e orientações prestados aos acadêmicos não implicam em soluções diretas e imediatas para os problemas apresentados, podendo gerar re-encaminhamentos a profissionais competentes para os casos específicos. Os acadêmicos são atendidos nas dependências da Instituição de ensino, em horários pré-determinados, agendados com o DAE em entrevistas individuais. Estas entrevistas são realizadas de segunda-feira a sexta-feira em horários pré-determinados e num segundo momento, os acadêmicos são encaminhados para o atendimento psicológico, odontológico, médico e pedagógico.

19.1 Programa de Assistência Estudantil

O Instituto estabelece como compromisso das políticas de assistência estudantil a universalização da assistência estudantil e atendimento equânime das necessidades dos estudantes, a igualdade de condições para acesso e permanência, formação ampla direcionada ao desenvolvimento integral,

respeito à dignidade do sujeito, a sua autonomia e ao direito a benefícios e serviços de qualidade, incentivo a participação dos estudantes nos assuntos relativos a assistência estudantil e a integração com as atividades-fim da instituição: ensino, pesquisa e extensão e com as demais políticas setoriais.

As Políticas de Assistência Estudantil tem como objetivos: promover o acesso e a permanência na perspectiva da inclusão social e democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades curriculares; buscar alternativas para a melhoria do desempenho dos estudantes, buscando prevenir e minimizar a retenção e a evasão escolar; contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; preservar e difundir os valores éticos de liberdade, igualdade e democracia; interagir com a família dos estudantes com o intuito de qualificar o processo e os resultados da aprendizagem, estabelecendo relações de cooperação; estimular a participação dos estudantes, através de suas representações, no processo de gestão democrática.

19.2 Programas, Projetos e ações da Assistência Estudantil

Programa de ampliação do acesso: visa contribuir com o processo de universalização e democratização da educação profissional, científica e tecnológica, através da ampliação do acesso aos cursos oferecidos pelo IF Farroupilha, Câmpus São Vicente do Sul..

Programa de apoio à permanência: visa a proporcionar a manutenção da qualidade da oferta de Moradia Estudantil, masculina e feminina. Além disso, compromete-se a trabalhar pelo aumento da oferta de vagas em atendimento às demandas, conforme a disponibilidade financeira do planejamento das verbas.

Dentro deste programa estão incluídos os benefícios financeiros ofertados aos estudantes do IF Farroupilha que são:

Atividades extracurriculares remuneradas: visa propiciar condições de permanência aos alunos que se encontram em grupos menos favorecidos social e economicamente, contribuindo para a melhoria das condições econômicas do aluno e complementar o aprendizado através de realização de atividades correlatas ao curso e/ou atividades de apoio Institucional acompanhadas por um orientador. O estudante beneficiado recebe um auxílio de valor proporcional a carga horária desenvolvida:

Auxílio permanência: visa propiciar condições de permanência aos alunos que se encontram em grupos menos favorecidos socioeconomicamente, contribuindo para a melhoria das condições econômicas dos mesmos e reduzindo os efeitos das desigualdades.

Auxílio Licenciatura: oferecido aos estudantes matriculados nos cursos de licenciatura, que atenderem os requisitos descritos em Edital.

Auxílio SISU – Sistema de Seleção Unificada: nesse auxílio, é oferecido aos estudantes matriculados em Curso Superior de Licenciatura ou de Tecnologia que tenham tido como forma de acesso ao campus, o Sistema de Seleção Unificada – SISU.

Auxílio Pré-escolar: esse auxílio se enquadra aos pais, que tenham filhos em idade entre 0 (zero) e 5 (cinco) anos.

Auxílio Transporte: concorre a esse auxílio, todos os estudantes matriculados em Curso regular oferecido no Campus São Vicente do Sul do IF Farroupilha, que atenderem os requisitos descritos em Edital.

Auxílio para Pessoa com Deficiência: destinado aos estudantes regularmente matriculados em um dos cursos do IF Farroupilha que

comprovem ter deficiência, independente da situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como finalidade propiciar-lhes condições favoráveis à permanência na Instituição e à conclusão do curso.

Auxílio PROEJA: para estudantes matriculados em cursos na modalidade EJA – Profissionalizante do IF Farroupilha.

19.3 Programas de Segurança Alimentar e Nutricional

Contribuir para a permanência por meio de ações que possibilitem o acesso dos estudantes ao Refeitório, recebendo uma alimentação adequada, bem como promovendo o acesso a informações relativas a sua segurança alimentar e nutricional.

19.4 Programa de atenção à Saúde do Estudante

Visa desenvolver ações voltadas à promoção e recuperação da saúde dos estudantes, tendo em vista a realização de um atendimento integral e a permanência dos estudantes no IF Farroupilha, Câmpus São Vicente do Sul. A assistência à saúde conta com disponibilização de assistência médica, odontológica e psicológica, a qual deverá ser aprimorada qualitativa e quantitativamente para atender a expansão.

19.5 Programa de apoio didático-pedagógico

Promover entre os estudantes uma reflexão crítica com relação a sua trajetória escolar, buscando identificar fragilidades e potencialidades; fortalecer o vínculo entre membros da comunidade escolar; estabelecer e fortalecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento; promover as práticas de organização e representação estudantil, visando incentivar a autonomia e a cultura de participação; realizar acompanhamento e orientação dos estudantes no que tange aos processos de ensino-aprendizagem.

19.6 Programas de promoção da Cultura, Esporte E Lazer

Divulgação e promoção da cultura, com preferência para aquelas relativas à cultura local e/ou regional; ações de promoção das diferentes manifestações artísticas: dança teatro, literatura, música, desenho, pintura, escultura, fotografia e cinema; promoção e incentivo das práticas esportivas em suas diferentes modalidades, respeitando as necessidades, limites e potencialidades dos estudantes; incentivo e promoção de atividades de lazer, conforme a necessidade e interesse dos estudantes.

19.7 Programas de consolidação do monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil

Elaboração de instrumentos que permitam realizar o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil; elaboração de relatórios de monitoramento dos programas, projetos e ações; realização de encontros para discutir o monitoramento e avaliação da política de assistência estudantil, para divulgar dados e repensar os programas, projetos e ações de assistência estudantil do IF Farroupilha, Câmpus São Vicente do Sul.

20 INSTALAÇÕES, EQUIPAMENTOS, RECURSOS TECNOLÓGICOS E BIBLIOTECA

20.1 Infraestrutura-Física

Área total: 329 ha

Área construída: 40.074,48 m²

20.1.1 Infraestrutura de utilização para o curso

20.1.1.1 Órgãos de apoio técnico e administrativo

São órgãos criados por proposta o IF Farroupilha, para tornar eficaz o atendimento aos alunos de acordo com as necessidades de organização,

expansão acadêmica e administrativa do Instituto, com vistas ao desempenho esmerado e qualidade de suas atividades. Os órgãos de apoio técnico e administrativo são:

PRÉDIO ADMINISTRATIVO CENTRAL: Nessa unidade estão centralizados os seguintes serviços: Direção Geral, Departamento de Administração e Planejamento, Coordenação Geral de Administração e Finanças, Coordenação Geral de Recursos Humanos, Coordenação Geral de Produção e Pesquisa e Seção de Processamento de Dados.

PRÉDIO ADMINISTRATIVO 2: nesta unidade estão centralizados os seguintes serviços: Coordenação de Serviços Auxiliares, Setor de Patrimônio, Almoxarifado, Oficina Mecânica e Garagem.

SETOR DE REGISTROS ACADÊMICOS: é um órgão que operacionaliza todas as atividades ligadas à vida acadêmica do aluno desde seu ingresso até a conclusão do curso/colação de grau. Esse setor concentra as atividades administrativas dos alunos do IF Farroupilha-SVS, emanadas de órgãos superiores e ainda, da legislação vigente no que concerne à sua atividade.

Sua função é dar suporte aos setores a ela vinculados, providenciar arquivamento ordenado e seguro da documentação gerada pela administração acadêmica, atendimento aos alunos, prestando informações, agilizando consultas e informando do andamento de processos acadêmico-administrativos de interesse do acadêmico.

O setor de registros acadêmicos trabalha em suas atividades de segunda-feira a sexta-feira das 7h: 45 min às 11h: 45 min, das 13h: 15 min às 17h: 15 min e das 18h: 00 às 22h: 00. Esse setor funciona de acordo com o regulamento interno que normatiza as seguintes seções:

Seção I – Das competências do setor de registros acadêmico;

Seção II – Da matrícula e rematrícula;

Seção II – Do cancelamento, trancamento, transferência e evasão;

Seção III – Do regime especial;

Seção IV – Dos atestados, certificados, diplomas e demais documentos e solicitações;

Seção IV – Da utilização;

Seção IV – Das disposições gerais;

20.1.2 Infraestrutura acadêmica

AUDITÓRIO CENTRAL – SALÃO AZUL: o auditório central, com capacidade para receber 450 pessoas, é ambiente utilizado para a realização de eventos internos e externos, tais como: formaturas, reuniões e atividades de capacitação (cursos, palestras, encontros...).

AUDITÓRIO - SALÃO AMARELO: o auditório, com capacidade para receber 60 pessoas, é ambiente utilizado para realização de palestras, aulas expositivas, reuniões, apresentação de trabalhos desenvolvidos nas disciplinas do curso superior em tecnologia de gestão pública. Nesse auditório tem banheiro, ar condicionado, data show, televisão, lousa branca.

AUDITÓRIO DO CIET 1: com capacidade para receber 50 pessoas.

AUDITÓRIO DO CIET 2: com capacidade para receber 50 pessoas.

MORADIA ESTUDANTIL: com capacidade para 280 alunos.

REFEITÓRIO: disponibiliza café da manhã, almoço e janta todos os dias da semana.

CENTRO DE SAÚDE: com prestação de serviços: médio, odontológico, psicológico e enfermagem.

LABORATÓRIOS DIDÁTICOS: 04 Laboratórios de Informática, todos com capacidade de 30 estações didáticas.

OUTROS AMBIENTES DE ENSINO

- **NEAD – Núcleo de educação a distância**

O Instituto oferece um núcleo de educação a distância (EAD), assegurando o envolvimento da comunidade escolar na modalidade de EAD e oferecendo cursos e/ou atividades formativas de graduação e de pós-graduação “*lato sensu*”, além de cursos seqüenciais, subseqüentes e de extensão.

- **NAPNE – Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NAPNES);**

O Instituto disponibiliza um local específico para apoio aos alunos com necessidades especiais (NAPNE - núcleo de apoio aos portadores de necessidades especiais). Nesse, estão incluídas salas planejadas e equipadas para apoio e suporte as atividades especiais.

A infra-estrutura física da Instituição vem recebendo atenção especial no sentido de atender pessoas com necessidades especiais, através da construção de rampas de acesso, sanitários adequados, bebedouros e telefones, para usuários de cadeiras de rodas, assim como estacionamento reservado.

Encontram-se a disposição atualmente: sala multifuncional equipada para alunos com necessidades especiais e sala administrativa.

Inicialmente, foram readequadas as vias de acesso ao Ginásio de Esportes e Auditórios, para facilidade de locomoção. Neste sentido, à medida que novas obras vão sendo implementadas, busca-se adequar à infra-estrutura, de forma a atender às necessidades deste contexto, de acordo com a legislação em vigor.

- **Núcleo Tradicionalista Gaúcho (NTG)**

O Instituto disponibiliza aos alunos um espaço construído (NTG) para a realização de atividades artística como dança, música, apresentações tradicionalistas diversas.

- **Ginásio de Esportes**

O ginásio de esportes apresenta condições para realização de práticas esportivas e atividades de aulas.

- **Quadra Poliesportiva com Pista Atlética**

A quadra poliesportiva pode ser usada para caminhadas, corridas, jogos diversos.

- **Refeitório**

O refeitório do campus tem capacidade para servir em torno de 1.500 (um mil e quinhentas) refeições diárias.

- **Centro de Saúde**

Prestação de serviços: médico, odontológico, psicológico e enfermagem.

- **Moradia estudantil**

BIBLIOTECA ESCOLAR: Esse setor está ligado à Diretoria de Ensino, sendo de sua competência as seguintes atribuições:

- Desenvolver, conservar e difundir o acervo, de acordo com as normas, recomendações e protocolos vigentes;
- Proporcionar instrumentos de informação para a atualização e produção do conhecimento;
- Facilitar o estudo e a investigação em fontes de informação científica e cultural;
- Contribuir para o desenvolvimento do conhecimento técnico, científico e cultural;
- Divulgar o patrimônio cultural, técnico, científico e artístico.

A biblioteca do IF Farroupilha - SVS conta com o seguinte acervo bibliográfico: Livros= 10679 exemplares, Periódicos= 5258 exemplares, TCC e monografias= 52 exemplares e CD E DVD= 422. Anexa à Biblioteca Escolar, existe uma Biblioteca Virtual, para acesso e pesquisa na Internet.

As bibliografias apresentadas, as quais ainda não constarem do acervo institucional, serão adquiridos com recursos da instituição e disponibilizados junto à biblioteca escolar.

O IF Farroupilha - SVS conta com um acervo bibliográfico, cujos livros constam na bibliografia básica e complementares das disciplinas apresentadas nas ementas. Os colaboradores da Biblioteca se reúnem semanalmente para discutir assuntos pertinentes às rotinas e melhorias dos processos internos.

SALAS DE AULA: as salas de aula deverão ser equipadas de maneira a dar conforto ao estudante e ao professor, além de possibilitar a utilização de diversos recursos audiovisuais.

Preferencialmente, as salas de aula do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública terão:

- 40 carteiras;
- retroprojetor ou Tela de projeção com projetor multimídia ;
- ar condicionado;
- 1 mesa escrivaninha e cadeira para docente;
- quadro branco e/ou lousa;
- apagador de feltro;
- marcadores para quadro branco e/ou giz;
- mural.

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA: o IF Farroupilha-SVS conta com 4 (quatro) laboratórios de informática de microcomputadores, com capacidade para 30 alunos cada, com recurso de data-show, capaz de exibir a tela do computador do professor para a sala.

Os laboratórios têm suas máquinas conectadas em rede via “*ethernet*”, de 100 Mbps e um link dedicado a internet com velocidade de 4 Mbps.

LABORATÓRIO 1

- 31 Computadores Core 2 Duo, 1Gb, HD 80GB;
- projetor de multimídia;
- 2 Condicionadores de ar.

LABORATÓRIO 2

- 31 Computadores Celeron D, 256MB, HD 40GB, CD ROM;
- projetor de multimídia;
- 1 Condicionador de ar.

LABORATÓRIO 3

- 35 Computadores Core 2 Duo, 1GB, HD 80GB;
- 1 Condicionador de Ar.

LABORATÓRIO 4

- 31 Computadores Pentium IV 3Ghz, 1GB, 80GB, Grav. CD combo DVD;
- 1 Condicionador de Ar.

20.1.3 Adequação da infraestrutura para atendimento às pessoas com necessidades especiais

Conforme Decreto 5296/2005, a infraestrutura física da Instituição vem recebendo atenção especial para responder a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, no sentido de atender a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, através da construção de rampas de acesso, sanitários adequados, bebedouros e telefones, para usuários de cadeiras de rodas, assim como estacionamento reservado.

Inicialmente, foram readequadas as vias de acesso ao Ginásio de Esportes e Auditórios, para facilidade de locomoção. Neste sentido, à medida que novas obras vão sendo implementadas ou implantadas, busca-se adequar a infraestrutura, de forma a atender às necessidades deste contexto, de acordo com a legislação em vigor.

Nessa estrutura física está inserido o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE, que tem por finalidade promover a cultura da educação para a convivência, aceitação da diversidade e principalmente buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais na Instituição de forma a promover a inclusão de todos na educação.

21 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE E COORDENAÇÃO DE CURSO

21.1 Proposta de NDE para o curso superior de tecnologia em gestão pública.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica em cada Curso de Tecnologia com atribuições consultivas, propositivas e de assessoria sobre matéria de natureza acadêmica, co-responsável pela elaboração, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico de Curso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IF Farroupilha Câmpus, São Vicente do Sul.

De acordo com a Resolução nº01, de 17 de junho de 2010, normatiza o Núcleo Docente Estruturante e da outras providências. Será constituído pelo(a) Coordenador(a) de Curso, como seu presidente nato, e por pelo menos 30% (trinta por cento) dos docentes efetivos atuantes no curso de tecnologia, relacionados pelo Colegiado de Curso, que satisfizerem os seguintes requisitos:

- I- titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado);
- II- regime de trabalho integral;
- III- experiência docente na instituição e também experiência profissional fora do magistério; e
- IV- preferencialmente, com participação na elaboração do Projeto Pedagógico de Curso ou em sua(s) reformulação (ões).

A composição do Núcleo Docente Estruturante obedecerá ainda às seguintes proporções:

- I- pelo menos 50% (cinquenta por cento) de docentes com título de doutor;
- II- pelo menos 40% (quarenta por cento) de docentes atuando ininterruptamente no curso desde o último ato regulatório (no caso deste Projeto Pedagógico, sua elaboração). A operacionalização do Núcleo Docente Estruturante ocorrerá na medida em que seus membros, no todo, em parte ou individualmente, participarem de atividades propostas pelo Colegiado ou Coordenação de Curso.

O NDE reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. Abaixo se propõe qual seja o Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública em função dos que participaram de sua elaboração e estão comprometidos com sua operacionalização como docentes, a saber:

Quadro 10 -Núcleo Docentes Estruturante - NDE

Nome do Docente	Regime de Trabalho	Titulação
Presidente: Antônio Carlos MinussiRighes	DE	Mestre
Membro: Daniel Boemo	DE	Doutor
Membro: Rodrigo Belmonte	DE	Mestre
Membro: Rogério Luis Reolon Anese	DE	Doutor

Membro: Wellington Furtado dos Santos	DE	Mestre
Pedagoga: Suélen da Silva Zuquetto	DE	Mestre

Fonte: Departamento de Recursos Humanos do IF Farroupilha, Câmpus São Vicente do Sul

21.2 Avaliação do curso

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem por finalidade a implementação do processo de autoavaliação do IF Farroupilha, a sistematização e a prestação das informações solicitadas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A CPA será constituída por uma Comissão Central, na Reitoria, e uma Comissão Local, em cada *câmpus*.

Os membros da Comissão Local serão indicados pelo Diretor Geral do Campus ou escolhidos pelos seus respectivos pares, sendo, no mínimo um representante Docente e respectivo suplente, um representante Técnico-administrativo em Educação e respectivo suplente, um representante Discente e respectivo suplente e um representante da Sociedade Civil Organizada e seu respectivo suplente.

A CPA realizará, no mínimo, duas reuniões ordinárias a cada semestre e reunir-se-á extraordinariamente quando convocada por seu Presidente ou por, pelo menos, um terço de seus membros.

A autoavaliação institucional é uma atividade que se constitui em um processo de caráter diagnóstico, formativo e de compromisso coletivo, que tem por objetivo, identificar o perfil institucional e o significado de sua atuação por meio de suas atividades relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, observados os princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, e as singularidades do IF Farroupilha Campus Alegrete.

21.3 Atuações do coordenador do curso

A coordenação do curso é atribuição do Coordenador do curso, escolhido e eleito por seus pares, dentre os professores do curso. O Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IF Farroupilha-SVS, atua intensamente na gestão do curso, promovendo a

integração entre coordenação, direção e acadêmicos, por meio de atendimentos individuais ou em grupos e mesmo coletivamente.

Promove, estimula e participam de atividades acadêmicas e sociais, possibilitando a interlocução entre coordenação e acadêmicos, comunidade interna e comunidade externa.

O Coordenador tem as seguintes atribuições:

As atribuições da Coordenação do Curso, conforme consta no Regimento Interno do IF Farroupilha-SVS são:

- coordenar todas as atividades do Curso, representando-o junto às autoridades e órgãos da Instituição;
- convocar presidir as reuniões dos professores do Curso;
- supervisionar e fiscalizar a execução das atividades programadas, bem como a assiduidade dos professores e acadêmicos;
- promover, periodicamente, a avaliação das atividades e programas do Curso, assim como dos acadêmicos e corpo docente;
- propor ou encaminhar proposta, na forma deste Regimento Geral, o desenvolvimento de projetos de pesquisa e programas de extensão ou eventos extracurriculares;
- exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste Regimento Geral;
- fiscalizar o cumprimento do regime escolar e a execução dos programas e horários estabelecidos;
- distribuir encargos de ensino, iniciação à pesquisa e extensão entre os professores do curso, respeitadas as especialidades, coordenando-lhes as atividades;
- exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e no Regimento do Instituto Federal Farroupilha, campus são Vicente do Sul.

21.4 Participações efetivas da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES

A Coordenação do curso participa efetivamente dos órgãos colegiados acadêmicos da Instituição. Esta participação se dá por meio de reuniões e discussões referentes ao andamento do curso em particular e da IES como um todo.

A Coordenadoria do curso é integrada pelo Colegiado, para as funções deliberativas e pelo Coordenador do curso, para as tarefas executivas. O colegiado do curso é constituído pelos professores das disciplinas que ministram aulas no curso e um representante do corpo discente. O colegiado é dirigido pelo coordenador, substituído em suas faltas por um professor substituto e eleito. O colegiado do curso reúne-se ordinariamente em datas fixadas no calendário escolar e extraordinariamente quando for necessário.

21.5 Titulações do coordenador do curso, regime de trabalho e dedicação

O Coordenador do curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública tem a seguinte formação acadêmica:

Formação acadêmica/Titulação do Professor Mestre Antônio Carlos MinussiRighes

- 2001 - 2004** Mestrado em Engenharia de Produção (Conceito CAPES 3) .
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.
Título: POLÍTICAS PÚBLICAS ESTRATÉGICAS: O CASO DO MUNICÍPIO DE UNISTALDA/RS, *Ano de Obtenção:* 2004.
Orientador: Luiz Carlos Pistóia de Oliveira.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior .
- 2006 - 2008** Especialização em Didática e Docência do Ensino Superior. (Carga Horária: 360h).
Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu.
Título: A Evolução do sistema de Avaliação da Educação Superior: A Avaliação Institucional 1990/2010. *Orientador:* Ivan de Oliveira.
- 1999 - 2001** Especialização em Gestão Empresarial . (Carga Horária: 450h).
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.
Título: O Perfil dos setores secundário e terciário do município de Unistalda/RS.
Orientador: Rogério Luis Reolon Anése.
- 1981 - 1985** Graduação em Administração de Empresas.
Fundação Educacional de Alegrete.
Título: Recursos Humanos: O caso da empresa Nicola & Cia Ltda. *Orientador:*

Laurindo Alende.

1978 - 1980 Curso técnico em Contabilidade/profissionalizante. Escola Estadual de II Professor Isaías.

O Coordenador atua em regime Tempo Integral Dedicção Exclusiva – DE com 40 (quarenta) horas semanais no Instituto Federal Farroupilha, câmpus São Vicente do Sul, atuando como coordenador e professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Atua ainda, no curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. É avaliador do PRONATEC. A experiência profissional do coordenador é comprovada em documentos e *curriculum lattes*.

22. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DOCENTE

De acordo com o PDI do IF Farroupilha, uma vez que o provimento de cargo de professor no Instituto depende de regramento que tem origem externa ao mesmo, devido à natureza de Instituição Pública Federal, cabe registrar a determinação legal. De acordo com a Lei 11.784 de 22 de setembro de 2008, em seu artigo 105, fica estruturado o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto pelos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação (...).

A mesma Lei determina que integrem o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico cargos de provimento efetivo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e o Cargo Isolado de provimento efetivo de Professor Titular do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

No seu Artigo 111 estabelece que sejam atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações: as relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, no âmbito,

predominantemente, das Instituições Federais de Ensino; e as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

E ressalta que os titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, desde que atendam aos requisitos de titulação estabelecidos para ingresso nos cargos da Carreira do Magistério Superior, poderão, por prazo não superior a 2(dois) anos consecutivos, ter exercício provisório e atuar no ensino superior nas Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Ministério da Educação. Enquanto que o titular do cargo de Professor Titular do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico,

22.1 Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

No artigo 112 da Lei 11.784 de 22 de setembro de 2008, fica definido que aos titulares dos cargos de provimento efetivo do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico será aplicado um dos seguintes regimes de trabalho: tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho; tempo integral de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em 2 (dois) turnos diários completos; ou dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em 2 (dois) turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada.

Os docentes os quais possuem dedicação exclusiva permitir-se-á: participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério; participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa; percepção de direitos autorais ou correlatos; e colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela Instituição Federal de Ensino para cada situação específica, observado o disposto em regulamento. Quanto à progressão funcional, no artigo 120, vê-se que o desenvolvimento na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos servidores

que integram os quadros de pessoal das Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação, ocorrerá mediante progressão funcional, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico, nos termos do regulamento.

Quanto à avaliação do desempenho, no artigo 140 da mesma Lei, fica instituída sistemática para avaliação de desempenho dos servidores de cargos de provimento efetivo e dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. No artigo 141 fica definido que para os fins previstos nesta Lei, define-se como avaliação de desempenho o monitoramento sistemático e contínuo da atuação individual do servidor e institucional dos órgãos e das entidades, tendo como referência as metas globais e intermediárias dos órgãos e entidades (...). As avaliações individuais e institucionais serão compostas por critério que verifiquem competências e desempenho dos indivíduos e o atendimento às metas estabelecidas, no caso da instituição.

Conforme os artigos 146 e 147, os servidores ocupantes de cargos em comissão ou função de confiança poderão ser avaliados com base em dos conceitos atribuídos pelo próprio avaliado; conceitos atribuídos pela chefia imediata; e na média dos conceitos atribuídos pelos integrantes da equipe de trabalho, conforme especificações.

O IF Farroupilha normatizará o detalhamento do processo de acompanhamento, avaliação e de qualificação pertinentes no que lhe compete como instituição contratante e de caráter educacional. Ainda, sobre trabalho docente cabe dizer que no caso de procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro seguem-se os seguintes passos: publicação de edital para seleção, realização de prova escrita, de prova didática e/ou de prova de títulos, provimento do cargo por um período não superior a dois anos.

Quanto à política de qualificação do corpo docente será desenvolvida com base em estudos a serem realizados, podendo-se adiantar que ela obedecerá às metas institucionais e privilegiará áreas do conhecimento que respondam à missão e à visão institucional, ou seja, a qualificação por meio da obtenção de títulos/diplomas mais avançados será praticada de forma focada.

A qualificação também ocorre por meio da formação continuada e essa política já está recebendo atenção por parte de um programa específico da Reitoria.

22.2 Apoio pedagógico aos docentes

Cabe à Instituição contribuir para a constante melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, o que se faz, também, através do apoio pedagógico ao docente. Nesse sentido, a Direção Geral, Diretoria de Ensino, supervisão pedagógica e a Coordenação do curso, buscam por meio de ações conjuntas e variadas, diagnosticarem as necessidades do corpo docente, e a partir daí, definir ações rumo ao constante aprimoramento do trabalho pedagógico na Instituição, oferecendo suporte nas questões relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, tais como: organização do trabalho pedagógico, metodologia, avaliação, interação professor/aluno, dentre outras.

Assim, o IF Farroupilha–SVS, faz constantemente um trabalho de motivação para que os docentes busquem aprimoramento profissional, participação em eventos e incentivam o desenvolvimento a pesquisa e extensão.

A IES, como parte de uma estratégia global para alcançar os objetivos propostos, implantou um programa de desenvolvimento de seu corpo docente para Formação continuada. Esse programa foi planejado de forma a se tornar atrativo, de acordo com as necessidades e interesse dos professores, uma vez que estes são os talentos mais importantes da Instituição. Apoiando a educação continuada, o plano de capacitação, tornou-se, também, um instrumento que contribui para o maior envolvimento e aproximação do professor com a Instituição, proporcionando a elevação do regime de trabalho daqueles inseridos no plano de qualificação. O Programa de Capacitação Docente não foi planejado e desenvolvido de forma unilateral, mas sim de acordo com as necessidades de capacitação dos Servidores.

22.3 Corpo docente

22.3.1 Perfil dos docentes

A Formação dos profissionais do corpo docente do Curso de Gestão Pública do IF Farroupilha - SVS, é consolidada e atende às necessidades estabelecidas pelo PPC do curso em seu currículo (fundamentado nas DCN para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública). Além de formação na área de atuação cerca de 60% dos profissionais do quadro de professores tem experiência profissional fora da educação.

Essa característica do corpo docente fundamenta ainda mais o proposto pelos modernos conceitos de formação adotada pela maioria dos cursos tecnológicos, principalmente na área de Ciências Sociais Aplicadas, permitindo riqueza de conhecimentos que beneficiará a comunidade acadêmica, contando com profissionais de ampla visão técnica, empírica e científica.

A formação dos docentes está assim distribuída: 22% são doutores, 67% mestres e 11% especialistas. Este quadro gabaritado garante ao curso de Gestão Pública ampla bagagem de conhecimento tanto prático quanto teórico, no ensino, na pesquisa e extensão.

Quadro 11 – Formação dos docentes do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública.

Nome	Formação	Tempo de Dedicção
Alfredo Bochi Brum	Mestre	40
Ana Cláudia de Oliveira da Silva	Mestre	DE
Ana Maria Coden Silva	Mestre	DE
Antônio Carlos Minussi Righes	Mestre	DE.
Carla Tatiana Zappe	Mestre	DE
Cláudio Raimundo de Bastos Brasil	Especialista	DE
Cristiano Martins Vieira	Especialista	DE
Cristina Dias Costa	Mestre	DE
Daniel Boemo	Doutor	DE
Deivid Dutra de Oliveira	Mestre	DE
Estela Piveta Pozzobom	Mestre	DE
Helena Brum Neto	Doutora	DE
Hermes Gilber Uberti	Mestre	DE
Luis Aquiles Martins Medeiros	Doutor	DE
Rodrigo Belmonte da Silva	Mestre	DE
Rogério Luis Reolon Anése	Doutor	DE
Simone Bochi Dorneles	Mestre	DE
Wellington Furtado Santos	Mestre	DE

Fonte: Departamento de Recursos Humanos do IF Farroupilha- SVS,

22.3.2 Servidores docentes do colegiado do curso

Formação Acadêmica/Titulação do Professor Mestre Alfredo Bochi Brum

- 2001 -2003 Mestrado em Direito Strictu Sensu .
Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil.
Título: A Arbitragem na seara dos conflitos coletivos e individuais de trabalho,
Ano de Obtenção: 2003. *Orientador:* 🇺🇵 Rogério Gesta Leal.
- 2006 – 2007 Especialização em Direito Civil .
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.
Título: A Vacatio Legis no Atual ordenamento jurídico Brasileiro. *Orientador:* João
Érico Lucas Coelho.
- 1996 – 1997 Especialização em Direito Faculdades Franciscanas.
- 1990 - 1995 Graduação em Direito .Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.

Formação acadêmica/Titulação do Professor Cristiano Martins Vieira

- 2007 - 2010 Mestrado em MAESTRÍA EN ADMINISTRACIÓN ESTRATÉGICA DE
NEGOCIOS .Universidad Nacional de Misiones.
Título: Gestão Publica Municipal: A introdução do BSC na Administração
Pública, *Ano de Obtenção:* 2010. *Orientador:* Glória Orzuza.
- 2001 - 2003 Especialização em Gestão Empresarial (Carga Horária: 360h). Universidade
Federal do Rio Grande, FURG, Brasil.
- 1997 - 1997 Aperfeiçoamento em Comunicação Empresarial .Escola Superior de
Propaganda e Marketing. Ano de finalização: 1997.
- 1993 - 1996 Graduação em Ciências Contábeis .Universidade Católica de Pelotas,
UCPEL, Brasil.

Formação acadêmica/Titulação da Professora Mestre Cristina Dias Costa

- 1996 – 1997 Mestrado em Filosofia (Conceito CAPES 5).Universidade Federal de Santa Maria,
UFSM, Brasil. *Título:* O conceito de mundo em Ser e Tempo de Martin Heidegger,
Orientador: Róbson Ramos dos Reis. Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior.
- 1991 –1994 Graduação em Filosofia.
Universidade Federal de Pelotas, UFPEL, Brasil.

Formação acadêmica/Titulação do Professor Doutor Daniel Boemo

- 2007 - 2011 Doutorado em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA
AGRÍCOLA. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.
Título: Desenvolvimento de Sistemas de geoprocessamento e tecnologia
móvel aplicados a agricultura de precisão., *Ano de Obtenção:* 2011. *Orientador:*
🇺🇵 Prof. Dr. Telmo Jorge Carneiro Amado.
- 2004 - 2007 Mestrado em Geomática .
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.
Título: DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS COMPUTACIONAIS MOVEIS
INTEGRADOS A RECEPTORES GPS BLUETOOTH APLICÁVEIS A GESTÃO
RURAL E URBANA, *Ano de Obtenção:* 2007. *Orientador:* 🇺🇵 Professor Doutor
Enio Giotto.
- 1994 - 1997 Graduação em Bacharelado em Informática
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI,
Brasil. *Título:* Desenvolvimento de um portal de acesso para a unijui.
Orientador: Professor Reneo Pedro Prediger.

Formação acadêmica/Titulação do Professor Deivid Dutra de Oliveira


2010-2013 Mestrado

2006 – 2007 Especialização em Contabilidade e Administração Pública. (Carga Horária: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.
Título: Aplicação da Modalidade de Pregão nos Termos da Lei Federal 10.520/02: Aplicabilidade em Municípios de Pequeno Porte. *Orientador:* Carlos Humberto Munareto.

2002 – 2007 Graduação em Ciências Contábeis.
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.
Título: Relatório de Viabilidade na Implantação de uma Confeitaria e Panificadora no Supermercado Jota Jota. *Orientador:* Fabiano Minuzzi Marcon.

1996 – 1998 Ensino Médio (2º grau). E. E. DE 1º E 2º GRAUS SÃO ICENTE

Formação acadêmica/Titulação da Professora Mestre Estela Piveta Pozzobom

2000 - 2001 Mestrado em Engenharia de Produção (Conceito CAPES 3)
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.
Título: AVALIAÇÃO DO CONCRETO DOSADO EM CENTRAL POR MEIOS DOS GRÁFICOS DE CONTROLE, *Ano de Obtenção:* 2002. *Orientador:*  Adriano Mendonça Souza.


2005 - 2007 Especialização em Estatística e Modelagem Quantitativa. Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.
Título: ANÁLISE DE VARIÂNCIA FATORIAL APLICADA NA AVALIAÇÃO DA RESISTÊNCIA DE ARGAMASSAS INDUSTRIALIZADAS. *Orientador:* Luciane Jacob Flores.

1995 - 1996 Especialização em Matemática .Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil. *Título:* equações diferenciais ordinárias de 1ª e 2ª ordem e a mecânica clássica.

1991 - 1994 Graduação em Matemática Licenciatura Plena.
Universidade Franciscana. *Título:* alternativa metodológica para o ensino de frações ordinárias.

Formação acadêmica/Titulação da Professora Doutora Helena Brum Neto

2008--2012 Doutorado em Geografia (Conceito CAPES 6) . Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.
Título: Território e Cultura: a territorialidade alemã e italiana no Rio Grande do Sul, *Orientador:* Marcos Aurélio Saquet. *Bolsista do(a):* Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ,CNPq ,Brasil .

2005 - 2007 Mestrado em Geografia (Conceito CAPES 3) .
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.
Título: Regiões Culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha, *Ano de Obtenção:* 2007.
Orientador:  Meri Lourdes Bezzi. *Bolsista do(a):* Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ,CAPES ,Brasil .

2001 - 2004 Graduação em Geografia Licenciatura
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.
Título: O processo de ocupação étnico-cultural e sua influência na organização do espaço geográfico da Microrregião Geográfica de Restinga Seca.
Orientador: Meri Lourdes Bezzi. *Bolsista do(a):* Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul ,FAPERGS ,Brasil .

Formação acadêmica/Titulação da Professora Jusseila de Fátima Stangherlin Oliveira

- 2002 - 2004** Mestrado em Modelagem Matemática.
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI, Brasil.
Título: Determinação do coeficiente de transferência de calor médio por convecção da massa de grãos de soja., Ano de Obtenção: 2004.
Orientador: Pedro Augusto Pereira Borges.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Grande área: Ciências Exatas e da Terra / Área: Matemática.
Setores de atividade: Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal.
- 2006 - 2007** Especialização em Educação de Adultos na Perspectiva da Educ. Popular. (Carga Horária: 360h).
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Título: O PROEJA COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SUAS PERSPECTIVAS E CONTRADIÇÕES NO CEFETSVS.
Orientador: Vera Maria Vidal Peroni.
- 2000 - 2001** Especialização em Metodologia do Ensino de Matemática.
Universidade São Luiz.
- 1995 - 1999** Graduação em Licenciatura Plena Em Matemática.
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, UNIJUI, Brasil

Formação acadêmica/Titulação da Professora Maristela Andréa Teichmann Bazzan

- 2003 - 2005** Mestrado em Lingüística Aplicada.
Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Brasil.
Título: As vogais médias na interfonologia português-espanhol, Ano de Obtenção: 2005.
Orientador: Carmen Lúcia Barreto Matzenauer.
Palavras-chave: Aquisição Língua Estrangeira; Espanhol; Interfonologia; Português; Vogais médias; Fonética e fonologia.
Grande área: Lingüística, Letras e Artes / Área: Letras.
Grande Área: Lingüística, Letras e Artes / Área: Lingüística.
- 2001 - 2002** Especialização em Língua Espanhola e Literatura Hispânica.
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.
Título: A interlíngua e as interferências do Espanhol.
Orientador: Ana Beatriz R. Gonçalves.
- 1997 - 1998** Especialização em Língua Portuguesa.
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.
Título: Produções textuais na 5ª série.
Orientador: Dálcio Otelson Malmann.
- 1993 - 1994** Aperfeiçoamento em Habilitação de Docentes de LEsp. frente o Mercosul. (C/h: 300h).
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil. Ano de finalização: 1994.
- 1996 - 2000** Graduação em Língua Portuguesa e Espanhola e Resp. Literaturas.
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.
- 1989 - 1993** Graduação em Língua Portuguesa e Respectivas Literaturas.
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.

Formação Acadêmica/Titulação da Professora Mestre Rafaela Vendrusculo

- 2007 - 2009 Mestrado em Extensão Rural (Aoncelito CAPES 4) .
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.
Título: "Somos da Quarta Colônia": os sentidos de uma identidade territorial em construção, *Ano de Obtenção:* 2009. *Orientador:* José Marcos Froehlich.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior ,CAPES ,Brasil .
- 2007 - 2008 Graduação em Licenciatura em Sociologia .
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil. *Título:* Relatório de Estágio em sociologia para o ensino médio..
- 2003 - 2007 Graduação em Ciências Sociais - Bacharelado .
Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil. *Título:* Semana do município de Dona Francisca: uma análise antropológica. *Orientador:* Maria Catarina Chitolina Zanini.

Formação acadêmica/Titulação do Professor Mestre Rodrigo Belmonte da Silva

- 2008 - 2010 Mestrado em Engenharia de Produção (Conceito CAPES 3) Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.
Título: Diagnóstico Organizacional como base para o Planejamento Estratégico, *Ano de Obtenção:* 2010. *Orientador:* Rolando Juan Soliz Estrada.
- 2005 - 2007 Especialização em Gestão Empresarial (Carga Horária: 390h).
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.
Título: O Balanced Scorecard como Instrumento de Avaliação Estratégica: Uma Proposta de Implantação para o Centro Empresarial de Santiago RS..
Orientador: Sirlei Glasenapp.
- 2002 - 2006 Graduação em Administração
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, Brasil.
Título: O Balanced Scorecard como Instrumento de Avaliação Estratégica: Uma Proposta de Implantação para o Hospital de Caridade de Santiago RS.
Orientador: Sirlei Glasenapp.

Formação acadêmica/Titulação do ProfessorDoutor Rogério Luis Reolon Anése

- 2004 - 2009 Doutorado em Economia (Conceito CAPES 5) .
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil.
Título: Arranjos Produtivos Locais e Capital Social no Vale do Jaguari/RS, *Ano de Obtenção:* 2009. *Orientador:* Maria Alice Oliveira da Cunha Lahorgue.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 1995 - 1998 Mestrado em Economia (Conceito CAPES 5)
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil.
*Título:*INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DO CONE SUL: IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, *Ano de Obtenção:* 1998.*Orientador:* Olympio José de Arroxelas Galvão.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- 1989 - 1994 Graduação em Ciências Econômicas.Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, Brasil.

Formação acadêmica/Titulação do Professor Mestre Simone Bochi Dorneles

- 2010 Doutorado em andamento em Desenvolvimento Rural.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, Brasil.
Título: No caminho de um coletivo de pesquisa: a trajetória dos atores no Projeto de Fortalecimento da Vitinicultura do Vale do Jaguari.
Orientador: Flávia Charão Marques.
- 2002-2003 Mestrado em Administração
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.
Título: Autogestão e racionalidade substantiva, *Ano de Obtenção:* 2003.

- Orientador:: Eloise Hellena Livramento Dellagnelo.
- 1995-1996 Mestrado em Direção em organizações
Universidad Del Museo Social Argentino, UMSA, Argentina.
Título: Estudo de caso sobre uma organização autogestionária: Como ocorre a adaptação da COOMEC em uma Sociedade Capitalista,
Orientador: Víctor Sarasqueta
- 1994-1995 Especialização em Administração de Recursos Humanos.
Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis Costa Braga
Título: Recursos Humanos
- 2009-2010 Graduação em Formação Pedagógica
Instituto Federal Farroupilha, IF Farroupilha, Brasil
Título:: Representações sociais sobre o desenvolvimento: A percepção dos alunos(as) e educadores do IF Farroupilha, campus São Vicente do Sul.
Orientador: Cristina Bandeira Townsend.
- 1995-1988 Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Formação acadêmica/Titulação do Professor Mestre Wellington Furtado Santos

- 2002 - 2009 Mestrado profissionalizante em Economia Empresarial
Universidade Cândido Mendes, UCAM, Brasil. *Título:* Estudo de Caso da Pedra Rio Mármore e Granitos LTDA: Uma Análise de Custos Através do Método ABC - Custeio Baseado em Atividade como Estratégia Competitiva, *Ano de Obtenção:* 2009. *Orientador:* Hamilton Carvalho Tolosa.
- 2004 - 2007 Especialização em Economia Empresarial. (Carga Horária: 600h).
Universidade Cândido Mendes, UCAM, Brasil. *Título:* Análise de Custos Através do Método ABC - Custeio Baseado em Atividade como Estratégia Competitiva. *Orientador:* Hamilton Carvalho Tolosa.
- 1992 - 1996 Graduação em Administração de Empresas Faculdades Integradas Simonsen.
- 1987 - 1989 Curso técnico/profissionalizante Colégio Souza Lima.

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – IF Farroupilha - SVS

22.3.3 Servidores técnico-administrativo

Quadro 12 – Relação dos técnicos Administrativos com titulação e regime de trabalho

NOME DO SERVIDOR - CARGO	GRAU DE ESCOLARIDADE - NS			
	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOCTORADO
*Andreza Tasiane da Silva - Jornalista	Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo			
CarliseFelkiPrevedello - Nutricionista	Nutricionista	Em Obesidade e Emagrecimento	Promoção da Saúde	
Carlos Alberto Oliveira - Agrônomo	Agronomia	Em PROEJA		
Carolina BórioDode - Odontólogo	Odontologia	Em Entodontia		
Cristina Silva Feltrin – Engenheiro/Civil	Engenharia Civil			
Dilson Gastaldo Guerra – Médico Veterinário	Medicina Veterinária	Em Tecnologia de Alimentos;		
Evandro Jost – Agrônomo	Agronomia		Mestrado	
Itagiane Folmer – Pedagogo/Supervisão Escolar	Pedagoga			
James Algarve Prado - Zootecnista	Zootecnista			
Jeane Marinez da Silveira – Técnico em Assuntos Educaçãois	Ciências – Licenciatura Curta			
Lidiane Bolzan Druzian - Pedagogo/Supervisão	Pedagogia	Supervisão e Administração Escolar		
Maicon de Brito do Amarante – Analista de Tecnologia da Informação	Ciência da Computação			
Milene de Barros da Silva Frescura - Contador	Ciências Contábeis			
Norton Jerzewski Noro - Analista de Tecnologia da Informação	Sistemas de Informação	Gestão e Governantade TI		
Pedro Ayres Gabriel Poche - Médico	Medicina	Residência Médica na área de Cardiologia		
Raquel de Wallau - Psicóloga	Psicologia	Psicologia Clínica		
Renan Covaleski Perlin - Administrador	Administrador	Gestão de Recursos Humanos	Cursando Mestrado	

Solange Regina Jerzewski Noro - Pedagogo/Orientador Educacional	Pedagogia			
Taise Tadielo Cezar Atarão - Pedagogo/Supervisão Escolar	Pedagogia	Em PROEJA		
Tobias Deprá Rosa – Técnico em Assuntos Educacionais	História	Em PROEJA		

Quadro 13 – Relação dos técnicos Administrativos com titulação e regime de trabalho

NOME DO SERVIDOR – CARGO	GRAU DE ESCOLARIDADE – NÍVEL DE CURSO SUPERIOR			
	ESCOLARIDADE	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO
Cláudia Adriana Delevati Bastos – Telefonista	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Informática	Bacharel em Administração	Gestão de Recursos Humanos.	
Enriete Cogo Dominguez – Assistente em Administração	Ensino Médio	Licenciatura Plena em Educação Física	Em Gestão de Recursos Humanos	
Fabiano Damasceno – Técnico em Agropecuária	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Agropecuária	Ciências Biológicas	Em Plantas Medicinais – Manejo e Manipulação	Em Ciência do Solo – Biodinâmica e Manejo do Solo.
Gabriel Adolfo Garcia – Assistente em Administração	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Agropecuária	Agronomia		
Herton Chimelo Pivoto – Técnico em Agropecuária	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Agropecuária	Matemática	Em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável	
Irani Lourdes Bacin - Assistente em Administração	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Contabilidade	Tecnologia em Gestão Pública	RH	
Jane Beatriz Charão Silveira Giriboni – Assistente em Administração	Ensino Médio	Estudos Sociais – Licenciatura Curta	* Cursando	

Jefferson Baier – Assistente de Alunos	Ensino Profissionalizante: Técnico em Agropecuária Médio	Administração	PROEJA	
Jorge Luis Carvalho Flores – Técnico em Agropecuária	Ensino Profissionalizante: Técnico em Agropecuária Médio	Zootecnia		Mestrado em Zootecnia
José Antonio Battaglin Ugolini - Assistente de Alunos	Ensino Profissionalizante: Técnico em Contabilidade Médio	Gestão de Recursos Humanos	RH	
José Luís Perlin – Assistente em Administração	Ensino Profissionalizante: Técnico em Agropecuária Médio	Gestão de Recursos Humanos	RH	
Lara Vargas Becker – Técnico em Laboratório de Biologia	Ensino Médio	Bacharel em Ciências Biológicas		Ciências Biológicas – Bioquímica Toxicológica
Margarete Dorneles Saucedo – Assistente de Alunos	Ensino Médio	Bacharel em Administração	Gestão de RH	
Maria Nilma da Costa Atarão - Assistente em Administração	Ensino Médio	Gestão de Recursos Humanos	RH	
Maria Regina da Silva Fernandes – Assistente em Administração	Ensino Médio	Bacharel em Administração	MBA Gestão de Recursos Humanos.	Cursando Mestrado
Mariele dos Santos – Técnico em Alimentos	Ensino Médio	Química Industrial		Cursando Mestrado...
Maurício Ivo Bayer - Almoxarife	Ensino Médio	Tecnólogo em Administração	Cursando	
Nadia Maria Covaleski Perlin – Assistente em Administração	Ensino Médio	Letras – Licenciatura Plena em Português/Espanhol/Literatura	Gestão Ambiental	Mestrado em Ciências
Rosmari Teresinha Patias Limana - Assistente em Administração	Ensino Médio	Gestão de Recursos Humanos	Cursando em RH	
Sebastião Saraiva Neto – Assistente em Administração	Ensino Médio	Estudos Sociais		

Sonia Rumpel Brum - Assistente em Administração	Ensino Médio	Pedagogia com Habilitação em Orientação Educacional	educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade EJA
Tatiana Menezes da Silveira – Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio Profissionalizante: Magistério	Licenciatura em Ciências Biológicas	Psicopedagogia.
Wagner Schuster – Técnico em Laboratório		Química Industrial	

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – IFFarroupilhha-SVS

Quadro 14 – Relação dos técnicos Administrativos com titulação e regime de trabalho

NOME DO SERVIDOR - CARGO	GRAU DE ESCOLARIDADE – NA FUNDAMENTAL INCOMPLETO
Catarina Dileta Almeida Guedes - Servente de Limpeza	Ensino Fundamental – Incompleto
Elvacir Rumpel Pinto	Ensino Fundamental – Incompleto
José Pereira da Silva - Encanador	Ensino Fundamental – Incompleto
Sérgio Amauri Rodrigues Atarão - Auxiliar em agropecuária	Ensino Fundamental – Incompleto

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – IFFarroupilhha-SVS

Quadro 15 – Relação dos técnicos Administrativos com titulação e regime de trabalho

NOME DO SERVIDOR - CARGO	GRAU DE ESCOLARIDADE – NI FUNDAMENTAL INCOMPLETO
Angelo Graciano Carillo - Operador de Máquinas Agrícolas	Ensino Fundamental – Incompleto
Vinício Fávero Busatta - Vigilante	Ensino Fundamental – Incompleto

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – IFFarroupilhha-SVS

Quadro 16 – Relação dos técnicos Administrativos com titulação e regime de trabalho

NOME DO SERVIDOR – CARGO	GRAU DE ESCOLARIDADE – NI FUNDAMENTAL COMPLETO
Cláudio Renan Sonnenstrahl - Vigilante	Ensino Fundamental Completo
Delson José da Silva Rodrigues - Vigilante	Ensino Fundamental Completo
Vilmar Pinheiro Delavechia - Motorista	Ensino Fundamental Completo

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – IFFarroupilhha-SVS

Quadro 17 – Relação dos técnicos Administrativos com titulação e regime de trabalho

NOME DO SERVIDOR – CARGO	GRAU DE ESCOLARIDADE – NA FUNDAMENTAL COMPLETO
João Laerte RumpelMossi- Auxiliar em Agropecuária	Ensino Fundamental Completo
Joarez Rumpel Keller – Auxiliar em Agropecuária	Ensino Fundamental Completo
Léo Edmundo Bonoto - Servente de Limpeza	Ensino Fundamental Completo

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – IFFarroupilhha-SVS

Quadro 18 – Relação dos técnicos Administrativos com titulação e regime de trabalho

NOME DO SERVIDOR – CARGO	GRAU DE ESCOLARIDADE – CURSO SUPERIOR		
	ESCOLARIDADE	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO
Jair Valdeci de Oliveira Corrêa - Auxiliar em Agropecuária	Ensino Médio Técnico em Informática Técnico em Agropecuária	Tecnologia em Irrigação e Drenagem	Especialização em Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – IFFarroupilhha-SVS

Quadro 19 – Relação dos técnicos Administrativos com titulação e regime de trabalho

NOME DO SERVIDOR	GRAU DE ESCOLARIDADE – NI MÉDIO COMPLETO		
	ESCOLARIDADE	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO
Alice Fernandes Soares - Cozinheiro	Ensino Médio		
Candida Maria Fernandes - Assistente em Administração	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Informática	Tecnologia em Análise de Sistemas	
Cristiane da Rosa Salvador - Assistente em Administração	Ensino Médio	Tecnologia em Gestão Pública	
Cristiano Minuzzi Righês - Técnico em Agropecuária	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Agropecuária Técnico em Informática	Superior de Tecnologia em Análise de Sistemas	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local
Cristina Turchiello – Técnico em Agropecuária	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Agropecuária	• * Cursando Gestão Pública	
Denis Pohlmann Gonçalves – Técnico em Tecnologia da Informação	Ensino Médio Profissionalizante Técnico em Informática	•	

Eva Giriboni Keller - Cozinheiro	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Alimentos	•	
Francisco da Silva Minetti - Técnico em Agropecuária	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Agropecuária	•	
Frederico Andres Bazana - Técnico em Tecnologia da Informação	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Processamento de Dados	• * Cursando	
Gilson Artur Garcia Alves - Mecânico	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Contabilidade	•	
Ilária DÁvila Pincolini – Assistente de Alunos	Magistério	Matemática	
José Domingos Cassol - Eletricista	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Contabilidade	Cursando Gestão em RH	
José Edgar Machado - Vigilante	Ensino Médio	•	
Jussimara de Cássia Silva Silveira -Assistente em Administração	Ensino Médio	•	
Juliana Feliciano Nunes – Assistente em Administração		• Cursando...	
Marcia Cristina Fernandes Cassol - Técnico em Contabilidade	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Contabilidade Técnico em Informática	• Tecnologia Irrigação Drenagem - Incompleto • Tecnologia em Análise de Sistemas	
Marcio dos Santos Belous – Assistente em Administração	Ensino Médio	Cursando Gestão Pública	
Maria Cristina Moro - Assistente de Alunos	Ensino Médio Técnico em Agroindústria	Cursando Gestão em RH	
Mariane Rodrigues Volz - Assistente em Administração	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico Agrícola com Habilitação em Zootecnia	Tecnologia em Gestão Pública	
Marileusa Damasceno Balbom - Auxiliar de	Ensino Médio	•	

Enfermagem	Profissionalizante: Técnico em Contabilidade Técnico em Enfermagem		
Mariséti Mossi Rodrigues Dias - Telefonista	Ensino Médio Profissionalizante: Magistério	• *Cursando Administração	
Maurício Ivo Bayer - Almoxarife	Ensino Médio	• Administração	
Moacir da Silva Rossi – Operador de Máquinas Copiadora	Ensino Médio Técnico em Contabilidade		
Nilo Fernando Roso - Motorista	Ensino Médio		
Paulo Rogério Ferreira Sampaio - Vigilante	Ensino Médio		
Rafael Ancinelo Adolpho - Técnico em Tecnologia da Informação	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Informática	Tecnologia em Análise de Sistemas	
Rodrigo Lucca Santana	Ensino Médio	Gestão em Tecnologia da Informação	
Sandro Luis Frigo Maldini - Vigilante	Ensino Médio		
Sandra Raquel Schimtz	Ensino Médio	Cursando Psicologia	
Taigra Biasi Donadel - Assistente em Administração	Ensino Médio	* Cursando Gestão Pública	
Thiago Siquiera Sonnenstrahl – Técnico em Tecnologia da Informação	Ensino Profissionalizante Técnico em Informática	Cursando Irrigação e Drenagem	
Valcenir Daniel Furlan - Vigilante	Ensino Médio	Cursando Gestão em RH	
Vitomar da Silva Bautz - Assistente de Alunos	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Informática	*Cursando Tecnologia em Análise de Sistemas	

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – IFFarroupilha-SVS
Quadro 20 – Relação dos técnicos Administrativos com titulação e regime de trabalho

NOME DO SERVIDOR – CARGO	GRAU DE ESCOLARIDADE - NA ENSINO MÉDIO
Abelar Ziquinatti de Oliveira - Pedreiro	Ensino Médio
Adriano Teixeira Lopes - Servente de Obras	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Contabilidade
Elias dos Santos Macedo - Servente de Obras	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Secretariado
Elisabeth Flores - Operador de Máquinas de Lavanderia	Ensino Médio Cursando Gestão em RH

Eunice Costa Vidal - Auxiliar de Industrialização e Conservação de Alimentos	Ensino Médio	Cursando Gestão em RH
José Agnaldo Soares Machado - Auxiliar de Encanador	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Contabilidade	
Luiza Nara Prates Rodrigues - Servente de Limpeza	Ensino Médio	
Onice Zucuni Furlan - Lavadeiro	Ensino Médio	
Paulo Gilberto Manara - Marceneiro	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Contabilidade	
Vilmar Anibale Guerra - Auxiliar em Agropecuária	Ensino Médio Profissionalizante: Técnico em Agroindústria	Cursando Gestão Pública
Vlademir Soares Marques - Padeiro	Ensino Médio	

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – IFFarroupilha-SVS
Quadro 21 – Relação dos técnicos Administrativos com titulação e regime de trabalho

Eduardo Rafael Miranda Feitoza - Arquivista	Arquivologia
---	--------------

Fonte: Departamento de Recursos Humanos – IFFarroupilha-SVS

* Todos os cargos técnico administrativos em Educação tem regime de trabalho de 40 horas semanais a exceção do cargo Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo com 25 horas semanais.

23. EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS

De acordo com o regulamento interno, para que o aluno obtenha o grau de tecnólogo em Gestão Pública, e com isso ter direito ao diploma, ele deverá cumprir os seguintes critérios: o aluno deverá integralizar todas as atividades previstas no currículo, no prazo previsto para integralização, tendo obtido aproveitamento satisfatório e frequência igual ou superior a 75%.

o diploma será confeccionado, registrado e emitido pela Pró-reitoria de Ensino do Instituto Federal Farroupilha e será entregue ao aluno, no Setor de Registros Acadêmicos do campus de origem.

24 COMITÊS DE ÉTICA

De acordo com a Resolução CS nº 003(c)/2009. Anexo III

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **A Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Decreto n. 89.271, de 4 de janeiro de 1984. Dispõe sobre documentos e procedimentos para despacho de aeronave em serviço internacional. **Lex**: Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo, v. 48, p. 3-4, jan./mar., 1. trim. 1984. Legislação Federal e marginália.

BRASIL. Decreto n 45.436, de 09 de janeiro de 2008, publicado em 10 de janeiro de 2008 no Diário Oficial do Estado. **Dispõe sobre desmembramento do COREDE Central**.

BRASIL. Decreto Lei n. 9394/96, **LDB - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO**. Orientação para o desenvolvimento do PPP.

BRASIL. Decreto Lei Nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, Regulamenta o art. 80 da Lei nº9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Decreto lei n.11.892, DE 29 de dezembro de 2008, que **institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**, 2011.

BRASIL. Decreto lei n.1.784 de 22 de setembro de 2008 fica definido que aos **titulares dos cargos de provimento efetivo do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico serão aplicados**, 2011.

BRASIL. Decreto lei n. 8.731, de 16 de novembro de 1993, 1º/09/98, através da Portaria/MEC 966.

BRASIL. Decreto Lei n 5.773, de 09/05/2006, revogou o Decreto no 3.860, de 9 de julho de 2001 e o Decreto nº 5.225, de 1º/10/2004

BRASIL. Decreto lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, criou **os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia** e a Portaria MEC nº 4, de 06 de janeiro de 2009, publicada no Diário Oficial de União,

BRASIL. Decreto lei n. Lei 11.784 de 22 de setembro de 2008, em seu artigo 105, fica estruturado o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, composto pelos cargos de nível superior do Quadro de Pessoal das

Instituições Federais de Ensino, subordinadas ou vinculadas ao Ministério da Educação (...).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Parecer CNE/CES nº 436/2001. As Diretrizes Curriculares Nacionais para esses cursos, definidas pelo Parecer CNE/CP nº 29/2002 e pela Resolução CNE/CP nº 3/2002, obedecem aos mesmos princípios gerais que as Diretrizes para os demais cursos de graduação, conforme o Parecer CNE/CES nº 776/97, que abrange o currículo mínimo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFFarroupilha-SVS..

BRASIL. Decreto lei n. Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

BRASIL. Decreto Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2005. Parecer CNS/CNE 0134/2003.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TECNOLÓGICO. Resolução CNE/CP nº3/2002 instituída pelas Núcleo Docente Estruturante – N.D.E, balizado na Resolução N°01/2010. O Parecer CONAES nº.04/2010,

FEE - Fundação de Economia e Estatística, 2008. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em maio de 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 21 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em junho de 2011.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA, SVS. Ata n. 38 Resolução do Conselho Diretor n. 23/2008, de 14/11/2008.

MANFREDI, Sílvia. **Educação Profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC/Secretaria da Educação Superior. Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do IFFarroupilha-SVS, foi elaborado de acordo com os parecer CNE/CES 436/2001 e 22/05/2002 do Conselho Nacional de Educação, Diretrizes Curriculares de Cursos da Área de Gestão.

PARECER CNE/CES nº: 239/2008. Dispões sobre o desenvolvimento e integralização da carga horária de atividades complementares.

PERRENOUD, Philipp. **Avaliação: da excelência à regulação da aprendizagem – entre duas lógicas.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

_____. **Dez Novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas do Sul, 2000.

PORTARIA Nº 10, de 28 de julho de 2006, Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

RESENDE, Enio. **O livro das competências – desenvolvimento das competências: a melhor auto-ajuda para pessoas, organizações e sociedade.** Qualitymark. Rio de Janeiro, 2000.

RESOLUÇÃO CONSELHO SUPERIOR. nº 48/2010, de 08 de outubro de 2010). Dispõe sobre as Atividades Complementares de Graduação dos Cursos Superiores do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul.

RESOLUÇÃO Nº 01, de 17 de junho de 2010, Normatiza o Núcleo Docente Estruturante.

RODRIGUES, Zuleide Blanco. **Os quatro pilares de uma educação para o século XXI e suas implicações na prática pedagógica.** Disponível em: [HTTP://www.educacional.com.br/articulas/outrosEducacao-artigo.asp?artigo=artigo0056](http://www.educacional.com.br/articulas/outrosEducacao-artigo.asp?artigo=artigo0056). Acesso em: junho de 2011.

UFMS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/gepoc/sepoc2011>>. Acesso em: maio de 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão escolar, desafios a enfrenta.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ANEXO I

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DOS CURSOS SUPERIORES

Dispõe sobre as Atividades Complementares de Graduação dos Cursos Superiores do Instituto Federal Farroupilha Campus São Vicente do Sul

A Direção de Ensino e a Direção de Graduação, Pós- Graduação e Pesquisa do IF Farroupilha Campus São Vicente do Sul, no uso de suas atribuições, considerando a necessidade de regulamentar as Atividades Complementares de Graduação (ACGs) RESOLVE:

Capítulo I

Disposições gerais

Art. 1º. A presente norma constitui parte integrante do Regulamento dos Cursos Superiores, como anexo, e tem por finalidade regulamentar a oferta, o aproveitamento e a validação das atividades complementares de graduação (ACGs). O integral cumprimento das ACGs, na forma e prazos previstos nesse Regulamento, é indispensável para a conclusão dos cursos nos quais são previstas.

Art. 2º. As Atividades Complementares são regulamentadas pelo parecer CNE/CES Nº: 239/2008, que estabelece que nos cursos de graduação, bacharelados e superiores de tecnologia, na modalidade presencial, essas atividades poderão contar na carga horária dos cursos, não devendo exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.

Art. 3º. Por Atividade Complementar de Graduação (ACG) fica entendida a modalidade específica de atuação acadêmica, onde o corpo discente da Instituição deve interagir na sua formação, através da sua participação em programas de ensino, pesquisa e extensão extracurriculares, atividades estas consideradas pertinentes e úteis para a sua formação humana e profissional, conforme modalidades definidas por este Regulamento.

Art. 4º. As ACGs têm como objetivos básicos:

- I - Flexibilizar o currículo pleno do Curso de Graduação;
- II - Propiciar aos acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, visando uma formação acadêmica mais completa;
- III - Fomentar a iniciação à pesquisa, ensino e extensão;

- IV - Integrar o acadêmico às atividades da instituição e à comunidade externa;
- V - Contribuir para uma formação ética e humanística do acadêmico;
- VI - Incentivar a reflexão crítica do acadêmico e a descoberta de novas aptidões;
- VII - Desenvolver senso de responsabilidade social e autonomia na busca do saber.

Capítulo II

Modalidades de ACGs

Art. 5º. São modalidades de atividades complementares:

- I. Atividades de Extensão;
- II. Atividades de Pesquisa;
- III. Palestras ;
- IV. Semanas tecnológicas;
- V. Seminários;
- VI. Congressos;
- VII. Visitas técnicas;
- VIII. Conferências e outros do gênero;
- IX. Monitoria;
- X. Disciplinas não previstas no currículo pleno do curso;
- XI. Atividades de Voluntariado;
- XII. Estágios não-obrigatórios.

Art. 6º. Considera-se como atividade de extensão:

I - A participação em cursos e projetos de extensão ofertados ou desenvolvidos pelo IF Farroupilha, desde que relacionados às áreas de formação profissional do curso em que serão consideradas;

II - A participação em projetos comunitários e/ou sociais relacionados às áreas de formação profissional do curso de graduação;

III - O envolvimento na organização de eventos acadêmicos, tais como seminários científicos, semanas tecnológicas, entre outros.

Art. 7º. Consideram-se como atividades de pesquisa:

I - a participação e desenvolvimento de projetos de iniciação científica vinculados ou não ao IF Farroupilha;

II - a participação em projetos de pesquisa;

III - trabalhos publicados em periódicos acadêmico-científicos;

IV - participação em eventos de iniciação científica ou em congressos científicos relacionados aos projetos desenvolvidos pelo acadêmico.

Art. 8º. Considera-se como ACG a participação do acadêmico em palestras, seminários, congressos e conferências acadêmicas, cursos livres e outros do gênero, desde que devidamente comprovados e que tenham relação com as áreas de formação profissional do Curso.

Art. 9º. Considera-se monitoria a modalidade específica de atuação acadêmica, onde o corpo discente da instituição tem a possibilidade de participar em atividades da instituição com apoio e orientação do corpo docente.

Art. 10º. Serão aceitas como ACGs as disciplinas:

I - não integrantes da base curricular mínima e obrigatória do Curso, desde que mantenham relação com a formação desejada;

II - ofertadas por outros cursos do IF Farroupilha, ou de outras IES;

III - outras atividades relevantes à formação profissional, desde que analisadas e autorizadas antecipadamente pelo Coordenador de atividades complementares.

Art. 11º. O voluntariado compreende a participação do acadêmico em atividades de prestação de serviços junto à sociedade, não necessariamente relacionadas à formação profissional, podendo estar vinculadas ou não a outros projetos do IF Farroupilha.

Art. 12º. Os Estágios não-obrigatórios caracterizam-se por serem desenvolvidos como atividades opcionais, desenvolvidas pelo acadêmico durante a sua formação, obedecendo à legislação específica.

Capítulo III

Da carga horária das ACGs

Art. 13º. O acadêmico deverá cumprir, obrigatoriamente, a carga horária mínima de atividades complementares de graduação, previstas no projeto pedagógico do curso, para a obtenção do diploma.

I – As ACGs deverão, necessariamente, ser desenvolvidas durante a realização do Curso.

II – O acadêmico deverá comprovar a realização das atividades complementares mediante apresentação dos certificados na coordenação do curso, sob pena de reprovação nessa atividade.

III – O aluno deverá desenvolver no mínimo três (03) modalidades diferentes de atividades.

Art. 14º A validação da carga horária cumprida pelo acadêmico nas ACGs atenderá os seguintes critérios:

I - Para as atividades realizadas o Coordenador poderá atribuir carga horária inferior a que consta em certificados ou em outros instrumentos de registro, caso entenda que o total das horas a serem registradas não são compatíveis com a atividade desenvolvida.

II - Na medida do possível, estas atividades devem contemplar uma visão interdisciplinar, visando uma formação ampla do acadêmico que está em contato com outras áreas do saber.

Capítulo IV

Das obrigações do discente

Art. 15º. Todos os acadêmicos matriculados regularmente nos Cursos superiores que possuem atividades complementares em seu projeto pedagógico estão sujeitos às disposições deste Regulamento.

Art. 16º. São obrigações do acadêmico:

I - cumprir a carga horária total das atividades complementares, nas modalidades e condições previstas neste Regulamento;

II - guardar os comprovantes das atividades que pretende convalidar, até a obtenção do diploma;

III - requerer o registro formal das atividades desenvolvidas ao longo do curso perante a Coordenação, mediante a apresentação do certificado original ou instrumento equivalente de aferição de frequência, e entrega de uma cópia do mesmo;

Capítulo V

Da Coordenação das Atividades Complementares de Graduação

Art. 17º A Coordenação das ACGs é de responsabilidade do Coordenador do Curso, podendo ser exercida por um professor integrante do Colegiado de Curso indicado pelo Coordenador.

Art. 18º. Caberá ao Coordenador de Atividades Complementares:

I - Regular as atividades complementares do Curso, no que concerne a distribuição das atividades de acordo com o tempo de duração do curso, bem como a

atribuição de percentagem para cada categoria em relação a carga horária total a ser cumprida;

II - Apreciar e decidir sobre a validação das atividades realizadas pelos acadêmicos;

III - Exigir a comprovação documental pertinente dos acadêmicos;

IV - Aprovar o relatório final de Atividades Complementares de cada acadêmico;

V - Controlar o lançamento das atividades cumpridas na ficha individual de cada acadêmico;

VI - Manter organizado o arquivo geral das atividades;

VII – Remeter para o Setor de Registros Acadêmicos o relatório final das ACGs realizadas pelos acadêmicos e a respectiva carga horária computada, para fins de registro no histórico escolar correspondente;

VIII. Estabelecer e executar o cronograma das ACGs a cada ano letivo;

IX. Disponibilizar informações sobre atividades oferecidas fora da Instituição;

X. Convocar reuniões com os professores do Curso a fim de estimulá-los a desenvolver atividades complementares;

XI. Manter relação com os responsáveis por estas atividades de outros cursos do IF Farroupilha visando criar, para os acadêmicos do Curso, acesso a atividades do seu interesse;

XII. Estabelecer contato com órgãos e instituições públicas com a finalidade de desenvolver atividades em parceria em proveito dos acadêmicos;

Art. 19º. Da decisão do Coordenador de Atividades Complementares caberá recurso ao Colegiado do Curso.

Capítulo VI

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 20º. Os casos omissos serão analisados pelo Coordenador das ACGs, que poderá convocar um colegiado, formado pelo Coordenador do Curso, a Direção de Graduação, pós-graduação e pesquisa e por mais outro professor integrante do Colegiado do Curso, para decidir questões complexas.

Art. 21º. Esta resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO II

A INSTITUIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO DE ÉTICA NA PESQUISA DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA

O Reitor do Instituto Federal Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, institui e normatiza o Comitê de Ética na Pesquisa do Instituto Federal Farroupilha, e no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir e normatizar o Comitê de Ética na Pesquisa (CEP), para todos os campi do IF Farroupilha, através da administração direta da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e Inovação PRPPGI.

Art. 2º O CEP visa identificar, analisar e avaliar as implicações éticas nas pesquisas científicas que envolvam intervenções em seres humanos, animais submetidos a condições adversas, microorganismos patogênicos ou organismos geneticamente modificados.

Art. 3º O CEP é encarregado da avaliação ética dos projetos de pesquisa, observando suas conformidades de padrões metodológicos e científicos reconhecidos, realizados com a participação de pesquisadores, alunos ou que tenham o IF Farroupilha como campo de pesquisa.

Art. 4º O CEP deve emitir pareceres sobre os aspectos éticos, prevendo o impacto de tais atividades sobre o bem-estar geral e os direitos fundamentais de indivíduos.

Art. 5º O CEP desempenha papel deliberativo, consultivo e educativo, fomentando a reflexão ética sobre a pesquisa científica.

Art. 6º O CEP é vinculado diretamente à Pró-Reitoria de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação, a qual deve assegurar-lhe os meios adequados para seu funcionamento.

Art. 7º O Comitê de Ética será constituído por 8 (oito) servidores do quadro efetivo do IF Farroupilha.

I – um da área de Ciências Exatas e da Terra;

II – um da área de Ciências Biológicas;

III – um da área de Engenharias;

- IV - um da área de Ciências da Saúde;
- V – um da área de Ciências Agrárias;
- VI – um da área de Ciências Sociais Aplicadas;
- VII – um da área de Ciências Humanas;
- VIII – um da área de Linguística, Letras e Artes.

§1º Os representantes de que trata este artigo serão indicados pelos Diretores Gerais dos respectivos Campi.

§2º O quorum mínimo para deliberação do CEP é de mais da metade de seus membros.

§3º As decisões do CEP devem ser tomadas por pelo menos maioria simples dos presentes. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA

REITORIA

Rua Esmeralda, 430 - 97110-767 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS

Fone/FAX: (55) 3226 1603 gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

§4º O CEP deve ter composição multiprofissional.

§5º No caso de pesquisas com comunidades específicas podem ser convidados seus representantes para participar da análise do protocolo de pesquisa, sem direito a voto.

Art. 8º Os membros do CEP, no exercício de suas atribuições, têm independência e autonomia na análise dos projetos de pesquisa e na tomada de decisões. Em contrapartida, são obrigados a:

§1º Não divulgar no âmbito externo ao CEP as informações recebidas, seus relatórios e decisões.

§2º Não estar submetidos a conflitos de interesses;

§3º Isentar-se de qualquer tipo de vantagens pessoais ou de grupo, resultantes de suas atividades no comitê.

§4º Isentar-se da análise de protocolos de pesquisa em que estiverem envolvidos.

Art. 9º O mandato do Coordenador é de 2 (dois) anos, podendo haver recondução por igual período.

Art. 10º A coordenação do CEP é composta pelo Coordenador, indicado pelos seus pares e referendado pelo Reitor. À esta coordenação compete:

§1º Presidir as reuniões do CEP e tomar as providências adequadas à execução das deliberações e normas estabelecidas por este.

§2º Propor normas administrativas e técnicas ao Colegiado.

§3º Convocar reuniões e elaborar o planejamento e a proposta anual das atividades.

Art. 11º Aos demais membros do Colegiado compete:

§1º Executar as tarefas decididas pelo Coordenador.

§2º Comparecer às reuniões ordinárias e às extraordinárias.

§3º Analisar projetos de pesquisa submetidos ao CEP.

§4º Propor à coordenação medidas que julgar necessárias para o bom funcionamento dos trabalhos.

Art. 12º Cada projeto de pesquisa será analisado, inicialmente, por pelo menos um dos membros do comitê, responsável pela apresentação de uma proposta de parecer, sendo que o parecer definitivo deverá ser deliberado durante a reunião geral, por todos os membros presentes, antes de ser assinado pela coordenação.

Art. 13º O encaminhamento dos projetos de pesquisa e relatórios, envolvendo seres humanos, animais submetidos a condições adversas, microorganismos patogênicos ou organismos geneticamente modificados, devem observar o seguinte fluxo:

I – Entrega dos projetos e relatórios na Coordenação de Pesquisa do campus.

II – Envio dos projetos e relatórios, pela Coordenação de Pesquisa à PRPPGI que encaminhará ao CEP.

III – A emissão de parecer pelo CEP, do projeto de pesquisa submetido à apreciação, culminará com seu enquadramento em umas das seguintes categorias:

– Aprovado;

– Aprovado com restrições - quando o Comitê considera o projeto ou relatório como aceitável, porém identifica determinados problemas e recomenda uma revisão específica ou solicita uma modificação ou informação relevante, que deverá ser atendida em prazo posteriormente informado pela PRPPGI.

- Não aprovado;

Art. 14º - A execução dos projetos envolvendo seres humanos animais submetidos a condições adversas, microorganismos patogênicos ou organismos geneticamente modificados, terá início somente após a aprovação pelo CEP.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA R E I T O R I A

Rua Esmeralda, 430 - 97110-767 – Faixa Nova – Camobi – Santa Maria – RS
Fone/FAX: (55) 3226 1603 gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

Art. 15º - Em caso de reencaminhamento de projetos e relatórios pendentes, esses estarão disponíveis ao pesquisador, para que, sejam realizadas as devidas alterações. O prazo máximo de devolução do projeto pelo pesquisador, com as devidas alterações será indicado pela PRPPGI, havendo direito a pedido de reconsideração com justificativa.

Parágrafo único - Da decisão do CEP cabe recurso, devidamente fundamentado, encaminhado à PRPPGI no prazo estipulado pela mesma.

Art. 16º O CEP em caso de denúncias de irregularidades de natureza ética, requererá à direção da Unidade instauração de sindicância e, quando cabível, comunicará os fatos a outras instâncias competentes.

Art. 17º Os casos omissos no presente Regimento devem ser encaminhados ao CEP para apreciação.